

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2007

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Outubro de 2007

Índice

Mesmo sem "bola de cristal", Amorim vê Venezuela no bloco – Fabio Maisonnave – Folha de São Paulo – Brasil – 01/10/2007	9
Após Chávez, Lula busca Evo – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 01/10/2007	9
Lula pede pressa para tratados, mas sem citar Chávez - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 03/10/2007.....	11
Brasil quer convencer UE de que etanol não afeta florestas - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007.....	12
País quer etanol e orgânicos em lista ambiental - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/10/2007	13
Brasil pressiona a OMC pelo etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007.....	13
Bush pressiona Lula para obter concessões - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/10/2007	15
Maioria dos republicanos rejeita abertura comercial - John Harwood – Valor Econômico – Agronegócios - 04/10/2007	16
Incentivo nos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007.....	18
Missão sustentável – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007.....	18
Americanos cobram do Brasil nova posição sobre Doha - Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/10/2007.....	18
EUA afirmam respeitar teto de subsídio agrícola – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/10/2007	20
O parceiro 'importantíssimo' – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/10/2007	20
Países ricos pressionam Mercosul - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007.....	22
Serviços na OMC – O Globo – Panorama Econômico – 06/10/2007.....	23
Em Doha, Brasil quer evitar o inevitável - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....	23

Ministros de 7 países acertam hoje no Rio detalhes sobre Banco do Sul – O Globo – Economia – 08/10/2007.....	25
Em meio a incertezas, ministros decidem objetivos do Banco do Sul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 08/10/2007.....	26
A Rodada de Doha e o Congresso dos EUA - Rubens Barbosa * - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/10/2007	27
Banco do Sul pode operar já em 2008 - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007.....	30
'País não é mais economia em desenvolvimento' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007.....	31
Brasil diz na OMC que, pelo bloco Mercosul, abre mão de Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007	31
Ministros fecham proposta para criação do Banco do Sul – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2007.....	33
Após críticas, Mantega decide apoiar Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2007	34
OMC inicia debate decisivo sobre agricultura – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2007.....	35
A culpa do fracasso – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 09/10/2007.....	37
Banco do Sul começa a sair do papel – O Globo – Economia – 09/10/2007.....	38
Entre Doha e Mercosul, Brasil fica com o bloco - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 09/10/2007	39
Banco do Sul tem regras para operar, mas não tem capital - Francisco Goes – Valor Econômico – Brasil - 09/10/2007.....	40
A aventura do Banco do Sul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/10/2007	41
Emergentes e ricos resistem e ameaçam a Rodada Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/10/2007.....	43
Países emergentes são acusados pelos EUA de querer o fim de Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 10/10/2007.....	44

Ricos reagem às intenções do Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 10/10/2007	45
Empresários da UE e do Cone Sul pressionam para reativar negociação – Valor Econômico – Brasil - 10/10/2007	46
Acordo do Brasil com EUA evitará bitributação - Lu Aiko Otta e Paula Puliti – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007	46
Amorim cobra clareza dos EUA sobre Doha - Luciana Nunes Leal – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007	48
Rodada do subdesenvolvimento? – Paulo Nogueira Batista Jr.- Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/10/2007	49
Negociadores vêm morte da Rodada Doha – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/10/2007	50
Brasil e Estados Unidos trocam acusações - Eliane Oliveira e Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 11/10/2007	52
Doha ou Mercosul? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/10/2007	53
Colômbia pede para ser admitida no Banco do Sul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/10/2007	55
'Foi o Brasil que travou Doha' – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 13/10/2007	56
Uribe diz em cúpula querer Colômbia no Banco do Sul – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo -13/10/2007	56
Bush faz apelo por acordos de livre comércio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/10/2007	58
Na África, Lula firmará acordos no setor de biocombustíveis – Agência Carta Maior – 15/10/2007	59
Palavra-chave: é difícil... - Nelson G. Delgado – Agência Carta Maior – 15/10/2007	60
Comissária da UE reconhece importância de Doha – Sítio Eletrônico da CNA – 15/10/2007	63
'A diplomacia Sul-Sul tem dado resultado?' – Estado de São Paulo – Nacional – 15/10/2007	64

'Brasil não deve esperar resultado positivo de Doha' - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/10/2007..... 66

Nos bastidores da OMC, países travam guerra – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/10/2007..... 68

Na África do Sul, Lula vai reforçar aliança na OMC - Ronaldo D'Ercole* - O Globo – Economia – 15/10/2007..... 69

Cúpula de emergentes discute Doha - César Felício e Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 15/10/2007..... 70

Segunda Quinzena

Emergentes vão apresentar nova proposta na Rodada Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007..... 71

Brasil tem nova vitória na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007..... 73

Fischer Boel admite 'descongelar' negociações para acordo Mercosul/UE - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007..... 74

Políticos e empresários do Nordeste e Norte querem Venezuela no Mercosul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 16/10/2007 75

O ceticismo de Stephanes – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 17/10/2007 76

Empresário pede Venezuela no Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007 77

De novo, Brasil quer destravar Rodada Doha - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007 78

Países admitem ceder em prol de "nova Doha" – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007..... 79

Para Lula, emergentes podem cortar tarifa – Fábio Zanini – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007..... 80

Bird oferece apoio ao Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007..... 81

Índia-Brasil-África do Sul: o fórum que veio para ficar - Luiz Inácio Lula da Silva – O Globo – O País – 17/10/2007 81

UE faz redução modesta do subsídio ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007.....	83
FMI quer liberalização do etanol - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007.....	83
Lula e Bush querem Doha até o fim do ano – Fábio Zanini – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007.....	84
Fórum de Pretória prevê acordo em Rodada - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 18/10/2007.....	85
Bush checa com Lula se pressões deram certo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 18/10/2007.....	87
PALAVRAS, PALAVRAS – Folha de São Paulo – Brasil – Toda a mídia – Nelso de Sá – 19/10/2007.....	88
Bird alerta países para riscos da produção de biocombustíveis - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2007.....	88
Sarney é "lacaio", afirma deputado venezuelano –Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo – Brasil – 20/10/2007.....	90
Doha de ponta-cabeça - Marcelo de Paiva Abreu* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/10/2007.....	90
Mercosul quer criar fundo para pequena empresa - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 23/10/2007.....	92
Brasil é único país sem subsídio para o etanol, diz OCDE - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007.....	93
Ricos sobretaxam importações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007.....	94
Doha está em fase "perigosa", afirma embaixador – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/10/2007.....	95
Só Brasil pode ter álcool sem subsídios, afirma OCDE – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/10/2007.....	95
Mesmo em queda, subsídio em países ricos segue elevado - Assis Moreira – Valor Econômico – Especial - 24/10/2007.....	96

Sob protestos, comissão põe Chávez no Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 25/10/2007	98
A tartaruga de Doha – Folha de São Paulo – Opinião – Editoriais – 25/10/2007	99
Comissão aprova Venezuela no Mercosul – Ranier Bragon – Folha de São Paulo – Brasil – 25/10/2007	100
Comissão dá aval à adesão da Venezuela – Valor Econômico – Brasil - 25/10/2007....	101
Reforçar o Mercosul deve ser prioridade de Cristina Kirchner - Janes Rocha – Valor Econômico – Internacional - 25/10/2007	102
Países emergentes buscam consenso agrícola na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007.....	104
Para Merkel, há possibilidades de êxito na Rodada - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007.....	105
Lamy já vê luz no fim do túnel - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007	105
Doha tem fim? – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/10/2007	106
A rica safra dos subsídios – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 29/10/2007	108
País prepara reunião de emergentes para discutir Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 29/10/2007	109
Sarney critica Chávez e sugere veto à Venezuela no Mercosul – Silvio Navarro – Folha de São Paulo – Brasil – 30/10/2007	110
Brasil pode discutir acordos com os EUA, diz Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/10/2007	111
Brasil pode discutir acordos com os EUA, diz Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/10/2007	112
Ampliar o Mercosul é prioridade, diz presidente eleita – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007.....	113
Para Lula, interesses político-eleitorais vão influir em desfecho da Rodada Doha – Valor Econômico – Brasil - 31/10/2007.....	114

Considerações sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul - Ricardo Camargo Mendes e
Thaís Narciso – Valor Econômico - 31/10/2007 115

Mesmo sem "bola de cristal", Amorim vê Venezuela no bloco – Fabio Maisonnave –
Folha de São Paulo – Brasil – 01/10/2007

Após reunião de duas horas com o presidente Hugo Chávez, o chanceler Celso Amorim voltou a prever que o Congresso brasileiro aprovará a entrada da Venezuela no Mercosul até o fim do ano.

"Eu não tenho bola de cristal, sobretudo quando se trata de algo no Congresso brasileiro, que é soberano e delibera de maneira livre. Mas tenho a expectativa de que, sim, é possível [aprovar até dezembro]", disse Amorim, na saída do encontro, anteontem à noite, no Palácio Miraflores, em Caracas.

Na último dia 20, durante encontro entre Chávez e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Manaus, Amorim disse ao venezuelano que havia uma "expectativa" de aprovação até o final do ano. Na última quarta-feira, porém, o PT e o PSDB fizeram um acordo para adiar até o final de outubro a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Com isso, o texto foi retirado da pauta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, dificultando sua aprovação.

Questionado sobre o adiamento, Amorim disse que o assunto "preocupa", mas se recusou a comentar: "Eu não quero ficar aqui, fora do Brasil, discutindo um assunto que é estritamente ligado ao procedimento do Congresso brasileiro. Quando eu tiver de discutir, discutirei com os congressistas brasileiros".

Chávez tem reclamado do atraso na aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul pelos Congressos brasileiro e paraguaio. O presidente venezuelano chegou a dizer que esperaria até setembro, mas depois recuou.

A aprovação do ingresso da Venezuela tem sofrido oposição do PSDB e do DEM, sobretudo depois que Chávez chamou o Congresso de "papagaio do império", em maio. Foi a sua resposta ao Senado, que exortou o governo venezuelano a rever decisão de não renovar a concessão da emissora RCTV.

Após Chávez, Lula busca Evo – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 01/10/2007

Andam gélidas as relações entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu colega boliviano, Evo Morales, embora tenham arrefecido as ameaças na Bolívia contra imigrantes brasileiros na fronteira ou contra os interesses da Petrobras no país. Lula, porém, quer repetir com Evo Morales o que fez com o venezuelano Hugo Chávez, há duas semanas.

"A Bolívia é um país-chave para as relações do Brasil na América do Sul, e, como tem se acumulado uma agenda negativa, nos últimos tempos, queremos construir uma agenda positiva entre nós", informa o assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Garcia reconhece que as relações entre os dois governantes "sofre dificuldades", e afirma que o projeto, no Palácio do Planalto, é "estabelecer um novo patamar de relações".

Lula deve procurar Morales nesta semana. Não há agenda definida, nem Garcia comenta quais temas se quer discutir com o boliviano. Não faltam assuntos, porém. Nem encencas. Na semana passada, ao discursar na Assembléia Geral das Nações Unidas, Morales incluiu em seu pronunciamento forte censura ao biocombustível, que acusou de ameaçar de fome a "milhões de seres humanos". Um dia antes, Lula havia feito apaixonada defesa dos biocombustíveis.

Sem capacidade de extração de gás para atender a todos os compromissos de fornecimento, a Bolívia cortou o combustível que abastecia uma termelétrica em Mato Grosso, mas a usina afetada já busca alternativas - mais caras - de fornecimento.

Persiste, no governo, especialmente no Itamaraty, a idéia de que, mesmo com todas as inconveniências, Evo Morales pode ser uma garantia de estabilidade em um país dividido e radicalizado. À direita, os grupos políticos tradicionais não conseguiram apontar um projeto consistente para o desenvolvimento boliviano, e à esquerda, grupos radicais fazem a equipe de Evo Morales parecer um clube de comportados sociais-democratas. Garcia não comenta os desdobramentos da política interna, apenas afirma que Lula acompanha "com interesse" o que se passa no país vizinho, onde "estão em curso transformações importantes".

País quer criar 'agenda positiva' com a Bolívia

Antecipando-se a Lula, empresários brasileiros fazem acenos a La Paz. Na semana passada, executivos da Braskem e da Odebrecht, antes desconfiados em relação ao governo vizinho, reuniram-se com o ministro de Hidrocarbonetos boliviano, Carlos Villegas, anunciando interesse em investir no país. Mas a situação política e econômica na Bolívia, país com quem o Brasil tem sua maior fronteira terrestre, não é nada tranqüila.

Caminha para o impasse, ou o desastre, a Assembléia Nacional Constituinte com que Morales pretendia traçar seu projeto nacional. Manifestações populares, tradicionais, causam constantes constrangimentos ao governo, como na sexta-feira, quando uma tentativa de bloqueio em um gasoduto próximo a La Paz resultou em repressão policial e a morte de um estudante.

Os indicadores econômicos alimentam a retórica oposicionista contra a gestão Morales. A inflação ultrapassou 8% anuais em agosto e ameaça chegar ao fim do ano com dois dígitos, o que levou o governo a criar uma taxa de 1% sobre remessas de dólares de imigrantes ao país, com péssima repercussão na opinião pública. A falta de investimentos provocou redução na extração de minério, de quase 20% na produção de prata e 16,5% no estanho, e o PIB mostrou desaceleração do crescimento - 3% no primeiro semestre, bem abaixo dos 4,5% de janeiro a junho de 2006.

Nesse cenário conturbado, uma "agenda positiva" com o Brasil pode até ser boa notícia para o boliviano, que, no entanto, parece mais interessado em outro tipo de agenda internacional, como a aproximação com o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, a quem recebeu na semana passada e pretende visitar, em uma viagem ao Oriente Médio, nos próximos dias. Morales sonha com o Prêmio Nobel da Paz, e sua campanha, divulgada pelo site da agência de notícias oficial, www.abi.bo, tem apoio dos ganhadores do prêmio Adolfo Perez Esquivel e Rigoberta Manchú, das argentinas mães da Praça de Maio e partidos nãnicos europeus.

Na "agenda negativa" com o Brasil, ainda está pendurado o caso da construtora Queiroz Galvão, que se envolveu em escândalos de obras de má qualidade entregues ao

governo boliviano - um túnel que desmoronou pouco tempo após a inauguração, e uma estrada mal feita, onde o asfalto continha até restos de madeira. A construtora se defende, alegando erros do projeto aprovado pelo governo boliviano, e tenta a intervenção do Planalto. Alega que o governo boliviano, além de suspender pagamentos, executou as garantias previstas em contrato, mas exagerou nas punições ao determinar a apreensão de equipamentos da empreiteira.

Como na conversa com Chávez, a Petrobras é convidada compulsória ao encontro entre Lula e Morales. O governo boliviano cobra um plano de investimentos da empresa no país, e o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, já reconheceu que terá de apresentá-lo até novembro. Até hoje, Lula resguardou a autonomia da Petrobras nas relações conflituosas com a Bolívia. Espera-se que a estatal não caia, agora, refém da "agenda positiva" sonhada no Planalto.

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras
sergio.leo@valor.com.br**

Lula pede pressa para tratados, mas sem citar Chávez - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 03/10/2007

Na reunião do Conselho Político, o presidente Lula cobrou mais agilidade na aprovação de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Todos os presentes negaram que tenha citado o fato de o Congresso ainda não ter aprovado a entrada da Venezuela no Mercosul. Mas o pedido vem apenas 10 dias depois do último encontro de Lula com o presidente Hugo Chávez, que mais uma vez reclamou da lentidão do Congresso.

“O presidente não se referiu especificamente ao caso da Venezuela”, disse o porta-voz da presidência, Marcelo Baumbach. “Ele observou que é importante que se aprovem, com máxima celeridade, os acordos internacionais.”

Há 10 dias, no encontro em Manaus com Lula, Chávez se disse “triste e perplexo” com o atraso do Congresso. “Estou seguro que é a mão do império, a mão norte-americana”, criticou. Em julho, ele chamara o Congresso de “papagaio dos Estados Unidos”.

Brasil quer convencer UE de que etanol não afeta florestas - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007

Missão brasileira vai mostrar a deputados europeus como é a produção

O Brasil está montando uma campanha para tentar convencer a opinião pública europeia de que a produção do etanol não está afetando a Amazônia e que o País está tomando medidas para evitar o desmatamento com o cultivo da soja. Hoje, em Bruxelas, o governo brasileiro e entidades de produtores se reunirão pela primeira vez com deputados do Parlamento Europeu e com representantes da sociedade civil para mostrar como a soja e o etanol estão sendo produzidos.

A União Europeia (UE) teme que o Brasil esteja ignorando aspectos ambientais na produção agrícola e planeja a criação, até o fim deste ano, de um certificado para controlar o comércio do etanol.

A missão brasileira será composta por diplomatas, pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Instituto Brasileiro do Agronegócio (Abag) e Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja). 'O objetivo principal da visita é apresentar as ações do agronegócio brasileiro na área ambiental, particularmente nos setores de soja e etanol', explicou um diplomata em Bruxelas. Governo e setor privado garantem que não vão apenas negar a existência dos problemas. Segundo diplomatas, as entidades pretendem assumir uma 'postura ativa' nos debates ambientais.

No setor da soja, os debates serão concentrados na avaliação da moratória do comércio do produto cultivado na Amazônia, que completa um ano. Outro ponto da agenda será a garantia de que se desenvolva uma 'soja responsável', ou seja, que garanta padrões trabalhistas e ambientais. Por fim, a recente criação do Instituto do Agronegócio Responsável será debatida.

Nas discussões sobre o etanol, o vice-presidente da Abag, Luiz Carlos Carvalho, vai mostrar as práticas de produção do combustível e as regiões no Brasil onde isso ocorre. A relação entre o etanol e a redução das emissões de gases de efeito estufa também será avaliada. Entre os deputados europeus, os alemães Karsten Hoppenstedt e Albert Dess estão liderando a iniciativa. Mas muitos destacam que o Brasil não ganhará todo o mercado que prevê se não convencer a opinião pública europeia de que não está causando mais danos que benefícios à ecologia.

As declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, favoráveis à entrada da cana em áreas da Amazônia, na semana passada, repercutiram negativamente na União Europeia. Para deputados europeu e ONGs ligadas à preservação do meio ambiente, essa decisão vai prejudicar a imagem do etanol. O porta-voz da Comissão Europeia para temas agrícolas, Michael Mann, reafirmou que a UE vai garantir que o combustível comprado pelos países do bloco seja de fontes sustentáveis.

País quer etanol e orgânicos em lista ambiental - Assis Moreira – Valor Econômico –
Brasil - 03/10/2007

O Brasil fez nova ofensiva ontem para que o etanol e agora também a agricultura orgânica sejam considerados bens ambientais e tenham as tarifas eliminadas num futuro acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). A proposta brasileira ocorre no rastro da reunião organizada pelos Estados Unidos com outros 15 outros grandes poluidores globais, em Washington, semana passada. Nela, o governo americano insistiu que as tarifas de importação deveriam ser removidas para novas tecnologias necessárias para combater as mudanças climáticas.

O argumento do Brasil ontem na OMC foi de que os bens ambientais devem ser também produtos agrícolas e não apenas produtos industriais. A inclusão do etanol numa lista de bens ambientais é central para o país. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recentemente admitiu que o etanol brasileiro à base de cana reduz as emissões de gases em até 90% comparado com gasolina e diesel.

A novidade agora é a introdução de produtos da agricultura orgânica, apoiada por vários países em desenvolvimento. O Brasil argumenta que isso ajuda pequenos agricultores, beneficia o meio ambiente e aumenta a confiança dos consumidores em certificações.

Coincidindo com a proposta brasileira, o Congressional Research Service (CRS), órgão independente que prepara estudos para os congressistas e comitês do congresso americano, completou estudo sobre a potencial cooperação entre o Brasil e os EUA na área do etanol. Os dois países assinaram acordo em março com a chamada "diplomacia do etanol" sendo vista, inclusive, como uma maneira de frear a influência de Hugo Chávez na América Latina.

O estudo mostra que os obstáculos, porém, são grandes para a cooperação brasileiro-americana, inclusive por causa das tarifas impostas por Washington contra o etanol brasileiro. Alguns parlamentares defendem prorrogar do fim de 2008 para 2011 ou mesmo tornar permanente essa tarifa.

Outra dificuldade é propagar a produção de etanol em terceiros países. Primeiro porque os governos não têm recursos ou não têm vontade política para fazer enormes investimentos para desenvolver suas indústrias de etanol. Segundo, alguns países não têm terra suficiente.

Brasil pressiona a OMC pelo etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007

Proposta é que o combustível entre na lista de bens ambientais para que tarifa de importação seja eliminada

Genebra - O Brasil apresentou uma proposta à Organização Mundial do Comércio (OMC) com a qual espera incluir definitivamente o etanol em um acordo de liberalização de tarifas de importação em todo o mundo.

O Itamaraty sugeriu que cada país apresente uma lista de bens ambientais que teriam as tarifas reduzidas a zero. Hoje, o que existe é apenas uma lista de cerca de 350 produtos identificados pelos países ricos como bens ambientais, que fariam parte das negociações. Nessa lista, o etanol é a única energia renovável que não está incluída.

Hoje, as exportações de etanol do Brasil pagam altos impostos para entrar tanto no mercado europeu quanto no americano. Em negociações bilaterais, o Itamaraty não tem conseguido convencer Washington e Bruxelas a reduzir as taxas.

Na OMC, o debate até agora apenas patinou. Isso porque os países ricos se recusam a incluir o etanol na lista de bens ambientais que teriam as tarifas eliminadas. A classificação, porém, inclui energia solar, tecnologia para o tratamento de água e até iate e bicicletas, que supostamente seriam bens que não poluem.

O Brasil já deixou claro que não aceitará a lista feita pelos países ricos na OMC e sugere que cada governo faça a sua oferta do que está disposto a liberalizar e apresente uma lista de setores que gostaria de ver incluído nas negociações. A sugestão brasileira provocou polêmica, principalmente entre os países ricos.

No debate realizado nos últimos dois dias em Genebra, delegações de governos europeus voltaram a questionar até que ponto o etanol seria de fato um produto ambientalmente correto. Os suíços, por exemplo, apontam que estão internamente debatendo quais seriam as condições adequadas para a produção do etanol.

O Brasil reagiu aos comentários alegando que não poderia haver uma lista de bens ambientais na OMC sem a inclusão do etanol. Diplomatas do Itamaraty revelam ainda que estão trabalhando ao lado do Ministério do Meio Ambiente para analisar quais seriam os setores em que o Brasil estaria disposto a abrir seu mercado. O objetivo da avaliação é não eliminar as tarifas para uma área em que um programa nacional esteja sendo desenvolvido, como no caso da energia solar.

“Vamos ver quais são exatamente as tecnologias que não temos e nos interessa eliminar tarifas e quais vamos manter para não acabar matando um programa de desenvolvimento local que esteja já ocorrendo”, explicou um negociador do Itamaraty.

A proposta brasileira apresentada à OMC ainda sugere que produtos agrícolas orgânicos também possam ser comercializados livre de tarifas de importação em todo o mundo no futuro. Mais uma vez, alguns países desenvolvidos contestaram o projeto, alegando que seria difícil identificar esses produtos. O Brasil, em contrapartida, defende que uma classificação seja estabelecida.

Outra idéia sugerida na mesma proposta brasileira é para que se garanta que cada produto considerado bem ambiental possa se beneficiar da transferência de tecnologia.

Bush pressiona Lula para obter concessões - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/10/2007

Os EUA aumentam a pressão sobre Brasil, Índia e África do Sul para que se comprometam com cortes médios entre 55% e 60% nas tarifas industriais na Rodada Doha, percentuais que, inicialmente, foram rejeitados pelos três países.

O governo americano espera que o encontro dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do sul-africano Thabo Mbeki e do primeiro-ministro indiano Manmohan Singh, no próximo dia 17 em Pretória (África do Sul), resulte numa forte declaração de apoio a reduções tarifárias propostas pelo mediador da negociação industrial na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fontes do Itamaraty disseram que durante o encontro da semana passada, em New York, Lula informou ao presidente George Bush sobre sua participação no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, onde seria discutido também como avançar na Rodada Doha.

Agora, a Casa Branca aumenta a pressão, particularmente sobre Lula, para que o presidente brasileiro use sua "liderança" junto aos dois emergentes, vistos como problemáticos por Washington, que tenta isolá-los na negociação. Os americanos querem que os três líderes declarem apoio formal às bases de um acordo, não apenas em relação ao texto industrial, mas também sobre as tarifas agrícolas, numa pressão sobre a Índia, que resiste à abertura no setor.

Para Washington, esta é a maneira de se chegar a um desfecho na rodada global de negociação comercial e fechar um acordo durante o mandato de Bush na Casa Branca.

O mediador da negociação industrial propôs coeficientes 19 a 23 para cortes tarifários, que Argentina e Venezuela claramente rejeitaram, e que Brasil e outros consideraram exagerados. A oposição dos países diminuiu recentemente, mas ele exigem, em contrapartida, mais flexibilidade.

O que se negocia na OMC é corte nas tarifas consolidadas (o teto máximo que o país pode impor), mas simulações mostram que, com coeficiente 19 com flexibilidade, o corte médio nas tarifas realmente aplicadas no Brasil seria de 12,5%. Com coeficiente 23, o corte médio seria de 7,6%. Nos dois casos, seriam atingidas metade das tarifas. Com coeficiente 24, o corte médio nas alíquotas aplicadas atingiria 8,4%, alcançando 38% das importações.

Para certos negociadores, os EUA preparam o terreno para jogar a culpa no Brasil e outros emergentes no caso de novo fiasco na Rodada Doha no fim deste ano. Certos diplomatas vêem um claro "descompasso" entre promessas de flexibilidades feitas por Bush a Lula, e a real posição americana na OMC, alimentando um clima de pessimismo.

Como não podem avançar muito na área agrícola, com compromissos para reduzir seus bilionários subsídios agrícolas, os EUA se focalizam na cobrança sobre o Brasil e outros emergentes na área industrial. Nessa negociação não há avanços, porque ela depende de progressos na área agrícola. Hoje, negociadores americanos vão dar "explicações técnicas" à imprensa, em Genebra e Washington, sobre a posição agrícola americana. O último movimento americano foi aceitar negociar corte de subsídios na faixa entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões por ano.

Alguns países já passaram a aconselhar discretamente ao diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, para frear suas declarações otimistas sobre um acordo até dezembro.

Por sua vez, os países do Mercosul vão se reunir em Genebra para definir sua demanda por flexibilidade adicional na área industrial, mas nada indica que o Uruguai

aprove o documento. A idéia de Brasil e Argentina é de pedir mais produtos industriais com cortes tarifários menores, argumentando que o bloco tem membros com situação econômica distinta. A África do Sul tem demanda idêntica para a União Aduaneira da África Austral.

O Uruguai, que pode, se quiser, ser enquadrado na categoria de "economia pequena e vulnerável", aparentemente não aprecia a proposta. Na presidência rotativa do bloco, Montevidéu arrastou os pés para fazer a reunião para definir o tamanho da flexibilidade a ser pedida. Um representante uruguaio disse ontem que não havia proposta, e que nem o Brasil a tinha aprovado internamente.

Maioria dos republicanos rejeita abertura comercial - John Harwood – Valor Econômico – Agronegócios - 04/10/2007

Os americanos filiados ao Partido Republicano querem que seu candidato presidencial nas eleições de 2008 rompa com as políticas do presidente George W. Bush, e uma grande fonte de descontentamento é o livre comércio.

Uma nova pesquisa Wall Street Journal-NBC News mostra que seis de cada dez republicanos acreditam que o livre comércio prejudicou a economia americana ao reduzir a demanda por produtos de fabricação local, o que eliminou empregos nos Estados Unidos e levou à importação de produtos que podem ser inseguros. Seis de cada dez dizem que concordariam com um candidato republicano que favorecesse regras mais rígidas para limitar as importações.

A pesquisa mostra que o aumento do sentimento populista no eleitorado vai além do Partido Democrata, que é mais simpático às causas trabalhistas. Depois dos gordos déficits comerciais dos EUA e dos escândalos que envolvem preocupações com a segurança de produtos importados da China, isso representa um desafio para os candidatos republicanos, que de maneira geral fazem eco às propostas de Bush de continuidade na expansão comercial.

"Está muito mais difícil vender a mensagem do livre comércio para os [eleitores] republicanos", diz o pesquisador republicano Neil Newhouse, que realizou a pesquisa WSJ/NBC junto com o colega democrata Peter Hart.



De maneira geral, 48% dos republicanos dizem que o próximo presidente deve "adotar uma posição diferente" da de Bush, enquanto 38% querem que ele continue o rumo do atual mandatário. Isso inclui republicanos que apóiam três dos quatro principais candidatos: o ex-prefeito de Nova York Rudy Giuliani, atual favorito; o senador John McCain; e o ex-governador de Massachusetts Mitt Romney. Eleitores que apóiam o advogado e ator Fred Thompson, que se tornou o favorito da parcela mais conservadora do eleitorado republicano, estão divididos quanto à manutenção das políticas de Bush.

Giuliani manteve sua liderança em relação aos demais republicanos, com 30% das intenções de voto. Thompson tem 23% na pesquisa, enquanto McCain está com 15%, e Romney com 10%. O ex-governador de Arkansas Mike Huckabee tem 4%. A pesquisa, feita por telefone com 606 filiados do Partido Republicano, foi realizada entre 28 e 30 de setembro e tem uma margem de erro de quatro pontos percentuais.

As respostas demonstram um desgaste da ortodoxia do partido em outra importante questão econômica também. Embora 60% dos entrevistados digam que querem que o próximo presidente e o Congresso continuem a cortar impostos, 32% dizem que está na hora de alguns aumentos de impostos para os americanos mais ricos, com o objetivo de reduzir o déficit e ampliar a cobertura médica para os que não dispõem de planos de saúde.

Entre os republicanos que se identificam como moderados ou liberais - cerca de um terço dos eleitores nas primárias do partido -, 48% são a favor de algum aumento de impostos. "É indicativo da preocupação que os americanos têm com a assistência médica (...) independentemente de partidos", diz Newhouse.

Em parte, a preocupação quanto ao comércio exterior verificada na pesquisa reflete a mudança na composição do eleitorado republicano, na qual os socialmente conservadores ganharam mais influência. Nas perguntas sobre uma série de posições dos candidatos, a única que conseguiu a concordância de uma grande maioria de republicanos foi a oposição ao direito ao aborto.

A segunda mais popular foi o apoio a uma emenda constitucional que proíba o casamento gay, que superou por pouco o apoio a tornar permanentes os cortes de impostos feitos por Bush. Cinquenta e seis por cento dos republicanos dizem que concordariam "fortemente" ou "parcialmente" com um candidato que favorecesse uma lei que bloqueasse qualquer possibilidade de imigrantes ilegais obterem a cidadania americana, uma posição que diverge da do governo Bush em relação a uma reforma abrangente das leis de imigração.

A pesquisa mostra ainda que importantes pontos da agenda econômica de Bush ainda conseguem bastante apoio dentro do partido. Por 69% a 20%, os republicanos são a favor de contas de poupança para saúde e créditos tributários em lugar da criação de um seguro nacional básico para as pessoas sem cobertura médica, por exemplo.

Giuliani também apóia firmemente Bush no livre comércio. "Nossa filosofia não deve ser de quantas medidas protecionistas podemos adotar, mas como inventamos novas coisas para vender" no exterior, disse ele recentemente ao "Wall Street Journal". "Essa é a visão do futuro. O que [os protecionistas] estão tentando fazer é manter as inadequações do passado."

Mas Giuliani ou qualquer candidato republicano terá de confrontar as suspeitas de gente como John Pirtle, um empregado do Departamento de Defesa em Grand Rapids, Michigan. Criado em Detroit por um pai que apoiava os democratas, Pirtle, de 40 anos, tornou-se republicano em grande parte por causa de sua oposição ao aborto.

"Vemos muitos empregos transferidos para o exterior", diz Pirtle, cujo pai trabalha na General Motors. Irritado com notícias de problemas de segurança em produtos importados chineses, ele acrescenta: "As coisas que recebemos, tendo em vista todos os recalls, são, pra ser honesto, um lixo."

Incentivo nos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007

O presidente do Comitê de Finanças do Senado americano, Max Baucus, apresentou um plano de incentivos fiscais de US\$ 2,4 bilhões para estimular o uso de energias alternativas nos Estados Unidos. Até a energia eólica está na lista de Baucus, mas o foco dele está no etanol - de milho e celulósico - e no biodiesel.

Missão sustentável – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007

Uma missão formada por representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) apresentou ontem a deputados europeus, em Bruxelas, as ações de sustentabilidade ambiental adotadas pelo agronegócio brasileiro, particularmente nas áreas de soja e etanol. O grupo esteve também em Berlim, Amsterdã, Roterdã, Haia e Arnhem. "Mostramos que assumimos nossas responsabilidades e estamos corrigindo falhas", afirmou Carlo Lovatelli, que acumula as presidências da Abag e da Abiove.

Americanos cobram do Brasil nova posição sobre Doha - Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/10/2007

Os Estados Unidos cobraram ontem do Brasil (e do G20, liderado pelo Brasil) uma mexida no jogo de xadrez que é a Rodada Doha de negociações comerciais, sob pena de se perder "uma oportunidade única" de fechar um acordo, no dizer de Susan Schwab, a chefe do USTR (United States Trade Representative, uma espécie de ministério do comércio exterior).

Em artigo para o jornal britânico "Financial Times", Schwab lamenta que "as economias emergentes mais avançadas" -e cita especificamente Argentina, Brasil, China, Índia e África do Sul, todos membros do G20- não tenham até agora deixado claro que vão negociar a redução de tarifas de bens agrícolas e industriais dentro dos parâmetros propostos pelos chefes dos grupos negociadores.

Para entender o xadrez, é preciso definir como o jogo está sendo jogado mais recentemente. Primeiro, havia o que Peter Mandelson, comissário europeu para o Comércio, chamava de "triângulo": os Estados Unidos deveriam aceitar forte redução nos seus subsídios internos aos produtores rurais; a própria UE cortaria as tarifas de importação

de bens agrícolas; e os grandes países em desenvolvimento (os citados por Schwab) reduziriam as tarifas de bens industriais.

Como nenhuma das partes dava o primeiro passo para resolver o "triângulo", a rigor as negociações ficaram bloqueadas desde seu lançamento em 2001, na capital do Qatar. Mas, no mês passado, os Estados Unidos finalmente fizeram a sua mexida: aceitaram reduzir os subsídios internos na faixa sugerida por Crawford Falconer, o presidente do grupo negociador de agricultura, ou seja, para entre US\$ 12,8 bilhões e US\$ 16 bilhões ao ano. Antes, Washington insistia em um teto de US\$ 22 bilhões.

Sem intenções - No seu artigo, Schwab confirma a oferta, inicialmente anunciada por Falconer e recebida com certo ceticismo pelos parceiros norte-americanos.

Agora, ela diz que a União Européia também se moveu, em aparente menção ao fato de que os europeus já vinham se mostrando dispostos a reduzir suas tarifas em mais de 50%, o que está no parâmetro definido por Falconer.

Mas, escreve a negociadora-chefe norte-americana, "lamentavelmente, a maioria dos outros grandes parceiros ainda não declarou suas intenções. Pior ainda, alguns manifestaram indisposição para negociar de acordo com os parâmetros dos textos". O "alguns" parece referir-se menos ao Brasil e mais à Argentina e à África do Sul, pouco dispostas a cortar suas tarifas industriais nos termos sugeridos pelo chefe do grupo negociador, o canadense Don Stephenson.

A proposta de Stephenson representaria cortar entre 55% e 60% as tarifas médias industriais dos países em desenvolvimento. Mas o cálculo se refere às tarifas registradas na OMC, não as efetivamente aplicadas, sempre bem mais baixas.

No caso do Brasil, por exemplo, o corte nas tarifas realmente cobradas hoje ficaria entre 7,6% e 12,5%.

Além disso, o mecanismo proposto prevê "flexibilidades" para proteger certos setores, o que leva Schwab a dizer que, além de não terem declarado suas intenções, "alguns países" expressam "o desejo de anular compromissos de abertura de mercado por meio de buracos [nas regras]".

DA REDAÇÃO

Os Estados Unidos afirmaram ontem na OMC (Organização Mundial do Comércio) que respeitam o limite imposto pela entidade para os subsídios concedidos ao setor agrícola.

Segundo Joe Glauber, negociador-chefe dos EUA para a agricultura na Rodada Doha, os EUA não desrespeitaram o teto de US\$ 19,1 bilhões em nenhum dos anos do período entre 2001 e 2005 -o país não divulgou os números de 2006. O governo americano não apresentava na OMC seus gastos com subsídios desde 2001. Brasil e Canadá reclamam no organismo que Washington superou o limite de US\$ 19,1 bilhões em seis dos últimos oito anos.

Glauber disse que os números apresentados ontem servem para afastar a idéia de que os EUA se recusam a realizar os "cortes reais" exigidos por países como Brasil e Índia nas negociações da Rodada Doha. *Com agências internacionais

O parceiro 'importantíssimo' – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/10/2007

Ao final dos dois dias que passou em Caracas, discutindo com as autoridades locais assuntos pendentes do relacionamento bilateral, o chanceler Celso Amorim fez algumas declarações sobre a tramitação no Congresso brasileiro do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, mas se recusou a entrar em detalhes. “Eu não quero ficar aqui, fora do Brasil, discutindo um assunto que é estritamente ligado ao procedimento do Congresso brasileiro. Quando eu tiver de discutir, discutirei com os congressistas brasileiros.” Nada mais correto.

Mas o chanceler não parou aí. Ele também disse que a demora da votação do protocolo de adesão “preocupa”, que “uma decisão a favor é importante para o Brasil, para a integração sul-americana”. Esclareceu que o governo fez vários pedidos ao Congresso para que aprovasse o documento e apresentou argumentos para “desfazer dúvidas”. E ainda afirmou que, “sem dúvida, a Venezuela é um parceiro importantíssimo, mais importante que a Inglaterra, Itália ou França”. Como não podia deixar de ser, entendeu-se nos círculos bolivarianos que o governo Lula está fazendo todo o possível para que o protocolo de adesão seja aprovado.

O fato é que a diplomacia lulista não moveu uma palha para explicar à opinião pública internacional - especialmente a venezuelana - que o protocolo está encalhado no Congresso porque o governo do coronel Hugo Chávez não cumpre as obrigações indispensáveis para o ingresso pleno no Mercosul. Há tempos, o governo venezuelano deveria ter enviado aos membros do Mercosul o compromisso de adoção do conjunto de

normas do Mercosul. Também não estabeleceu o programa de liberalização comercial nem definiu as ações para a adesão da Venezuela aos acordos assinados pelo Mercosul.

Todas essas etapas fazem parte do processo de adesão ao Mercosul. Mas o coronel Hugo Chávez parece acreditar que elas não se aplicam à Venezuela. Afinal, se os sócios titulares criaram para ele uma categoria especial que não existe no Tratado de Assunção - a de membro pleno em processo de adesão -, por que haveriam de exigir coisas mais elementares, como a aceitação formal das regras comuns?

O Congresso Nacional faz muito bem em postergar o exame do protocolo de adesão. Tem sobradas razões técnicas para fazê-lo e incorreria em grave irregularidade se fizesse recair sobre o Brasil o ônus de uma sociedade cujo contrato omite as obrigações do sócio mais novo.

A entrada precipitada da Venezuela no Mercosul foi um erro que ainda pode ser corrigido. Os governos do Brasil, Paraguai e Uruguai cederam muito facilmente aos argumentos do presidente Néstor Kirchner, que apadrinhava o pedido de ingresso de Hugo Chávez como retribuição ao generoso financiamento que salvou a Argentina dos efeitos de uma escandalosa moratória. Na segunda-feira, o presidente Lula afirmou que até o início de seu governo a política externa brasileira padecia de “subordinação intelectual” e o Brasil era um “país colonizado” pelos Estados Unidos e pela Europa. É mais uma de suas patranhas. Hoje, sim, a política externa subordina-se ao regime caudilhesco de Chávez e o presidente Lula se vangloria disso.

O fato é que o regime bolivariano é incompatível com as finalidades e a essência do Mercosul. O bloco é uma reunião comercial e política de países comprometidos explicitamente com a democracia e com a economia de mercado. A Venezuela bolivariana se afasta cada vez mais desse modelo. Lá, Legislativo, Judiciário e Executivo se confundem com a vontade autocrática de um homem. Em breve, a ditadura se institucionalizará, com a aprovação de mais uma constituição desenhada sob medida para e por Hugo Chávez. Enquanto isso, o regime endurece e a economia está sendo estatizada e fechada, num processo que estreita progressivamente os limites das liberdades individuais e políticas. Dias antes de o chanceler Amorim desembarcar em Caracas, Chávez instituiu, nas escolas privadas, currículos obrigatórios de cunho nitidamente marxista-leninista e criou a Comissão Presidencial para o Treinamento Ideológico e a Transformação da Economia Capitalista em uma Economia Socialista. É “importantíssimo” para o Brasil não ter parceiros como esse.

EUA, UE e Japão querem maior abertura industrial

Estados Unidos, União Européia e Japão se recusam a permitir que o Mercosul mantenha certas barreiras como resultado da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ontem, Brasil e Argentina defenderam que flexibilidades fossem garantidas para permitir que setores mais sensíveis da indústria do bloco não fossem liberalizados. Uruguai e Paraguai, porém, ainda não deram apoio à proposta do Mercosul.

A idéia do Brasil e da Argentina é assegurar que os setores considerados como mais sensíveis à concorrência externa não sejam afetados por uma liberalização numa união aduaneira. Ontem, os governos dos Estados Unidos e Europa insistiram que os países emergentes precisarão abrir seus mercados para bens industriais se quiserem que Washington e Bruxelas façam concessões no setor agrícola.

O Itamaraty foi à reunião preparado para não apenas resistir à pressão dos países ricos, mas também para alertar que, enquanto não houver avanços nos debates agrícolas da OMC, não haverá por que falar em novos números nos cortes de tarifas industriais.

Os países ricos querem que os emergentes cortem em pelo menos 66% suas tarifas de importação. Já um grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e Argentina alegam que não poderiam aceitar um corte acima de 50%. Ontem, porém, brasileiros e argentinos foram além e sugeriram que uniões aduaneiras, como o Mercosul, ganhassem certos privilégios e pudessem escolher um número maior de setores que seriam declarados como sensíveis.

Washington deixou claro que essa concessão não se justificaria. Mas também alguns países em desenvolvimento, como Turquia e Colômbia, atacaram a proposta. O que chamou a atenção dos negociadores é que o Paraguai e Uruguai, membros do Mercosul, optaram por não se pronunciar na defesa da proposta do Brasil. Mais tarde, um diplomata de Assunção reconheceu que os dois membros menores do bloco ainda estão avaliando a proposta e não estavam em condições de apoiá-la.

Brasil e Argentina, agora, terão de continuar a convencer os países ricos de que precisam da flexibilidade, enquanto tentarão convencer Uruguai e Paraguai a aceitar a proposta.

CLIMA - Fora das salas de negociações, um debate com cerca de 200 fazendeiros, empresários, acadêmicos e lobbistas na OMC deixou claro que a falta de entendimento entre os governos é uma realidade. “Tudo indica que sentiremos mais rápido os efeitos da mudança climática que da liberalização na agricultura”, ironizou o ministro-conselheiro do Itamaraty, Paulo Mesquita. Para os representantes americanos e europeus no debate, concessões suficientes já foram feitas pelos países ricos.

Serviços na OMC – O Globo – Panorama Econômico – 06/10/2007

As questões agrícolas continuam emperradas nas negociações na OMC mas, na semana passada, o tema em pauta na Organização Mundial do Comércio foram os serviços. O setor costuma ser deixado em segundo plano pelos negociadores brasileiros, concentrados na agricultura. De fato, o setor agrícola é fundamental, mas Ricardo Mendes, da Prospectiva Consultoria, que esteve em Genebra acompanhando a Associação das Empresas de Software e Serviços, acredita que a agenda brasileira é concentrada demais.

Ele conta que, atualmente, a Índia, que tem uma postura mais ativa no setor, exporta US\$ 40 bilhões só em produtos de TI.

— A legislação brasileira é bastante aberta para serviços. É só ver a presença aqui de empresas estrangeiras, no setor de bancos, telecomunicações, supermercados.

Mas, na OMC, a posição defendida é bem diferente, é fechada — comenta Mendes.

Por ora, o discurso dos negociadores brasileiros é de que os serviços só serão abertos de acordo com as resoluções na agricultura. E, nesses encontros, eles não demonstram muito interesse em ampliar negócios no setor. Enquanto isso, os indianos continuam a toda.

Em Doha, Brasil quer evitar o inevitável - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

O Brasil está tentando evitar o inevitável, um fracasso mais do que previsto nas negociações da Rodada Doha, sobre a liberalização do comércio internacional. Após cada nova rodada de negociação, renovam-se as propostas fracassadas no passado e desfazem-se as promessas não cumpridas.

Na verdade, informa à coluna o correspondente do Estado na Organização Mundial do Comércio (OMC), Jamil Chade, 'a chave de Doha não está nem em Genebra nem em Bruxelas nem em Brasília, mas em Washington, no Congresso americano. É de lá que virá a palavra final; e por enquanto, ela é não'.

Nesta semana, senadores e deputados republicanos, do governo, portanto, associaram-se aos democratas, oposição, para se manifestarem contra concessões comerciais; estão discutindo, isto sim, mais subsídios para seus agricultores, incapazes de competir no mercado mundial com os seus altos custos.

Nessa questão poderia até parecer que o governo Bush estaria sozinho, mas não está; ele mesmo endossou a política proposta pela negociadora comercial, Susan Schwab, de não apoiar acordos multilaterais e negociar isoladamente, fora da OMC, país por país.

No fundo, o que o governo americano diz não vale. Eles tem uma eleição presidencial no próximo ano, onde os votos dos agricultores, que pesam muito, já começam a escassear. E, para eles, basta o Iraque para roubar votos. Por que, então, fazer concessões,

por exemplo, ao Brasil e à Índia, que representam, juntos, pouco mais de 1% de suas exportações?

Isso se chama pragmatismo, com o qual a nossa diplomacia ainda não tem sequer encontro marcado. Preferimos a diplomacia amena e improdutiva do 'gogó'. Eles, nada de subsídio e só barreiras na importação, nós, conversas que se mostraram inúteis em 12 anos de negociações. Não faz mal, quem sabe um dia a gente aprende. Afinal, nosso presidente não está acertando tanto na política econômica? A gente chega lá.

VEJAM O ETANOL - Querem um exemplo de como eles agem? Aqui vai. Os EUA impõem uma tarifa média de 49% na importação de etanol brasileiro. Ou seja, para que o nosso produto entre no mercado americano, precisa ser 49% mais caro que o preço por nós exportado; isso para defender o seu etanol de milho, que tem custo de produção de US\$ 65, enquanto o nosso não passa US\$ 35. Se servir de consolo, o preço do etanol brasileiro precisa de um aumento de 70% para ser vendido no mercado europeu, a fim de equilibrar-se com o preço do etanol de beterraba que eles insistem em produzir. E está claro que não pretendem mudar, principalmente agora, quando a economia recua.

ESPERANDO O QUE NÃO VEM - Nosso correspondente em Genebra, Jamil Chade, teve, na sexta-feira, conversa esclarecedora com um representante de Washington muito envolvido nas negociações de Doha. Sob a condição de anonimato, ele confirma que não há a menor chance de aprovação, no Congresso americano, antes das eleições presidenciais no próximo ano. Ninguém acredita que Bush esteja disposto a ceder, correndo o risco iminente de perder ainda mais votos já escassos que a crise do Iraque roubou.

ELES NÃO ESTÃO NEM AÍ - Mas vamos aos cinco motivos que, segundo o representante de Washington em Genebra, levarão o Congresso americano a vetar qualquer acordo multilateral no âmbito da OMC.

1 - Neste ano, o Congresso retirou de Bush o fast track, autorização provisória para que o governo possa assumir compromissos em comércio internacional sem emendas do legislativo. Ela só poderá ser restaurada em 2009.

2 - No Congresso, cresceu muito, neste ano, a reação contra decisões de organizações externas (OMC, por exemplo) que obriguem a reformular leis nacionais. Isso está sendo considerado uma ingerência externa inaceitável em assuntos internos. É um novo conceito de soberania, em época de eleição e quando a economia recua, buscando no aumento das exportações, e não das importações, um caminho para voltar a crescer.

3 - Os congressistas americanos estão prestes a aprovar a nova Farm Bill, lei que regula os subsídios agrícolas nos Estados Unidos; ela será válida até 2011. Pelo projeto que está sendo discutido, 'não há praticamente nenhum corte de subsídios,' informa aquela fonte. Pior, há, isso sim, inclusive novos mecanismos para financiar quem quiser produzir etanol, já altamente subsidiado. Como vimos.

4 - O Congresso americano não vê motivo para reduzir seus subsídios, diante da percepção de que Brasil, Índia e China não abrirão seus mercados para produtos

industrializados americanos. Além disso, Bush e Susan Schwab afirmaram, no Brasil, que os Estados Unidos querem condições mais favoráveis para exportar seus produtos agrícolas. Temem que voltem a ser importadores líquidos.

É isso. No fundo, só fazer concessões se forem compensados por ganho maior.

EUROPA TAMBÉM ATRAPALHA

5- Finalmente, os americanos só aceitariam reduzir subsídios se os europeus reduzissem também suas tarifas aplicadas na importação de alimentos. No Congresso, porém, muitos duvidam que a comunidade esteja politicamente preparada para apresentar uma proposta aceitável. A dúvida aumentou muito neste ano, quando a França declarou que poderá vetar um acordo que signifique uma liberalização 'exagerada' do mercado agrícola, sem explicar o que isso quer dizer.

Concluindo, Doha morreu, não podemos continuar querendo evitar o inevitável, temos de partir para uma nova política comercial realista. Só que, ao contrário deles, nós ainda não temos nenhuma.

Ministros de 7 países acertam hoje no Rio detalhes sobre Banco do Sul – O Globo – Economia – 08/10/2007

Venezuela espera que instituição comece a operar em dezembro ou janeiro

RIO e CARACAS. Os ministros da área econômica de Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela se reúnem hoje no Rio para acertar os detalhes sobre a criação do Banco do Sul, para financiar o desenvolvimento da região. É a última reunião antes da constituição da entidade, cuja sede será em Caracas. A Venezuela acredita que a instituição começará a operar até o início do ano que vem.

— Esperamos que entre dezembro e janeiro o Banco decole operacionalmente e queremos que outras nações se associem a curto prazo — disse o ministro venezuelano de Finanças, Rodrigo Cabezas.

Um dos assuntos a ser discutido no encontro, que será coordenado pelo ministro Guido Mantega, é o aporte de cada país na instituição. A proposta é que o Banco do Sul tenha um capital inicial de US\$ 7 bilhões, que viriam das reservas internacionais de seus membros.

Essa questão coloca Brasil e Venezuela em campos opostos.

Enquanto o governo de Hugo Chávez defende que cada um contribua com o que puder, o Brasil quer que os valores sejam estabelecidos conforme o tamanho e o peso da economia de um país.

Cada país membro terá um voto no Banco do Sul, independentemente do capital que colocar na instituição. O Chile vai participar como observador do encontro, que será no Palácio do Itamaraty. A criação do Banco do Sul foi proposta por Chávez como alternativa aos organismos multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird).

Em meio a incertezas, ministros decidem objetivos do Banco do Sul - Sergio Leo –
Valor Econômico – Brasil - 08/10/2007

Ainda sem definições importantes, como o estatuto que detalhará seu funcionamento e capital, o Banco do Sul, projeto defendido pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ganha contornos mais definidos nesta segunda-feira, em uma reunião de ministros da Fazenda de pelo menos seis países sul-americanos no Rio. Os ministros decidirão os termos da ata de fundação do banco, que será, ainda, aprovada e assinada pelos presidentes de cada país, provavelmente em novembro.

A reunião dos ministros é importante porque compromete os países, entre eles o Brasil, com a fundação do banco e põe fim a uma coleção de disputas de bastidores, principalmente entre Brasil e Venezuela. Como queria Chávez, a sede do banco será em Caracas, capital venezuelana. Como insistiu o Brasil, a futura instituição será apenas um banco de desenvolvimento, sem funções de socorro a país com problemas de balanço de pagamento, como chegou a defender o Equador.

Diferentemente do que desejava Chávez, a participação no Banco do Sul será restrita a países sul-americanos, membros da embrionária União das Nações da América do Sul (Unasul) que deverá reunir os governos do continente. Chávez gostaria que a ação do banco se estendesse a países amigos, como Cuba e Nicarágua, que, com Bolívia e Venezuela, formam a Aliança Bolivariana dos Povos da América (Alba), um bloco político criado pelo venezuelano.

As divergências entre os futuros sócios não acabaram, porém, e serão discutidas hoje e nos próximos dias, durante as negociações para elaboração do estatuto e a escolha do presidente da instituição (já está implicitamente acertado que não será um venezuelano, já que a sede será na Venezuela). O documento a ser decidido hoje pelos ministros, a ata de fundação a ser assinada pelos presidentes, estabelecerá o objeto e as funções do futuro banco, além da futura sede. Entre os pontos polêmicos a serem decididos hoje está o alcance das ações do novo banco.

A Venezuela insiste, por exemplo, em estabelecer que o banco financiará programas sociais - o que implicaria determinar, desde o início, a existência de linhas de financiamento a fundo perdido, bancadas com o futuro capital do banco. O Brasil tem insistido em diluir esse tipo de compromisso, com o argumento de que é necessário, primeiro, garantir a solidez do futuro banco, com operações de mercado, para financiar infra-estrutura e programas de desenvolvimento, ainda que a taxas favorecidas. O BNDES levou algumas décadas para ganhar capacidade de destinar uma pequena parte de seu capital a financiamento de programas sociais, argumenta o governo brasileiro.

O documento a ser divulgado hoje não deverá estabelecer compromissos em relação ao capital que os países destinarão para a formação do banco. É praticamente certo, porém, que ele deverá ter o capital previsto por Chávez, de US\$ 7 bilhões, dos quais, porém, apenas uma parte - talvez em torno de 10% desse total - será, de fato, desembolsada pelos países para integralizar o capital do banco, como é usual em instituições do gênero. Todos os sócios terão igual direito de voto, mas não está decidido como será a repartição dos custos de criação do Banco do Sul, outro ponto de atrito.

O ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, em maio, chegou a dizer que o Brasil pensava em fazer um aporte entre US\$ 300 milhões a US\$ 500 milhões, com capital do BNDES no novo banco. O valor final, segundo informam fontes que acompanham a discussão, poderá ficar bem abaixo de US\$ 200 milhões, se for decidido que o capital a ser

integralizado ficará, mesmo, em cerca de US\$ 700 milhões. Esse e outros temas deverão ser debatidos hoje também pelos ministros.

Chávez argumenta que os países da região já depositam suas reservas em bancos e títulos públicos dos "países do Norte", com remuneração muito baixa, e que seria mais justo e racional aplicar essas reservas em moeda internacional em uma instituição local como o Banco do Sul. O Brasil - e nisso tem apoio de governos como o da Argentina - diz não descartar alguma aplicação de reservas, no futuro, mas que isso dependerá de critérios de segurança bancária e solidez da carteira de aplicações da instituição.

O presidente da Venezuela, que ganhou forte apoio da população de seu país para o projeto do Banco do Sul, tem usado uma retórica agressiva em defesa da novidade, embora, na prática, faça concessões a preocupações dos sócios com o formato da instituição. Em fevereiro, havia anunciado, em memorando assinado com o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, que o banco seria criado em 120 dias, prazo encerrado em junho. Já em abril, o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, declarou que o Brasil não assinaria "contrato de adesão", e que só entraria no Banco do Sul se participasse da discussão de sua estrutura.

Há duas semanas, ao encontrar-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Manaus, Chávez disse, categórico, que fundaria o banco em 2 de novembro, com ou sem o Brasil, e negou que a Venezuela participaria da reunião dos ministros que se realiza hoje. "Está tudo pronto, já fizemos as reuniões que precisávamos fazer", disse. "Já esperamos demais." No encontro com Lula, porém, após ouvir do brasileiro que o Brasil não se oporia a que o Banco do Sul tivesse sede em Caracas, aceitou restringir à Unasul os convites para associar-se à instituição, e confirmou a participação na reunião de hoje.

A assinatura da ata ou documento fundacional do banco do Sul é só um primeiro passo formal na constituição do novo banco e as decisões sobre o estatuto não são mera formalidade burocrática. Os países terão de decidir a estrutura jurídica do novo banco e assegurar a ele status de entidade financeira multilateral, com isenção de impostos e liberdade para o trânsito de moeda estrangeira e conversibilidade de ativos - além de isenções no pagamento de direitos trabalhistas, com garantias para evitar que o banco afunde em demandas judiciais de seus empregados, como já aconteceu com projetos do gênero no continente.

Essas exigências levam autoridades brasileiras a acreditar que, mesmo havendo concordâncias em relação ao futuro Banco do Sul, ele não deve se transformar em realidade antes do próximo ano.

A Rodada de Doha e o Congresso dos EUA - Rubens Barbosa * - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/10/2007

Nunca uma negociação comercial internacional, no âmbito do Gatt e agora da Organização Mundial do Comércio (OMC), dependeu tanto para seu sucesso de uma instituição pública nacional de um dos países líderes nesses entendimentos.

O fim melancólico do mandato do presidente Bush, fragilizado pelos resultados negativos da guerra no Iraque, o sucesso dos democratas nas últimas eleições legislativas, ganhando o controle do Congresso, a percepção de que os acordos de livre comércio do

período Bush só estão aumentando o desemprego em muitos setores da economia e a aproximação das eleições presidenciais são algumas das principais razões que explicam o crescente protecionismo que tomou conta dos Partidos Democrata e Republicano.

É quase um clichê repetir que, no tocante ao comércio exterior, nos EUA, os republicanos são favoráveis ao livre comércio e os democratas, como reflexo da posição dos sindicatos, são mais restritivos e protecionistas. Hoje a situação mudou e a diferença, na prática, desapareceu. Republicanos, em sua maioria, de acordo com pesquisa recente do Wall Street Journal, e democratas, em sua quase totalidade, adotam uma atitude protecionista e restritiva ao livre comércio a fim de preservarem os interesses de seus eleitores, especialmente os do emprego.

Para não ficar nas afirmativas genéricas e comprovar o dito acima podem ser citados alguns exemplos de projetos de lei em discussão no Congresso por proposta de deputados e senadores dos dois partidos. Muitos desses projetos não se transformarão em leis, mas expressam os humores políticos prevalentes em Washington nos dias que correm.

O deputado republicano Gresham Barrett requer ao presidente que atrase ou reverta a implementação de decisão do Painel de Resolução de Disputas da OMC ou do Órgão de Apelação que seja adversa aos EUA e envolva o cálculo de margens de dumping e média de margens de dumping e outros propósitos.

O deputado republicano Phil English (presidente do Grupo Parlamentar Brasil-EUA) visa a modificar o Trade Act de 1930 para que seja aplicado com mais rigor e precisão, acrescentando dispositivos legais para aprimoramento das investigações relacionadas ao comércio internacional de forma a garantir a proteção da indústria doméstica americana (como no caso do aço).

O deputado republicano Joe Knollenberg visa a alterar os procedimentos investigatórios para a imposição de direitos de antidumping e medidas compensatórias com o objetivo de possibilitar maior participação da indústria norte-americana que utiliza produtos importados como insumos em seu processo produtivo.

O senador democrata Max Baucus visa a emendar o Trade Act de 1974 para tratar do impacto da globalização e autorizar novamente assistência financeira aos setores afetados pelos ajustes comerciais.

Os senadores Max Baucus, que é presidente do Comitê de Finanças, e Orrin Hatch, republicano, determinam a compilação pelo USTR de uma lista anual das barreiras comerciais externas aos produtos norte-americanos para que sejam tomadas medidas efetivas para serem investigadas, a fim de que medidas comerciais restritivas sejam adotadas contra outros países; e solicitam o estabelecimento de uma comissão de juízes aposentados e peritos em legislação comercial para rever as decisões da OMC contra os EUA.

O projeto do influente senador Baucus reflete a crescente insatisfação do Congresso com as sucessivas derrotas dos EUA na OMC, como ocorreu com o Brasil no caso do

algodão. Se aprovado, proibirá a Casa Branca de modificar qualquer regulamentação para cumprir as decisões da OMC até que o Congresso receba um relatório da comissão de juízes ou de peritos.

Nas últimas semanas o Congresso, desafiando as posições negociadoras do Executivo em Genebra, decidiu aumentar os subsídios, na discussão da Lei Agrícola (Farm Bill), em US\$ 7 bilhões, em especial no tocante ao açúcar. A senadora democrata Hillary Clinton, que lidera as pesquisas de opinião na corrida presidencial do próximo ano, já avisou, em debate eleitoral, que não votará a favor de uma nova autorização do Congresso para o presidente Bush negociar o final da Rodada de Doha.

Os EUA, talvez como tática de negociação, indicaram que poderiam aceitar significativa redução dos subsídios (de US\$ 13 bilhões a US\$ 16,5 bilhões), no momento em que analistas observam que, em decorrência da desaceleração da economia mundial, a tendência do preço das commodities, no médio prazo, será de queda. Com essa percepção, o setor agrícola nos EUA deverá aumentar a pressão para o aumento dos subsídios, na contramão da manifestação dos negociadores em Genebra.

Por tudo isso, qualquer que seja o resultado das negociações em curso em Genebra, é muito pouco provável que o Congresso norte-americano conceda a um presidente republicano em fim de mandato o que os republicanos negaram ao presidente Clinton no início de sua gestão: a autorização para negociar (Fast Track), que expirou em julho passado.

Charles Rangel, presidente de um dos mais poderosos comitês do Senado, disse que hoje, para os senadores, a prioridade da Rodada de Doha é muito baixa e que não acredita ser possível um acordo. “Acho que a (futura) presidente Clinton vai ter de resolver isso”, observou o democrata, aliado de Hillary.

As pressões por parte dos desenvolvidos sobre Brasil, Índia e África do Sul para uma maior abertura industrial podem ser jogo de cena para tentar lançar a culpa do fracasso da rodada nos países em desenvolvimento, visto que dificilmente os EUA aceitarão reduzir seus subsídios.

A sorte da Rodada de Doha não está em Genebra, mas em Washington, nas mãos do Legislativo dos EUA. E o resultado, mais do que previsível.

*** Rubens Barbosa, consultor de negócios, ex-embaixador em Londres e em Washington, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp**

Banco do Sul pode operar já em 2008 - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007

Ata de fundação será assinada pelos presidentes de 7 países, incluindo o Brasil, no dia 3 de novembro

Os ministros da Fazenda do Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela preparam a ata de fundação do Banco do Sul, que deverá ser assinada, no dia 3 de novembro, pelos presidentes desses países, em Caracas. O objetivo do banco, que poderá começar a operar no ano que vem, será financiar projetos de integração e desenvolvimento econômico na América do Sul.

A proposta de ata foi assinada ontem à tarde, no Rio, depois de um consenso dos países sobre o projeto. Divergências vinham marcando as discussões sobre a criação da instituição, uma bandeira do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, desde o início das reuniões para tratar do projeto. Fontes que acompanham o assunto contam que a reunião de ontem foi muito mais tranqüila do que o encontro, em Quito, no Equador, para tratar do assunto.

Naquela ocasião, Equador, Bolívia e Argentina tentaram aprovar rapidamente uma proposta, com a qual o Brasil não concordava. Alguns dos pontos defendidos pelos três países eram a utilização de reservas dos países como forma de capitalização da instituição, permitir que apenas os sócios de primeira hora fossem os fundadores da instituição e a formatação de um banco que tenderia um pouco mais para uma espécie de assistencialismo do que para o desenvolvimento.

'O Brasil sempre trabalhou em prol desse projeto, é evidente que procuramos nos engajar nesse projeto. O Brasil tem menos interesse do que outros países porque temos mais crédito, mas temos todo o interesse em trabalhar na integração desses países, vai beneficiar nossos parceiros comerciais e políticos. Não há nenhuma mudança, mas um amadurecimento do projeto', afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Ficou definido que o Banco do Sul ficará baseado em Caracas e funcionará como uma instituição multilateral de financiamento para os países e empresas da região. Financiará o desenvolvimento e integração regional. Em princípio, atenderá apenas os países que compuserem o banco. Ainda não foi definida a estrutura de capital da instituição, mas não está descartada a possibilidade de o Brasil aplicar mais recursos do que os demais.

'Isso não está decidido. O Brasil não será um dos países que vai colocar menos, deve colocar mais', comentou Mantega. Outra possibilidade é a de países de menor porte poderem integralizar num prazo mais longo seus aportes. A instituição fará análise de risco para saber se os projetos são viáveis e seguros.

Segundo Mantega, os países terão o mesmo poder de voto no conselho de administração, formado pelos ministros de cada país. Mas indicou que o volume de recursos no capital da instituição 'vai pesar' na composição da diretoria, a que quem cabe analisar os projetos.

'País não é mais economia em desenvolvimento' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007

O Brasil não pode mais ser tratados como economia em desenvolvimento nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). O pedido é do ministro do Comércio da França, Herve Novelli, que ontem apelou por uma liberalização dos mercados emergentes como 'chave' para o sucesso da Rodada Doha. Apesar da cobrança, ele deixou claro que a França já ofereceu tudo o que poderia e não está disposta a abrir seu mercado nem para açúcar nem para carnes.

Em uma reunião de mais de uma hora com o governo brasileiro, Novelli ouviu do Itamaraty que o Brasil não aceitará pagar para que a Rodada chegue a uma conclusão. 'Eles têm a avaliação deles e nós a nossa sobre o que deve ser um acordo. O que achamos é que não podemos pagar pelo sucesso da Rodada', afirmou o embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Hugueneu.

Os franceses insistem que os países emergentes precisam abrir seus mercados para produtos industriais das economias ricas. 'Queremos um acordo, mas que seja recíproco', disse Novelli. 'Não é justo pensar no Brasil e em outros grandes países emergentes como economias em desenvolvimento', disse. Novelli alertou que o mundo de hoje já não é o mesmo de 2001, quando o processo foi lançado.

Brasil diz na OMC que, pelo bloco Mercosul, abre mão de Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007

Mas, segundo o embaixador Hugueneu, Itamaraty não quer que debate com países ricos chegue a esse ponto

Se o Brasil tiver de optar entre a Rodada Doha e o Mercosul, optará pelo bloco regional. O alerta foi dado ontem pelo embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Clodoaldo Hugueneu, em uma forte mensagem política aos parceiros do País.

O Itamaraty quer que o Mercosul ganhe flexibilidades extras no setor industrial para manter certas áreas protegidas. Os europeus chegaram a acusar o Mercosul de nem mesmo ser uma união aduaneira. Americanos, japoneses e até centro-americanos, turcos e colombianos rejeitam a proposta de dar novas flexibilidades ao bloco.

'O Mercosul é prioridade absoluta para o Brasil, por isso a negociação tem de tornar compatível a liberalização multilateral com a integração regional. Não podemos forçar escolher entre participar amplamente da negociação de Doha e ao mesmo tempo provocar uma crise no Mercosul', disse o embaixador. 'Entre Doha e o Mercosul, o Brasil escolhe o

Mercosul', completou, lembrando que o Itamaraty não quer chegar a esse ponto durante o debate. Segundo ele, o chanceler Celso Amorim deu essa mensagem ao diretor da OMC, Pascal Lamy.

O problema do Mercosul ocorre por causa da tarifa externa comum. Pelas negociações da OMC, países podem escolher um percentual de setores para manter protegidos. O problema é que o bloco terá de chegar a uma lista única, já que aplica uma tarifa válida para os quatro países. Questionado por que esse tema surgiu seis anos após o início das negociações de Doha, o Brasil admitiu que só agora a redução de tarifas foi debatida em detalhe. 'Quando começamos a avaliar a situação com profundidade, vimos que havia incompatibilidade. O cobertor ficou curto', disse Huguency.

O problema é que, ao criar uma lista única, nem todos os setores que o Brasil ou a Argentina querem manter sob proteção serão incluídos. A solução seria propor que uniões aduaneiras incluam uma lista maior de produtos, o que é rejeitado pelos países ricos, que querem a abertura dos mercados.

Na última sexta-feira, tanto os países ricos quanto alguns emergentes rejeitaram a proposta do Brasil de novas flexibilidades. Os europeus acreditam que as regras da OMC devem sempre prevalecer sobre acordos bilaterais ou regionais. O argumento do Mercosul, portanto, não justificaria a criação de benefício extra para o bloco.

Mas o Itamaraty insiste que não aceitará ficar sem essas flexibilidades, principalmente para os setores têxtil e químico. 'O Mercosul é um projeto político de integração regional e é uma prioridade absoluta. Por isso, as flexibilidades são fundamentais', afirmou Huguency.

Apesar da insistência do Brasil, a proposta de dar flexibilidades ao Mercosul não tem um acordo nem mesmo dentro do bloco. O Itamaraty fará uma reunião com paraguaios e uruguaios no final da semana para tentar convencer os dois governos. Em Montevideu, diplomatas não disfarçam o sentimento contrário à proposta. O Paraguai também deixa claro que, por enquanto, não apóia a idéia. Para Alberto Dumont, embaixador da Argentina, o Mercosul deve lutar pelas flexibilidades.

ATAQUE - Hoje, o Brasil fará um discurso forte no Conselho Geral da OMC alertando que a rodada está desequilibrada e que os temas industriais estão ganhando maior importância que a agricultura. O Brasil voltará a pedir flexibilidades para os países emergentes e ainda costura uma ampla declaração com outros 90 países em desenvolvimento para atacar a forma pela qual os países ricos conduzem o processo. 'Temos de lembrar que essa rodada existe para colocar a agricultura no centro do debate', afirmou um diplomata sul-americano.

A idéia da aliança entre os emergentes é garantir que uma mensagem política seja mostrada aos países ricos: eles não poderão exigir dos demais concessões que afetem o desenvolvimento. 'Quanto maior o nível de desenvolvimento de uma economia, maior deve ser o esforço nessa rodada', disse o embaixador da Venezuela na OMC, Oscar Carvalho.

Os países ricos querem que os emergentes cortem em pelo menos 66% suas tarifas de importação. Já um grupo de Brasil, África do Sul, Índia e Argentina alega que não pode aceitar um corte acima de 50%. Washington deixou claro que essa concessão não se justifica e que qualquer corte de subsídios terá um preço a ser cobrado.

Ministros fecham proposta para criação do Banco do Sul – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2007

Idéia do venezuelano Hugo Chávez, novo banco de desenvolvimento reunirá 7 países - Capital inicial da instituição deverá ficar em torno de US\$ 7 bilhões; montante que será injetado pelos países ainda não foi definido

Uma reunião de ministros de Estado de Economia e Finanças de sete países sul-americanos definiu as diretrizes gerais para a criação do Banco do Sul, uma instituição multilateral proposta pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para financiar projetos na região. A instituição deverá começar suas operações em 2008.

Representantes dos governos de Brasil, Bolívia, Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai e Equador chegaram a uma proposta de consenso da ata de fundação do banco. O documento ainda precisa ser aprovado pelos presidentes de cada país. O governo da Venezuela convidou os países-membros para assinar o documento oficial de criação do banco no dia 3 de novembro, em Caracas.

Embora não haja confirmação oficial, a sede do banco deve ficar na capital venezuelana. Duas subsedes serão criadas, uma em Buenos Aires (Argentina) e outra em La Paz (Bolívia).

A Folha apurou que o capital inicial do banco deve estar na ordem de US\$ 7 bilhões, um montante equivalente a pouco mais de 20% do orçamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

"A nova instituição será um banco de desenvolvimento com caráter sul-americano, com papel central no marco de uma nova arquitetura financeira da região", afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. De acordo com o ministro, outros países sul-americanos que não estiveram presentes à reunião ainda poderão se tornar membros. A proposta de criação do banco foi recebida inicialmente sem muito entusiasmo pelo governo brasileiro. O Brasil conseguiu convencer os demais países quanto ao perfil da nova instituição, que deverá ser um banco de desenvolvimento voltado exclusivamente para países da América do Sul.

América Central - A princípio, a Venezuela defendia um modelo de atuação calcado no socorro a países da região que necessitassem de crédito. O auxílio poderia até se estender a países como Cuba e Nicarágua.

Segundo Mantega, o banco não poderá, a princípio, emprestar recursos para outros países, como Cuba e Nicarágua, conforme queria a Venezuela. O ministro ressaltou ainda que o banco privilegiará projetos de integração da América do Sul, mas que também poderá emprestar recursos para empresas da região.

O ministro da Fazenda brasileiro afirmou que, num primeiro momento, o banco não terá empréstimos a fundo perdido para programas sociais. Citou como referência o fato de o BNDES primeiro ter consolidado uma carteira de crédito e uma atuação lucrativa, antes de destinar parte de seus recursos a programas sociais.

O ministro venezuelano do Poder Popular para as Finanças, Rodrigo Cabeza, classificou a reunião de ontem na sede do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, como "histórica" e destacou o caráter diferenciado do novo banco, que será controlado pelos principais tomadores de financiamento.

"Esse banco não nasce contra nada, mas a favor da América do Sul. Não será um instrumento de dominação, não é um banco da Venezuela ou do Brasil, mas de toda a América do Sul", disse.

Todos os membros terão direito a uma cadeira no Conselho de Administração, ocupada pelo ministro da Fazenda ou o cargo correspondente de cada país, e terão direito a um voto, o que não significa que terão poder igual de decisão.

"A diretoria do banco será constituída de acordo com o peso do volume de capitais aportado", afirmou Mantega. Ele disse que ainda não há uma decisão sobre quanto o país investirá no projeto, mas deixou claro que o Brasil não será um dos que contribuirão com um volume menor de recursos. "É claro que o Brasil não será um dos países que colocarão menos recursos, mas quanto será ainda não foi definido."

Após críticas, Mantega decide apoiar Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2007

Ministro da Fazenda afirma que houve amadurecimento do projeto do banco - Para Mantega, o Brasil tem menos interesse do que outros países porque tem mais crédito, mas vê benefícios para todos

DA SUCURSAL DO RIO - Depois de enumerar dúvidas sobre a eficácia do Banco do Sul, o ministro Guido Mantega (Fazenda) recuou ontem e afirmou que o Brasil sempre trabalhou a favor do projeto. Mas ele reconheceu que o país tem menos interesse na nova instituição do que os países vizinhos.

"O Brasil tem menos interesse do que outros países porque temos mais crédito. Mas temos todo o interesse em trabalhar na integração desses países. Vai beneficiar nossos parceiros comerciais e políticos."

De acordo com o ministro, o que houve foi um amadurecimento do projeto. Apesar disso, em declarações dadas no começo do ano, durante a Cúpula do Mercosul, Mantega dizia avaliar como complicada a criação do novo banco e que seria mais eficaz utilizar os bancos regionais já existentes.

Na época, Mantega afirmava que o ideal seria uma atuação conjunta do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do argentino Banco de la Nación e do Banco de Desenvolvimento da Venezuela para aproveitar a estrutura existente.

O ministro afirmava que, no futuro, nada impediria a criação de um banco de integração, mas que, num primeiro momento, a alternativa mais eficaz era a viabilização de projetos por meio da atuação conjunta dos bancos regionais.

O ministro afirmou que ainda não se sabe se o banco poderá contribuir para o processo de internacionalização das empresas da região, mas que deverá priorizar os investimentos em projetos de integração regional.

"Conseguimos superar os obstáculos, as arestas que existiam para o entendimento da constituição do Banco do Sul. Ele já está próximo de se tornar realidade. O objetivo é que seja um banco de desenvolvimento que financie a integração e o desenvolvimento dos países sul-americanos", disse.

OMC inicia debate decisivo sobre agricultura – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2007

A OMC (Organização Mundial do Comércio) iniciou ontem duas semanas de debates sobre a liberalização da agricultura, o grande nó da Rodada Doha de negociações comerciais, lançada em 2001 e praticamente parada desde então.

Por mais que a palavra "decisiva" para qualificar a nova negociação possa estar desgastada, pela quantidade de vezes que foi usada, sem ter decidido nada, desta vez há dois motivos para adotá-la, a saber:

1) O tempo está definitivamente se esgotando para se alcançar ao menos um esboço de acordo. Há virtual consenso de que ou se chega a um entendimento até o fim do ano ou Doha poderá ser dada como morta.

2) Agora, há parâmetros bem definidos a partir dos quais negociar, desde que os presidentes dos grupos negociadores de agricultura, Crawford Falconer, e de bens industriais, Don Stephenson, apresentaram seus textos, há dois meses.

Os números por eles apresentados eram para "pegar ou largar", na avaliação então obtida pela Folha no comando da OMC. Há 20 dias, os EUA "pegaram", ou seja, aceitaram negociar a redução de seus subsídios para entre US\$ 12,8 bilhões e US\$ 16 bilhões por ano

-antes, insistiam oficialmente em US\$ 22 bilhões e, extra-oficialmente, em US\$ 18 bilhões. Como também os europeus aceitaram a faixa de redução de suas tarifas agrícolas, a bola veio para o campo do Brasil e do G20, o grupo de países em desenvolvimento que ele lidera, obrigados em tese a reduzir suas tarifas industriais, conforme cobrou no dia 4 deste mês a negociadora-chefe norte-americana, Susan Schwab.

Mas, nas duas semanas de negociação agrícola, o Brasil dirá que não é bem assim. Primeiro, porque os EUA querem aceitar apenas a parte superior da faixa de corte proposta por Falconer (US\$ 16 bilhões), quando o G20 cobra US\$ 12 bilhões como teto máximo. Segundo, porque "dá com uma mão, mas tira com a outra", como diz Clodoaldo Hugueney, embaixador do Brasil em Genebra, a sede da OMC.

Qual é o truque? Os americanos se recusam a aceitar, além do teto global, um limite também para produtos.

No caso dos europeus, o truque é parecido, sempre segundo o embaixador: reduzem as tarifas mas colocam uma série de produtos na lista de "sensíveis", que podem manter uma proteção mais elevada.

Tudo somado, tem-se que o Brasil só aceita reduzir suas tarifas de bens industriais "na dependência do nível de ambição em agricultura, que está longe de ter sido estabelecido [nos textos de Falconer e Stephenson]", diz Hugueney.

Ainda assim, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, disse ontem em seminário sobre exportações que "nunca se esteve tão perto de um acordo em agricultura". Mas adicionou uma nota de cautela: "Na comparação com a situação de 18 meses atrás, andamos milhas e milhas. Estamos perto da linha de chegada? Ainda não".

Na avaliação dos especialistas em comércio, a dificuldade do Brasil para reduzir suas tarifas industriais não é interna, mas externa. Argentina e África do Sul ficaram profundamente insatisfeitas com as propostas de Stephenson. Como são parte do G20, para o Brasil fica difícil ceder qualquer coisa sem quebrar o grupo, conforme a avaliação obtida pela Folha no comando da OMC. Hugueney nega, no entanto, que esse seja o nó principal. Para ele, a questão continua a ser o nível baixo de concessões do mundo rico na área agrícola.

Ou seja, seria o mesmíssimo problema que emperrou a negociação nos últimos seis anos.

O jornalista CLÓVIS ROSSI viajou a Montreux a convite do Centro de Comércio Internacional, braço técnico conjunto da OMC e da Unctad

A culpa do fracasso – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 09/10/2007

RUBENS BARBOSA Nunca uma negociação comercial internacional, no âmbito do GATT e agora da Organização Mundial de Comércio (OMC), dependeu tanto, para seu sucesso, de uma instituição pública nacional de um dos países líderes nesses entendimentos.

É quase um clichê repetir que, no tocante ao comércio exterior, nos EUA, os republicanos são favoráveis ao livre comércio e os democratas, como reflexo da posição dos sindicatos, são mais restritivos e protecionistas. Hoje a situação mudou e a diferença, na prática, desapareceu. Republicanos, em sua maioria, de acordo com pesquisa recente do “Wall Street Journal”, e democratas, em sua quase totalidade, adotam uma atitude protecionista e restritiva ao livre comércio a fim de preservar os interesses de seus eleitores, especialmente os do emprego.

Para não ficar nas afirmativas genéricas e comprovar o dito acima, podem ser citados alguns exemplos de projetos de lei em discussão no Congresso por proposta de deputados e senadores dos dois partidos.

Muitos desses projetos não se transformarão em leis, mas expressam os humores políticos prevaletentes em Washington nos dias que correm.

- Deputado republicano Gresham Barrett requer ao presidente que atrase ou reverta a implementação de decisão do painel de resolução de disputas da OMC ou do Órgão de Apelação que seja adversa aos EUA e que envolva o cálculo de margens de dumping e média de margens de dumping e outros propósitos.

- Deputado republicano Phil English (presidente do grupo parlamentar BrasilEUA) visa a modificar o Trade Act de 1930 para que seja aplicado com mais rigor e precisão, acrescentando dispositivos legais para aprimoramento das investigações relacionadas ao comércio internacional de forma a garantir a proteção da indústria doméstica americana (como no caso do aço).

- Senadores democrata Max Baucus, presidente do Comitê de Finanças, e republicano Orrin Hatch, determinam a compilação pelo USTR de uma lista anual das barreiras comerciais externas aos produtos norteamericanos para que sejam tomadas medidas efetivas para serem investigadas a fim de que medidas comerciais restritivas sejam adotadas contra outros países; e solicitam o estabelecimento de uma comissão de juízes aposentados e peritos em legislação comercial para rever as decisões da OMC contra os EUA. Nas últimas semanas, o Congresso, desafiando as posições negociadoras do Executivo em Genebra, decidiu aumentar em US\$ 7 bilhões os subsídios na discussão da Lei Agrícola (Farm Bill), em especial no tocante ao açúcar.

A senadora democrata Hillary Clinton, que lidera as pesquisas de opinião na corrida presidencial do próximo ano, já avisou em debate eleitoral que não votará a favor de uma nova autorização do Congresso para o presidente Bush negociar o final da Rodada de Doha.

Os EUA, talvez como tática de negociação, indicaram que poderiam aceitar significativa redução dos subsídios (US\$ 13 bilhões a US\$ 16,5 bilhões), no momento em que analistas observam que, em decorrência da desaceleração da economia mundial, a tendência do preço das commodities, a médio prazo, será de queda.

Com essa percepção, o setor agrícola nos EUA deverá aumentar a pressão para a alta dos subsídios, na contramão da manifestação dos negociadores em Genebra.

Por tudo isso, qualquer que seja o resultado das negociações em curso em Genebra é muito pouco provável que o Congresso norte-americano conceda a um presidente republicano em fim de mandato o que os republicanos negaram ao presidente Clinton no início de sua gestão: a autorização para negociar (fast track) que expirou em julho passado.

Charles Rangel, presidente de um dos mais poderosos comitês do Senado, disse que, hoje, para os senadores, a prioridade da Rodada de Doha é muito baixa e que não acredita ser possível um acordo.

“Acho que a (futura) presidente Clinton vai ter de resolver isso”, disse o democrata, aliado de Hillary.

As pressões por parte dos desenvolvidos sobre o Brasil, a Índia e a África do Sul para uma maior abertura industrial são jogo de cena para tentar lançar a culpa do fracasso da Rodada nos países em desenvolvimento, visto que dificilmente os EUA aceitarão reduzir seus subsídios. A sorte da Rodada de Doha não está em Genebra, mas em Washington, nas mãos do Legislativo dos EUA. E o resultado, mais do que previsível.

RUBENS BARBOSA é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Banco do Sul começa a sair do papel – O Globo – Economia – 09/10/2007

Brasil conquista vitórias parciais em negociações preliminares no Rio

Depois de muita divergência, os ministros da área econômica dos países sul-americanos chegaram, ontem, a um consenso em relação ao Banco do Sul. A ata de fundação da instituição, originalmente defendida pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi acertada numa reunião no Palácio do Itamaraty, no Centro do Rio. O Banco do Sul será uma instituição de fomento para atender aos interesses da América do Sul.

Falta definir os critérios econômicos, como o capital inicial e o aporte de cada um dos países-membros. Já está acertado que a sede do Banco do Sul será em Caracas, e as duas subsedes ficarão em Buenos Aires e La Paz. A ata deverá ser assinada no próximo dia 3, na capital venezuelana.

Embora o estatuto ainda esteja em discussão, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o volume de capital desembolsado por cada país será fundamental para definir o peso político de cada um deles na diretoria do banco.

A estrutura de capital do Banco do Sul será discutida nos próximos 60 dias.

Mesmo sem revelar o valor do aporte do Brasil, Mantega disse que o país deverá constar do rol dos maiores contribuintes.

A igualdade entre os sócios vai se restringir ao Conselho de Administração. O banco nasce com 12 parceiros, entre eles Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

— Conseguimos superar todos os obstáculos e arestas — disse Mantega, acrescentando que o banco será importante porque representará uma nova instituição multilateral voltada para os interesses dos países sul-americanos.

Desembolsos não vão beneficiar países de fora Apesar de originalmente reticente à idéia, o Brasil conquistou, ontem, algumas vitórias parciais. Ficou decidido que a instituição funcionará como um banco de desenvolvimento .

Outra conquista é o fato de os desembolsos do Banco do Sul se restringirem à região — e não, como gostaria Chávez, beneficiarem países fora do eixo, como Cuba e Nicarágua.

Entre Doha e Mercosul, Brasil fica com o bloco - Assis Moreira – Valor Econômico –
Brasil - 09/10/2007

"Entre a Rodada Doha e o Mercosul, o Brasil escolhe o Mercosul", advertiu ontem o embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), Clodoaldo Hugueneu, numa das mais duras reações do país na negociação global. Diante da posição de países ricos, o Brasil praticamente condicionou um futuro acordo global à obtenção de flexibilidade adicional para o Mercosul proteger mais produtos industriais sensíveis. Hugueneu disse que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, já deu a mesma mensagem a Pascal Lamy, diretor-geral da OMC.

"O Mercosul é um projeto político de integração regional e prioridade absoluta para o Brasil", afirmou. "Por isso a negociação de Doha precisa tornar compatível a liberalização multilateral com a integração regional. Não queremos chegar ao ponto de ter de escolher entre participar mais amplamente da negociação de Doha e ao mesmo tempo provocar uma crise no Mercosul."

A questão é que, como o embaixador define, o "cobertor ficou curto" quando o Mercosul discutiu sua lista comum de produtos sensíveis a serem protegidos. Pela flexibilidade que o Mercosul escolheu no atual texto da negociação industrial, os quatro países podem fazer cortes até 50% menores em 10% das linhas tarifárias que não ultrapassem 10% do valor total importado. Isso significaria proteger cerca de 900 produtos.

Ocorre que, quando as listas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai foram reunidas, ficou claro que as indústrias tinham produtos sensíveis diferentes. A lista consolidada quase dobrou de tamanho. "Quando começamos a avaliar as coisas com profundidade, vimos que havia incompatibilidades", observou Hugueneu. "Essa flexibilidade de 10% acaba sendo dividida entre quatro, porque os produtos sensíveis não são os mesmos."

Para selecionar a lista, uma briga é inevitável entre os quatro na busca de proteção para seus próprios setores. O Brasil e a Argentina passaram a defender, como a África do Sul, que uniões aduaneiras de países em desenvolvimento tenham flexibilidade superior a 10% para acomodar situações específicas. A proposta é fortemente rechaçada por países ricos, além de países como Colômbia e Turquia. Uruguai e Paraguai tampouco mostram simpatia particular. O tema voltará à discussão no Mercosul quinta-feira, em Montevidéu.

A União Européia se considera a única união aduaneira verdadeira, negociando assim por 27 países membros. O embaixador europeu, Eckert Guth, foi extremamente duro com o Mercosul, ironizando que sequer é união aduaneira, irritando brasileiros e argentinos pelo seu tom.

Para países industrializados, o que o Mercosul deve fazer é negociar internamente para definir a lista com os 10% de flexibilidade prevista e não pedir mais, porque abre outra discussão, inclusive sobre o que é realmente união aduaneira, algo até agora não definido oficialmente pela OMC.

"Se querem tentar criar enfrentamento dentro do Mercosul através de Doha não é uma boa estratégia", reagiu o embaixador da Argentina, Alberto Dumont, confirmando sintonia com o Brasil pela prioridade ao Mercosul. Ou seja, o bloco está em processo de integração, com várias exceções, e a OMC deve estimular essa integração, não destruí-la.

Um alto negociador uruguaio, porém, não escondeu seu incômodo com a questão entre Doha ou Mercosul. "Não existe essa escolha", rechaçou, mostrando o problema dentro do bloco. Hugueneu minimizou a situação, lembrando que o Itamaraty trabalha com uruguaio e paraguaio para chegar a um entendimento.

Cada um eleva o tom quando as coisas "ficam sérias" na negociação. A própria situação no Mercosul, com tarifa externa comum (TEC) e dividido, estava prevista. Só que um acordo também parece ficar mais distante.

E as pressões aumentam. O secretário de Comércio Exterior da França, Henri Novelli, visitou ontem Lamy e saiu da OMC considerando "injusto" que Brasil e a China sejam considerados países em desenvolvimento diante de sua importância geopolítica e comercial. Com esse tipo de argumento, já reiterado dezenas de vezes pelos franceses e outros europeus, Novelli quer tentar justamente mais flexibilidade para frear a entrada dos principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil, como carne bovina, frango, açúcar e outros.

Hoje, uma aliança de países em desenvolvimento, articulada pelo Brasil, insistirá na OMC contra o que qualifica de "desequilíbrio" entre as negociações agrícola e industrial.

Banco do Sul tem regras para operar, mas não tem capital - Francisco Goes – Valor Econômico – Brasil - 09/10/2007

Os ministros da Fazenda, Economia e Finanças de sete países da América do Sul deram um novo impulso político, ontem, no Rio, à criação do Banco do Sul, instituição de fomento que surge para financiar projetos de desenvolvimento na América do Sul. Os ministros do Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela anunciaram ter chegado a uma proposta de consenso sobre a ata de fundação do Banco do Sul, que ainda precisa ser analisada e aprovada pelos presidentes dos respectivos países.

O ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, sinalizou, ao fim do encontro, que ainda haverá muito trabalho técnico pela frente. O esforço continua hoje, no Rio, com a realização da 9ª reunião da comissão técnica do Banco do Sul. Com os princípios gerais definidos pelos ministros, o trabalho volta-se agora para a discussão do estatuto da entidade. Mantega afirmou que ainda não há definição sobre o aporte de capital no banco, nem sobre o tempo que será necessário para os países integralizarem este capital. "Em 60 dias, após a assinatura da ata de fundação, vamos tentar resolver todos os problemas do estatuto", disse ele.

Ele informou que cada país terá um voto no conselho de administração do banco, formado pelos ministros da Fazenda, Economia e Finanças de cada país. Na diretoria da instituição, contudo, pesará o aporte de capital feito pelos sócios individualmente. Ainda não se sabe quem presidirá a instituição. Os ministros concordaram em estabelecer a sede do Banco do Sul em Caracas e fixar duas sub-sedes: uma em La Paz, na Bolívia, e outra em Buenos Aires, na Argentina.

O ministro das Finanças da Venezuela, Rodrigo Cabezas, reiterou o convite do presidente Hugo Chávez aos mandatários dos demais países para que o documento de fundação do Banco seja assinado em 3 de novembro, em Caracas.

"O Banco do Sul não nasce contra ninguém, mas a favor dos países da América do Sul. Não haverá créditos condicionados a políticas econômicas, não haverá créditos que sejam um carma para os povos, nem será este um banco de instrumento de dominação", disse Cabezas. Ele e Mantega fizeram questão de afirmar que o Banco do Sul seguirá critérios profissionais e será uma instituição "séria", com rating, aprovando projetos de acordo com a viabilidade técnica.

"Acredito que conseguimos superar todos os obstáculos que se colocavam para um entendimento em torno da constituição do Banco do Sul", disse Mantega. O ministro emitiu opinião pessoal no sentido de que o banco, em um primeiro momento, não realize operações a fundo perdido. De acordo com ele, o Banco do Sul vai representar uma nova instituição multilateral para a região, voltada às necessidades e os interesses dos países sul-americanos, sem colidir com outras instituições do gênero como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial.

Mantega também afirmou que o Banco estará aberto ao ingresso de outros países da região, além dos fundadores. Segundo o ministro, a nova instituição pretende financiar projetos públicos e privados. "Poderá financiar uma siderúrgica na Bolívia ou empresas alimentícias no Paraguai", salientou. Na área de integração da infra-estrutura, a entidade poderá apoiar a construção de hidrelétricas e projetos de logística de transporte, entre outros. Segundo Mantega, o novo banco também deverá ajudar os países da região a enfrentar melhor as crises financeiras internacionais, pois vai estimular um maior crescimento econômico.

Os ministros divulgaram um documento denominado "Declaração do Rio de Janeiro", no qual afirmam que o Banco terá papel central no marco de uma nova arquitetura financeira regional. No documento, eles reiteraram a expectativa de que ele contribua para o aumento da oferta de crédito na região, para a revitalização do investimento e redução das assimetrias, além de propiciar o desenvolvimento da infra-estrutura, do emprego e de um círculo virtuoso na América do Sul.

A aventura do Banco do Sul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/10/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acabou embarcando na aventura do Banco do Sul, incapaz de resistir a mais uma jogada mirabolante do colega venezuelano Hugo Chávez. Se algum país extrair algum benefício econômico da iniciativa, não será o Brasil. Se houver algum ganho político, também não será para o lado brasileiro. O governo Lula só entra nesse negócio para pôr dinheiro, ser voto vencido e submeter-se, como vem fazendo sistematicamente, às imposições dos parceiros sul-americanos. Tudo foi montado, até agora, para produzir exatamente esse resultado e só um dos participantes do jogo parece não haver percebido. Ou, se tiver percebido, deve gostar desse papel.

A contribuição de cada país para o capital do banco pesará na formação da diretoria, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, depois de conversar sobre a ata de fundação com representantes de outros seis países - Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Se as participações forem de fato diferentes, a do Brasil será certamente uma das maiores, se não for a maior. Mas no conselho de administração, formado pelos ministros de Economia e Finanças dos vários associados, cada país terá um voto, sem se levar em conta o aporte de cada um.

É fácil antever como funcionará esse conselho. Os governos da Bolívia e do Equador são chefiados por discípulos do presidente Hugo Chávez. O da Argentina só tem conseguido rolar sua dívida graças ao apoio financeiro da Venezuela. Só isso garantirá 4

votos em 7. Não é preciso grande esforço para adivinhar para onde se inclinarão as autoridades paraguaias e uruguaias.

Mas o Banco do Sul não será apenas uma aventura custosa e de escasso benefício - político e econômico - para o Brasil. Como instituição para financiar investimentos e a modernização regional, será um trambolho de nenhuma utilidade.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird) podem realizar essa tarefa com muito maior eficiência e custos muito mais baixos, porque seus sócios principais, Estados Unidos e outros países desenvolvidos, têm as mais altas classificações no mercado financeiro. Além disso, as duas instituições já dispõem de uma estrutura consolidada e de muita competência técnica.

“O Banco do Sul não nasce contra ninguém, mas a favor dos países da América do Sul”, disse o ministro do Poder Popular para as Finanças da República Bolivariana da Venezuela, Rodrigo Cabeza. Mas logo em seguida ele tratou de marcar a diferença: “Não haverá créditos condicionados a políticas econômicas, não haverá créditos que sejam um carma para os povos, nem será este banco um instrumento de dominação.”

Esse discurso é muito mais ideológico do que financeiro e expressa com perfeita clareza a premissa negada na primeira frase: o Banco do Sul foi concebido como alternativa política às velhas instituições multilaterais, consideradas instrumentos de dominação das potências capitalistas. Na proposta original, um dos papéis do banco seria substituir o Fundo Monetário Internacional (FMI) no financiamento de programas de ajuste. O governo brasileiro conseguiu, num raro lance de bom senso, vetar essa parte do projeto. Por isso o Banco do Sul é apresentado, agora, como um banco regional de desenvolvimento e não mais como um FMI bonzinho e permissivo. Mas a idéia de créditos sem condições incômodas permanece.

Que o governo argentino tenha sido o primeiro a apoiar a idéia é perfeitamente compreensível. Criado o novo banco, o Tesouro da Venezuela conseguiria dividir com a vizinhança o custo da ajuda financeira ao Tesouro da Argentina. O jogo poderá ser diferente, na versão atualizada do projeto, mas o jogo combinado entre Caracas e Buenos Aires continua. Segundo Cabeza, o gasoduto entre Venezuela e Argentina será um dos primeiros investimentos avaliados.

Os governos dos sete países fariam algo muito mais sensato e mais produtivo se retomassem as discussões com o BID sobre como financiar projetos de integração da infraestrutura regional. Sensatez, no entanto, não tem sido a grande marca nos debates sobre a cooperação entre os sul-americanos. Não é, com certeza, a grande marca do projeto do Banco do Sul.

Emergentes e ricos resistem e ameaçam a Rodada Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/10/2007

Em uma resposta à pressão dos países ricos para que as economias emergentes abram seus mercados, um grupo de 90 países em desenvolvimento liderados por Brasil e Índia apresentou ontem à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma nova posição resistindo a cortes profundos no setor industrial, pedindo prioridade à agricultura e a inclusão do etanol nas negociações. Na prática, a resistência tanto dos países emergentes como das economias ricas põe em xeque a própria Rodada. A proposta, com amplo peso político, foi recebida em Washington e Bruxelas como um sinal de que a Rodada Doha pode fracassar.

As diferenças e o tiroteio são tão expressivas entre os governos que a OMC rompe com a tradição e decide evitar realizar sua conferência ministerial neste ano. Pelas regras, a conferência deveria ocorrer a cada dois anos (a última foi em 2005 em Hong Kong). Mas, sem acordo, o diretor da OMC, Pascal Lamy, optou por esperar uma conclusão da Rodada. Até o início de novembro, um novo rascunho do acordo deve ser feito e, então, os países avaliarão se será possível um entendimento.

'Há uma séria questão se de fato esses países (emergentes) querem negociar', atacou Peter Allgeier, embaixador dos Estados Unidos na OMC. 'Os países emergentes esperam que tomemos iniciativas. Mas não querem fazer o mesmo. Isso não é justo.' Em Washington, negociadores questionaram se a medida não teria como finalidade impedir qualquer acordo.

Para o Brasil, a proposta não faz nada além de recolocar as prioridades dos países emergentes no centro do debate. Nos últimos dias, a Casa Branca vinha pressionando para que Brasil, África do Sul e Índia utilizassem sua cúpula na semana que vem para fazer concessões na área industrial. A resposta veio ontem e foi em direção oposta.

Pelo novo documento, o grupo de emergentes, africanos, caribenhos e outros governos alerta que a preocupação com o desenvolvimento dos países mais pobres deve ser o objetivo das negociações, o que não estaria ocorrendo. Por isso, um corte de tarifas industriais não poderia passar de 50%, e não 66% como querem os países ricos. Flexibilidades para que cada país possa ter sua política industrial também foram adotadas. 'Essa proposta pode ter sido o prego final no caixão da Rodada', afirmou um negociador mexicano. O México, assim como Chile, Costa Rica, Peru e alguns países em desenvolvimento, não apoiam a posição do grupo liderado pelo Brasil.

A proposta pede que o etanol seja tratado como um bem ambiental e, portanto, seja incluído na lista de produtos que terão as tarifas zeradas. A proposta é rejeitada tanto por americanos como por europeus.

Países emergentes são acusados pelos EUA de querer o fim de Doha - Assis Moreira –
Valor Econômico – Brasil - 10/10/2007

A já combalida Rodada Doha voltou a se aproximar do colapso total, com acusações recíprocas e aprofundamento do racha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Os Estados Unidos reagiram duramente a uma proposta do Brasil, Argentina e África do Sul por flexibilidade adicional para as indústrias do Mercosul e da Sacu (a união aduaneira da África Austral), advertindo que isso "pode significar o fim da Rodada Doha".

A reação dos ricos foi motivada também por outras demandas do bloco em desenvolvimento, com cerca de 90 países, que Brasil, Índia e África do Sul conseguiram organizar. O bloco pede mudanças estruturais no texto de base da negociação industrial e responde a pressões da representante comercial dos EUA, Susan Schwab.

O bloco reitera que só haverá progressos na negociação industrial depois do resultado da negociação agrícola e considera inaceitáveis cortes maiores nas tarifas de nações em desenvolvimento do que nas dos países ricos. A Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) calcula que o texto industrial significa corte nas tarifas consolidadas de 21% nos EUA, 23% na União Européia, comparado a 58% no Brasil, 62% na Índia, 42% na África do Sul e 28% na China.

O bloco em desenvolvimento diz ser crucial obter flexibilidades maiores na área industrial. Brasil, Argentina e África do Sul querem espaço maior para o Mercosul e a Sacu protegerem mais produtos industriais, a fim de preservar as tarifas externas comuns. A mensagem é que o texto industrial precisa ser amplamente alterado.

As reações dos "elefantes" do comércio mundial, contudo, foram categóricas. "Essa proposta pode sinalizar o fim da Rodada Doha", declarou ao Valor o porta-voz comercial dos EUA, Sean Spicer. "Enquanto os EUA e outros têm mostrado claro compromisso em ir adiante, essa proposta marca um retrocesso importante e na direção errada." A União Européia também avisou que o texto do mediador da negociação "é razoável, documentos alternativos não são necessários e estamos esperando outros na mesa para negociar".

A atual fase de negociação era para aproximar posições em direção a um acordo final, após seis anos de negociações, mas a história se repete, com endurecimento de todas as partes. A Argentina, com posição forte na área industrial, sinalizou logo o perigo para Doha: "Esse é um barco pesado, se não for girado a tempo a colisão com o iceberg é inevitável", avisou o embaixador Alberto Dumont.

Em escritórios importantes da OMC, o clima de hostilidade e os debates negativos ao longo do dia deflagraram o sinal de alarme. O diretor-geral, Pascal Lamy, porém, considera que o aprofundamento da discussão geralmente leva a esse tipo de cenário.

A maioria dos negociadores ataca os EUA pelo impasse. Na agricultura, os americanos são "seletivos", mas na área industrial pedem "concordância incondicional". Já o embaixador americano na OMC, Peter Allgeier, acelerou a crítica aos grupos em desenvolvimento, conduzidos por Brasil, Índia e África do Sul. "Agora não é mais tempo para se dizer o que não se quer, é tempo para dizer o que estão prontos a fazer em agricultura e na área industrial", afirmou enfático.

O alvo de Allgeier foi sobretudo a demanda de Brasil e Argentina por flexibilidade adicional para o Mercosul. Para ele, o Brasil está querendo "virar de cabeça para baixo" a OMC. "Dizer que países devem (liberalizar) menos, porque estão em uniões aduaneiras ou em outros acordos preferenciais, é se desviar da OMC", argumentou. "A OMC é sobre

liberalização multilateral e não devemos abrir precedentes para arranjos especiais." Sinalizou que os EUA estavam prontos a examinar "necessidades específicas e bem definidas" para certos países protegerem mais suas indústrias, mas não para o Mercosul.

A constatação de Dumont, embaixador argentino, foi rápida: "Os EUA estão de acordo para acomodar todo mundo, menos nós (Argentina, Brasil e África do Sul). E querem que esqueçamos flexibilidade adicional para uniões aduaneiras. Para o Mercosul essa é uma questão fundamental."

Nos corredores da OMC, importantes personagens da negociação consideravam "preocupante" se a advertência do Brasil - de que prefere o Mercosul a Doha, caso não obtenha mais flexibilidades para sua indústria - for para valer e não meramente tática de negociação.

A resposta do embaixador brasileiro, Clodoaldo Huguene, veio logo. "Nossa posição é sólida e podem ficar preocupados, porque não há dúvidas sobre isso. O Brasil tem o objetivo político de fortalecer e preservar o Mercosul, consolidar a TEC, acabar com as exceções. E temos que encontrar soluções para compatibilizar Doha e o Mercosul. A rodada tem que preservar as uniões aduaneiras." Para os EUA e a UE, porém, o Mercosul não é união aduaneira completa, com numerosas exceções. Para a UE, "só há duas uniões aduaneiras no mundo, a UE e a Sacu", segundo seu embaixador, Eckert Guth.

Ricos reagem às intenções do Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 10/10/2007

Brasil e Argentina podem cortar menos em 10% das tarifas industriais, pela flexibilidade prevista no atual texto da negociação industrial na Rodada Doha, mas os dois países querem proteger um percentual maior de produtos para equiparar a situação do bloco com a de países que não são membros de uniões aduaneiras com tarifa externa comum (TEC). O argumento é de que países sozinhos não precisam acomodar interesses de outros. Já os blocos ficam numa situação menos favorável.

O Mercosul empurrou a elaboração detalhada de sua proposta industrial para a semana que vem, em Montevideu. A proposta de maior margem para uniões aduaneiras na Rodada Doha já foi feita pela África do Sul, mas é a iniciativa do bloco do Sul que está causando rebuliço. Os EUA acusam o Brasil de querer colocar a Organização Mundial do Comércio (OMC) de "cabeça para baixo".

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, observou que as regras multilaterais se sobrepõem aos acordos regionais e os membros desses acordos é que devem "cozinhar" um entendimento entre eles.

O embaixador da UE, Eckert Guth, abriu os braços, perguntando "o que é isso", quando ouviu falar da advertência do Brasil de que prefere Mercosul a Doha se não obtiver a flexibilidade adicional. "Nós preferimos a Europa", ironizou.

O embaixador brasileiro, Clodoaldo Huguene, defendeu a demanda. "Se querem que façamos cortes tarifários maiores, o número de produtos afetados é muito grande e o corte nas tarifas aplicadas passa a ser sobre um grande número de produtos. E se a flexibilidade de 10% é para dividir por quatro, como faz?", indagou. (AM)

Empresários da UE e do Cone Sul pressionam para reativar negociação – Valor Econômico – Brasil - 10/10/2007

A frustração com o ritmo da negociação de um acordo de livre comércio entre a União Européia (UE) e Mercosul marcou a reunião anual do Fórum Empresarial dos dois blocos, encerrada ontem em Lisboa. Empresários presentes decidiram fazer mais pressão sobre os negociadores dos dois blocos, para que eles retomem a negociação. Além disso, os executivos vão monitorar o andamento de suas propostas, como facilitação de comércio, e se articular mais de uma vez por ano.

Mas o desinteresse europeu foi evidente desta vez. Ao contrário de anos anteriores, nenhum comissário participou do encontro organizado pelos empresários. O presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, estava na capital portuguesa, mas tampouco apareceu. O número de empresários europeus foi pequeno e com menor peso econômico e político.

A surpresa, por outro lado, foi a chegada em cima da hora de uma delegação da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), do Brasil, para mostrar que quer o acordo birregional o mais rápido possível.

"Há sensação de falta de interesse por parte da Europa pelo fato de os europeus estarem mais interessados em aprofundar relações com a Ásia", avalia Alfredo Valadão, professor da cátedra Mercosul no Instituto de Estudos Políticos de Paris e um dos debatedores em Lisboa. "Tem a frustração com o estado da negociação birregional, o fato dela estar atrelada ao que acontecer na Rodada Doha e também a UE não tem número suficiente de negociadores para cuidar de todos os acordos comerciais ao mesmo tempo", acrescenta.

A cátedra Mercosul do Instituto de Estudos Políticos de Paris fez uma sugestão técnica que negociadores consideraram interessante: fazer um acordo de livre comércio com diferenças nos tempos de aplicação dos compromissos e nos produtos sensíveis para os quatro países do Mercosul. Isso é ainda mais importante porque participantes dizem ter constatado em Lisboa um "problema argentino". O secretário de Comércio Internacional, Alfredo Chiaradia, mostrou interesse em facilitação de comércio, mas em termos de acesso ao mercado só falou em "agricultura, agricultura, agricultura".

Além disso, segundo Valadão, pela sua abordagem, os argentinos deixaram clara a preocupação com a parceria estratégica UE-Brasil, temendo um acordo bilateral entre ambos. Os brasileiros negaram essa possibilidade. **(AM)**

Acordo do Brasil com EUA evitará bitributação - Lu Aiko Otta e Paula Puliti – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007

'Medida vai encorajar investimentos nos dois países', aposta secretário do Comércio, Carlos Gutierrez

Um acordo entre Brasil e Estados Unidos para evitar a dupla tributação promete ser um dos principais tópicos da reunião, hoje, da reunião de altos executivos brasileiros e americanos. 'Já temos um acordo para compartilhar informações sobre tributos, e o desafio é continuar nesse caminho e chegar a um acordo contra a dupla tributação', disse ontem o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutierrez.

'Achamos que o acordo vai encorajar o investimento nos dois países.' Ele deu essas declarações após encontrar-se com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, para mais uma rodada de discussões do grupo de crescimento Brasil-Estados Unidos. Esse grupo foi criado em 2005, para fortalecer as relações entre os dois países.

Um acordo para evitar a bitributação é um tema antigo na agenda dos dois países. As discussões, porém, avançam devagar porque os sistemas tributários são muito diferentes e há risco de o acordo reduzir a arrecadação em ambos os lados. Em março, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush assinaram uma declaração conjunta na qual se comprometeram a 'redobrar esforços' para concluir o acordo.

Miguel Jorge disse concordar com Gutierrez e informou que a necessidade de um acordo será um dos pontos que os empresários brasileiros apresentarão na reunião de hoje. 'Os dois governos estão trabalhando nesse assunto.' Ele afirmou que não há nenhum ponto específico que impeça o acordo. 'Estamos avançando e esperamos chegar a um bom termo.' Outra queixa dos empresários, o chamado custo Brasil, preocupa o ministro.

Gutierrez informou que ouviu 'muitos comentários' em relação à possibilidade de a taxa sobre o etanol importado pelos EUA ser prorrogada por mais dois anos. O tema está em discussão no Congresso americano. Segundo ele, a decisão caberá ao Legislativo.

'Enquanto isso, o que faremos é trabalhar juntos para criar padrões que contribuam para o crescimento do mercado global do etanol.' Esse trabalho, segundo ele, permitirá que no futuro o etanol seja uma indústria global. 'E isso vai beneficiar fortemente o Brasil.' Uma das possibilidades de parceria é no desenvolvimento de tecnologias para produção do álcool a partir de celulose. 'Há muito trabalho a fazer além de importar e exportar.'

DOHA - Para Gutierrez, a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), que pretende eliminar subsídios pagos pelos países ricos a seus agricultores, é 'a oportunidade de uma geração' para combater a pobreza e estimular o crescimento econômico no mundo inteiro. 'Mas não há dúvidas que as discussões são difíceis', reconheceu.

Mais cedo, em São Paulo, ele havia afirmado que o Brasil deve utilizar seu papel de liderança para influenciar os países emergentes a avançar nas negociações da rodada, que estão travadas por divergências sobre a abertura dos mercados agrícolas e industriais. Ele admitiu a possibilidade de o governo Bush tentar obter licença especial do Congresso para negociar a rodada. Pelas regras atuais, o acordo precisa ser submetido ao Legislativo.

Amorim cobra clareza dos EUA sobre Doha - Luciana Nunes Leal – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007

Em reunião com o conselheiro para assuntos econômicos do presidente George W. Bush, Allan Hubbard, na tarde de ontem, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, cobrou mais clareza do governo americano depois de sinais de que os Estados Unidos estão dispostos a mostrar mais flexibilidade nas negociações da Rodada Doha, especialmente em relação à agricultura.

No mês passado, em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Nova York, Bush disse que pretendia buscar uma solução para as 'diferenças' entre os dois países na questão agrícola. No entanto, até agora os americanos não passaram das boas intenções.

'Eu disse que acho possível um acordo e que primeiro tem de ter clareza em agricultura', afirmou Amorim, ao ser questionado sobre a reunião. Ao sair do Itamaraty, Hubbard disse apenas que a reunião tinha sido muito boa e que 'o presidente Bush está comprometido com Doha'.

Uma das definições aguardadas com mais expectativa pelo governo brasileiro é sobre a possibilidade de os Estados Unidos reduzirem o limite dos subsídios agrícolas dos atuais US\$ 17 bilhões para um valor entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16 bilhões. 'Existe um movimento e nós reconhecemos. Mas ele só existirá se (o valor) chegar próximo dos US\$ 13 bilhões. Se for de US\$ 17 bilhões para US\$ 16,5 bilhões, não é movimento nenhum. É preciso estar atento para (a possibilidade de) fazer um grande movimento que quer dizer o oposto', afirmou o ministro, em entrevista depois da reunião.

O ministro disse ainda que não aceitava as afirmações de que Brasil, Índia e África do Sul, por suas posições em relação à questão agrícola, emperram a Rodada Doha. 'Não é justo, não é correto. Se continuar essa guerra na mídia internacional, não vai haver acordo', afirmou Amorim.

O chanceler negou que o Brasil esteja mais voltado para o Mercosul e, ao mesmo tempo, atrapalhe as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). 'O Mercosul tem importância política, é questão de estabilidade política dos países. Não vamos entregar o Mercosul em troca da OMC', afirmou o ministro.

Quase todos os países hoje desenvolvidos recorreram a tarifas industriais no século 19 e na maior parte do século 20

"Um artifício muito comum quando alguém alcança o ápice da grandeza é chutar a escada por meio da qual subiu, de maneira a impedir os outros de subir atrás dele. Nisso reside o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith."

Friedrich List, 1841

ESTÁ EM andamento mais uma tentativa de destravar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). As diferenças de posição continuam -tudo indica- bastante consideráveis, mas é possível que se chegue a algum acordo. Para países como o Brasil, não está nada claro que um acordo venha a ser necessariamente positivo. Segundo alguns especialistas, o resultado pode ser até "desastroso". A Rodada Doha, lançada em 2001 como "Rodada do Desenvolvimento", corre o risco de transformar-se no seu contrário: na consagração do subdesenvolvimento e do atraso relativo dos países menos desenvolvidos. Um novo impasse talvez seja o menor dos males.

Negociações internacionais costumam ser pouco transparentes. É comum que a realidade da negociação seja obscurecida por blefes, manobras retóricas e jogos de cena. Mas, a julgar pelo que está vindo a público, o problema central da Rodada Doha persiste: os países desenvolvidos não aceitam, na prática, que ela tenha como foco o desenvolvimento dos países atrasados. Ao contrário, procuram resultados que deixariam esses países ainda mais desarmados do que já estão em termos de instrumentos de política de desenvolvimento industrial.

Por um lado, os EUA e a União Européia hesitam enormemente em fazer concessões expressivas em termos de agricultura -área em que o Brasil e outros países em desenvolvimento têm vantagens competitivas solidamente estabelecidas. Não obstante, insistem em extrair dos países em desenvolvimento reduções importantes das tarifas industriais.

O Brasil, em aliança com a Índia, a Argentina, a África do Sul e outras nações, continua resistindo. A mensagem do governo brasileiro aos países avançados parece clara e, resumindo ao extremo, consiste basicamente de dois pontos: a) não nos venham com migalhas em termos de redução das barreiras e subsídios na área agrícola; e b) não nos peçam para fazer concessões exageradas em termos de tarifas industriais.

Sobre esse segundo ponto, recomendo ao leitor um trabalho do economista sul-coreano Ha-Joon Chang, professor da Universidade de Cambridge ("Why Developing Countries Need Tariffs?", novembro de 2005). A história econômica recente e remota mostra que para países relativamente atrasados é muito difícil, se não impossível, alcançar o desenvolvimento sem lançar mão de tarifas industriais protecionistas, subsídios e outros mecanismos de política industrial.

Chang lembra que quase todos os países hoje desenvolvidos recorreram a esses instrumentos ao longo do século 19 e durante a maior parte do século 20. Os Estados Unidos, por exemplo, mantiveram tarifas industriais médias em torno de 40% durante a maior parte do período entre 1820 e 1945 -níveis muito mais altos do que aceitam para os países em desenvolvimento na Rodada Doha. Americanos e europeus estão "chutando a escada", diria o economista alemão Friedrich List, um dos fundadores do nacionalismo econômico moderno e crítico do liberalismo inglês.

Como observa Chang, os desenvolvidos protegem o seu passado, quando insistem em manter pesados subsídios e elevadas tarifas agrícolas. Mas querem impedir os países em desenvolvimento de construir o seu futuro por meio de proteção industrial e subsídios.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 52, escreve às quintas-feiras nesta coluna. Diretor-executivo no FMI, representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago). pnbjr@attglobal.net

Negociadores vêm morte da Rodada Doha – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/10/2007

Sem perspectiva de avanço, o Conselho Geral da OMC decide não convocar a reunião ministerial até o final deste ano - EUA criticam os países em desenvolvimento; estes querem que a redução da ajuda agrícola dos ricos seja o centro das negociações

A Rodada Doha de liberalização comercial está morta, mas ninguém ousará emitir o seu atestado de óbito. A avaliação foi obtida ontem pela **Folha** de um dos principais atores das negociações, com o compromisso de não citação do nome.

Doha foi lançada em 2001, na capital do Qatar, como a mais ambiciosa etapa de abertura do comércio no planeta, mas avançou muito pouco desde então. Anteontem, entrou pelo menos em estado de coma, depois que um numeroso bloco de países em desenvolvimento, Brasil à frente, recusou-se a aceitar os cortes nas suas tarifas de importação de bens industriais nos moldes propostos pelo canadense Don Stephenson, presidente do grupo negociador dessa área.

Os Estados Unidos revidaram imediatamente com fortes disparos contra os países em desenvolvimento, retomando o cenário de Potsdam, na Alemanha, quando fracassou uma reunião do G4 (Brasil, Índia, EUA e União Européia) destinada exatamente a dar um impulso decisivo à rodada. Os países em desenvolvimento exigem que a redução do protecionismo agrícola dos países ricos seja o centro da negociação.

Stephenson, ao participar ontem de um seminário sobre exportações em Montreux, contou uma história que retrata bem a negociação: disse que, há uns 150 anos, o Estado norte-americano de Kansas tinha uma lei que dizia que, caso dois trens viessem em sentido

contrário, os dois deveriam brechar imediatamente e um só poderia se mover quando o outro se movesse também.

Como o trem dos países ricos e o trem dos países em desenvolvimento não se movem, não há a colisão frontal mas tampouco há acordo, o que leva Doha ao coma. "Há um disseminado sentimento em Genebra de que não há desejo dos dois lados de tomar as duras decisões necessárias para chegar a um acordo", ouviu a Folha de um segundo negociador, dos mais relevantes.

Genebra é o QG da Organização Mundial do Comércio, em cuja sede, às margens do lago Léman, seguem as negociações.

Mas seguem agora sem perspectiva de qualquer avanço, a ponto de o Conselho Geral -principal instância técnica da OMC- ter decidido violar as regras e não convocar uma reunião ministerial até o fim do ano, pelo menos.

Violação de regra - O acordo que criou a OMC manda realizar reuniões ministeriais -suprema instância política e decisória- a cada dois anos. A última foi em dezembro de 2005 em Hong Kong. Logo, não haver novo encontro em 2007 viola a regra, o que ocorre pela primeira vez. Antes, houve antecipação de reuniões ministeriais, mas nunca o adiamento por tempo indefinido.

No comando da OMC, avalia-se que não há demanda, não há agenda e nem mesmo um local oferecido para a reunião ministerial, razão pela qual não há o menor sentido em convocá-la.

No máximo, serviria para emitir o atestado de óbito de Doha, o que os participantes não farão nem sob tortura.

Tirar Doha do coma exigiria envolvimento político, ou seja, uma reunião de ministros, que não precisam ser de todos os 151 países-membros da instituição, mas teria de ser um grupo representativo, avalia um dos principais negociadores, sempre na condição de não ter o nome mencionado. Mas ele completa: "Não há planos para nenhum encontro ministerial".

Posto de outra forma: até o fim do ano, não há hipótese de avanço. Logo em seguida, entra-se no período mais quente da eleição norte-americana (a partir de março mais ou menos), o que torna impraticável qualquer concessão de Washington que possa fazer mover o "trem" dos Estados Unidos e permitir, assim, que se mexa também o "trem" dos países em desenvolvimento.

A delegação brasileira nega rotundamente, mas seus principais parceiros têm certeza absoluta de que a resistência brasileira à redução de suas tarifas industriais não é uma questão interna, mas uma maneira de atender Argentina e África do Sul e, assim, preservar a unidade do G20, o grupo dos países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia que luta pela abertura agrícola do mundo rico.

Problema comercial - Proteger Argentina e, por extensão, o Mercosul, é necessário porque o país vizinho está hoje na situação em que os Estados Unidos entrarão no ano que vem. Na iminência da eleição presidencial, qualquer concessão na área industrial poderia afetar a candidata situacionista, Cristina Kirchner.

O problema é que no Mercosul há fissuras. O Uruguai não concorda com a resistência à abertura industrial, o que deve forçar a realização, no fim de semana, de uma reunião em Montevideu para tentar afinar a sintonia no bloco do Sul.

Qual será a conseqüência da morte de Doha, se devidamente certificada? "Será mais que um problema comercial", responde Pascal Lamy, o diretor-geral da OMC. Por quê? Porque ameaça a credibilidade do sistema multilateral de comércio.

Para o Brasil, será inequivocamente um retrocesso porque é no âmbito multilateral que o país aposta suas principais fichas. Sabe que só obterá verdadeiros ganhos na área agrícola no âmbito da OMC, não em negociações bilaterais com europeus ou norteamericanos.

O jornalista **CLÓVIS ROSSI** viajou a Montreux a convite do Centro de Comércio Internacional, braço técnico conjunto da OMC e da Unctad

Brasil e Estados Unidos trocam acusações - Eliane Oliveira e Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 11/10/2007

Secretário americano reclama de burocracia brasileira. Para Amorim, EUA fazem guerra na mídia

BRASÍLIA e SÃO PAULO. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, atacou duramente os Estados Unidos em relação às negociações da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele disse que os americanos estão fazendo "uma guerra na mídia" ao responsabilizar os países emergentes, entre os quais o Brasil, pela falta de um acordo. Em visita ao Brasil, o secretário de Comércio americano, Carlos Gutierrez, afirmou que o Brasil deveria convencer os demais emergentes a apoiarem o acordo. O secretário também criticou a burocracia e a carga tributária do país, que classificou de "alta e imprevisível".

— O Brasil é um líder e, se declarar seu apoio ao acordo da OMC, os outros países farão o mesmo — disse Gutierrez.

Amorim, depois de se reunir com o assessor para Assuntos Econômicos da Casa Branca, Alan Hubbard, avisou: — Isso é injusto, incorreto e, dessa maneira, não terminaremos a rodada. Já Hubbard se limitou a dizer, ao deixar o Itamaraty, que o presidente americano, George W. Bush, está totalmente comprometido com Doha. Ao saber das declarações de Gutierrez, Amorim rebateu: — Também gostaríamos que os EUA ajudassem nisso. Em agricultura, o diabo está nos detalhes, enquanto na indústria as coisas parecem mais simples — afirmou, referindo-se à pressão dos países ricos para que os emergentes reduzam as tarifas sobre produtos industrializados. Amorim criticou a oferta americana de reduzir os subsídios agrícolas a entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,5 bilhões. Ele lembrou que, em 2006, os EUA gastaram US\$ 15,6 bilhões: — Precisamos saber se os

EUA estão mais perto de US\$ 13 bilhões ou de US\$ 16,5 bilhões. Se for de US\$ 16,5 bilhões, a oferta é nula.

O chanceler também afirmou que o Brasil não abrirá mão do Mercosul para obter sucesso na Rodada de Doha, pois o bloco é uma questão de estabilidade política.

Gutierrez: custo-Brasil dificulta investimentos

Em São Paulo, Gutierrez disse que o custo-Brasil é um dos impedimentos para que as companhias americanas aumentem seus investimentos em território brasileiro.

— As empresas enfrentam tarifas altas, dificuldades alfandegárias, um sistema tributário imprevisível, um sistema legal sobrecarregado e uma Justiça lenta. Não estou dizendo nenhuma novidade, é o chamado custo-Brasil — afirmou o secretário em palestra a empresários na Câmara Americana de Comércio (Amcham).

Em 2006, o comércio entre os dois países chegou a US\$ 45,6 bilhões, uma alta de 15% frente ao ano anterior.

Com relação à Rodada de Doha, Gutierrez afirmou que a Casa Branca está tentando obter no Congresso o fast-track (mecanismo que autoriza o governo a fechar acordos comerciais sem interferência do Legislativo) especial para concluir as negociações. Apesar do descrédito de especialistas, o secretário americano acredita que um acordo em Doha está “mais próximo do que podemos imaginar”: — Como em toda negociação, as partes têm que ceder alguma coisa. Ninguém vai ganhar tudo, mas o suficiente.

Lula quer que brasileiros comprem mais dos vizinhos

Hoje o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reúne com todos os embaixadores brasileiros na América do Sul, 13 ministros de Estado e os dirigentes das estatais brasileiras, como Petrobras, Eletrobrás, Itaipu e BNDES, para cobrar soluções para os problemas que impedem a integração com os países da região.

Para Amorim, um dos grandes problemas é o financiamento.

Dos projetos aprovados pelo BNDES desde 2003, no total de US\$ 6 bilhões, apenas de US\$ 2 bilhões a US\$ 2,5 bilhões foram desembolsados. O chanceler citou como entraves os juros elevados em relação ao mercado internacional e a burocracia.

Ele disse que o superávit do Brasil com os países sul-americanos cresceu quase 400% nos últimos quatro anos. Para Lula, os brasileiros precisam comprar mais dos vizinhos.

— A América do Sul é hoje, sozinha, um mercado mais importante para o Brasil do que os EUA — disse Amorim.

Doha ou Mercosul? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/10/2007

Acordo global de abertura comercial ou fortalecimento do bloco econômico do Cone Sul? Doha ou Mercosul? Se, em algum momento das discussões da Rodada Doha, tiver de fazer essa escolha, o Brasil escolherá o Mercosul, afirmou o embaixador na Organização Mundial do Comércio (OMC), Clodoaldo Huguency, numa das mais duras reações do governo brasileiro às pressões crescentes dos países industrializados por uma maior abertura dos mercados dos países em desenvolvimento aos produtos industriais.

Em negociações comerciais são comuns afirmações fortes e quem as faz está sujeito a ouvir respostas igualmente duras. Em resposta ao embaixador brasileiro, representantes

dos países industrializados insinuaram que o Brasil quer transferir para o âmbito da OMC problemas internos do Mercosul que deveriam ser resolvidos pelos parceiros do bloco. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, que por causa de sua função evita tomar partido nas discussões, advertiu que as leis multilaterais se sobrepõem aos acordos regionais e que, em caso de conflito, os blocos regionais é que precisam se ajustar internamente.

“O Mercosul precisa decidir o que vai fazer”, reagiu o embaixador dos Estados Unidos na OMC, Peter Allgeier. “O que se está fazendo (com a posição anunciada pelo embaixador brasileiro) é colocar a OMC de cabeça para baixo. Essa proposta é contrária a tudo o que a OMC representa e aos objetivos do sistema comercial.” O representante da União Européia, Eckhart Gutt, respondeu com ironia. Se for o caso de ficar com uma união aduaneira, ele prefere ficar com a sua, a União Européia. E completou: “O Mercosul não entra nessa categoria (de união aduaneira).” Outros países, como Índia, China e África do Sul, além dos industrializados, têm utilizado um discurso duro na defesa de seus interesses comerciais. Aparentemente, também é isso que faz a diplomacia brasileira ao resistir à proposta dos países ricos na área industrial. Mas não está claro que essa resistência atenda aos interesses brasileiros.

Os países ricos propõem o corte de 66% das tarifas sobre produtos industrializados, podendo cada país escolher uma lista de produtos que podem ser protegidos. A lista é limitada a 10% dos itens importados, desde que o valor de suas importações não ultrapasse 10% do total importado. No Mercosul, o problema é montar uma lista que agrade a todos os membros. Produtos sensíveis para um não são para outros. O número de produtos que o Mercosul quer proteger é maior do que o limite que pode ser negociado. Por isso, o Brasil e a Argentina, com o apoio da África do Sul, que faz parte da União Aduaneira da África Austral, propuseram que uniões aduaneiras formadas por países em desenvolvimento tenham mais flexibilidade na definição dos produtos sensíveis.

Para o Brasil, mais importante do que ampliar a lista é definir quais são os produtos que o Mercosul poderá proteger. A lista incluirá os itens que interessam ao Brasil ou atenderá predominantemente ao interesse dos demais sócios, em especial a Argentina? O governo Lula já fez várias concessões comerciais à Argentina. Concordou com a adoção de medidas protecionistas pelo governo Kirchner, até mesmo contra produtos brasileiros, e não se opôs às exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), que caracteriza uma união aduaneira. Por que não concordaria com as imposições de Buenos Aires na definição dos produtos sensíveis da Rodada Doha? São tantos os furos na TEC que já se propõe o retorno do Mercosul ao estágio anterior do processo de integração, de zona de livre-comércio. A alternativa para consolidar o bloco seria fortalecer a união aduaneira, caminhar na direção da integração econômica e permitir sua integração competitiva no mercado global.

Embora nada disso esteja sendo feito, o embaixador Hugueneu afirmou que “o Mercosul é prioridade absoluta para o Brasil, por isso a negociação tem de tornar compatível a liberalização multilateral com a integração regional”. O discurso não comoveu os representantes de Paraguai e Uruguai, os outros membros plenos do Mercosul. Eles não vêem nenhuma vantagem na posição definida pelo embaixador brasileiro e, por isso, não demonstram interesse nela.

Colômbia pede para ser admitida no Banco do Sul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/10/2007

Em inauguração de gasoduto, Uribe diz que País não pode ficar de fora da ‘integração das nações irmãs’

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, pediu ontem aos sete membros fundadores do Banco do Sul que seu país seja admitido na nova entidade regional.

Uribe fez o pedido diante de seus colegas da Venezuela, Hugo Chávez, e do Equador, Rafael Correa, na companhia dos quais inaugurou um gasoduto internacional (ler abaixo) no departamento colombiano de La Guajira .

“Não podemos, de nenhuma maneira, ficar de fora do Banco do Sul”, disse Uribe ao anunciar que pedirá a admissão da Colômbia na instituição bancária, cuja ata de fundação foi redigida na quinta-feira no Rio de Janeiro.

Nesse dia, os ministros da área econômica de Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, membros fundadores do banco de crédito regional, chegaram a um consenso sobre aspectos técnicos da entidade, como seu capital inicial, que deverá ser de US\$ 7 bilhões.

PANOS QUENTES - Sobre a eventual entrada da Colômbia no Banco do Sul, Uribe disse que não se trata de “uma rejeição ao Banco Mundial (Bird) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas uma expressão de solidariedade e de lealdade com a irmandade sul-americana”.

“Nós somos combatentes das idéias, inimigos acérrimos do terrorismo e irmãos profundos da integração das nações irmãs”, acrescentou.

O presidente colombiano também fez questão de deixar claro que o país sempre foi bem tratado pelo Bird e pelo BID, e que também não tem “queixas” sobre o último acordo que assinou com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Uribe disse ainda que o Banco do Sul poderia se tornar “a antesala de um banco central sul-americano e de uma moeda comum sul-americana.

'Foi o Brasil que travou Doha' – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 13/10/2007

Comissária da UE se diz desiludida com posição do País

A comissária europeia de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Mariann Fischer Boel, afirmou que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) “foi travada pela posição do Brasil”.

Fischer Boel, que iniciou ontem visita oficial à Argentina, disse em entrevista publicada no jornal Clarín que se “desiludiu muito” com o resultado da reunião de junho em Potsdam (Alemanha) entre Estados Unidos, União Europeia (UE), Índia e Brasil.

“Fiquei desiludida pelo fato de o Brasil não abrir as indústrias. Fracassou por sua posição e perdemos a oportunidade de chegar a um acordo.” Fischer Boel disse que desde a reunião em Hong Kong da OMC, em 2005, americanos e europeus enviaram mensagens claras de redução de tarifas, o que dará possibilidades de acesso a mercados como o de carnes.

“Na indústria devem nos dar algo em troca. Houve progressos, mas apareceu o grupo Nama-11 (aliança de países em desenvolvimento produtores de bens não-agrícolas da qual faz parte o Brasil) e lamento que o Brasil não desse mais um passo”, disse. A comissária europeia lembrou o peso do Brasil que também representa nas negociações pela liberalização do comércio mundial (Doha) o chamado G-20, grupo formado por países em desenvolvimento, e o Mercosul. Fischer Boel disse que, se a Rodada Doha não der resultados positivos este ano, “passará talvez para 2010”, por causa das eleições no próximo ano nos Estados Unidos.

Na segunda-feira, Fischer Boel vem ao Brasil e se encontra com representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais. Ela também deve se reunir com o ministro interino da Agricultura, Silas Brasileiro. A comissária visitará produtores de etanol e açúcar.

Uribe diz em cúpula querer Colômbia no Banco do Sul – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo -13/10/2007

Presidente recebe os colegas da Venezuela e do Equador e cogita voltar à CAN - Pedido de adesão de Bogotá à instituição, recém-criada, surpreende; governantes inauguraram gasoduto entre Colômbia e Venezuela

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, surpreendeu ontem ao solicitar a adesão de seu país ao Banco do Sul, cuja criação foi formalizada na segunda-feira por outros sete países da região, entre os quais o Brasil. O pedido foi feito em cerimônia com os

presidentes Hugo Chávez (Venezuela) e Rafael Correa (Equador) para a inauguração do primeiro gasoduto internacional do norte da América do Sul.

"Nós somos combatentes das idéias, inimigos acérrimos do terrorismo e irmãos profundos da integração das nações irmãs. Não podemos estar fora do Banco do Sul", disse Uribe em discurso na localidade colombiana de Punto Ballena (norte), de onde sai o gasoduto Transguajiro em direção a Maracaibo, no oeste da Venezuela.

Uribe, no entanto, distanciou-se das críticas contra organismos financeiros internacionais, um dos principais argumentos de Chávez ao propor a criação do banco.

"Temos recebido um tratamento muito bom do Banco Mundial, do Banco Interamericano [de Desenvolvimento]. E não temos queixas do nosso último acordo com o FMI. A irmandade requer muita franqueza no discurso", disse Uribe, de direita, se dirigindo aos dois colegas de esquerda.

A Colômbia não participava nem sequer como país observador das reuniões sobre o Banco do Sul. Durante visita a Brasília em 20 de agosto, seu chanceler, Fernando Araujo, havia descartado a adesão. "Temos limitações em matéria fiscal e de reserva", justificou na época.

Na última segunda-feira, ministros da Economia de Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai anunciaram um acordo para a criação do banco, que terá sede em Caracas. Ficaram de fora Peru, Chile, Suriname e Guiana. Nas últimas reuniões, prevaleceu a proposta brasileira de que o banco seja exclusivamente sul-americano.

A nova instituição financeira pode ser lançada no dia 3 de novembro, em Caracas. Fora da surpresa do Banco do Sul, o encontro entre os presidentes aparentemente não avançou nos dois principais temas previstos na agenda, a eventual volta da Venezuela à CAN (Comunidade Andina de Nações) e uma nova data para reunião entre Chávez e as Farc, marcada inicialmente para a última segunda-feira, mas cancelada porque Uribe não deu salvo-conduto aos representantes da guerrilha.

"Nos próximos dias vamos nos reunir com as Farc", disse Chávez após o encontro com Uribe, que em agosto autorizou o venezuelano a participar das negociações para trocar seqüestrados por guerrilheiros presos.

Chávez voltou a fazer suspense sobre uma possível volta venezuelana à CAN, da qual saiu em abril do ano passado, em meio ao processo de entrada no Mercosul -que, por sua vez, enfrenta resistências nos Congressos brasileiro e paraguaio.

"Fizemos alguns pré-acordos para uma reunião. A Venezuela apresentou um primeiro documento de sugestões para a CAN. Se houver vontade real de mudanças na CAN, estamos dispostos a voltar. E cremos que há vontade de mudanças, assim disseram os presidentes Correa e Uribe", disse Chávez.

Gás - Apesar de a Venezuela ter as maiores reservas da América do Sul, o gasoduto de cerca de 230 km inaugurado ontem servirá inicialmente para a importação de gás colombiano, que suprirá parte do déficit do país vizinho. Depois de quatro anos, o fluxo se inverteria. Chávez quer que, nos próximos anos, o gasoduto chegue até o Panamá.

Os três presidentes também assinaram um memorando de entendimento para a construção de um gasoduto transandino unindo os seus países.

Bush faz apelo por acordos de livre comércio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/10/2007

Preocupação é com falta de apoio até mesmo entre republicanos

Alarmado com a diminuição do apoio ao livre comércio até mesmo entre os republicanos, o presidente americano, George W. Bush, alerta que o protecionismo vai retirar dos americanos as chances de conseguir mais - e melhores - empregos.

Na semana passada, Bush deu início a uma campanha em favor dos acordos de livre comércio pendentes com quatro países: Colômbia, Peru, Panamá e Coreia do Sul.

E, ontem, o presidente fez novamente um apelo em seu pronunciamento semanal no rádio. “Com mais apoio às exportações, melhor e mais bem pagos serão os empregos”, disse o presidente. “E para manter a expansão da nossa economia, precisamos manter a expansão do comércio.”

Também ontem, em Bogotá, o secretário de Comércio americano, Carlos Gutiérrez, disse que se o Congresso dos Estados Unidos não aprovar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com a Colômbia será como “dar um passo atrás”. Está é a segunda visita que o secretário faz ao país em menos de um mês.

CAUTELA - Os congressistas consideram os acordos com Peru e Panamá possíveis de serem aprovados, mas são cautelosos com relação aos tratados com a Colômbia e a Coreia do Sul. O acordo com a Colômbia esbarra em problemas relacionados aos direitos humanos e há forte oposição contra um acordo com a Coreia do Sul por causa das barreiras levantadas por Seul contra carros e carne americanos.

Desde que os democratas conseguiram o controle do Congresso em janeiro, não foi aprovado nenhum acordo de livre comércio negociado pelo governo Bush. Porém a administração já conseguiu um acordo com os democratas para incluir uma linguagem mais forte na proteção dos direitos dos trabalhadores e do meio ambiente.

O argumento da oposição é que os últimos cinco anos consecutivos com déficit na balança comercial desempenham o maior papel na perda de mais de 3 milhões de empregos na indústria.

Segundo Bush, “o governo federal está provendo fundos substanciais para assistência ao ajuste do comércio que ajudará os americanos a fazer a transição de um emprego para outro”. Além disso, ele afirmou ainda que os acordos elevariam o campo de atuação para empresários e fazendeiros, muitos daqueles que agora encaram altas tarifas de exportação, enquanto outros países desfrutam de relativa abertura nos mercados americanos.

Na África, Lula firmará acordos no setor de biocombustíveis – Agência Carta Maior – 15/10/2007

Em Burquina Fasso, o presidente inicia sua sétima viagem ao continente africano desde 2003. Lula também participará de uma cúpula com os presidentes da África do Sul e da Índia, aliados dos brasileiros no G-20.

UAGADUGU, Burquina Fasso – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou nesta segunda-feira (15) em Burquina Fasso um giro de cinco dias pela África, onde irá reforçar sua proposta de expandir a produção de biocombustíveis e participará de uma cúpula com os presidentes da África do Sul e da Índia, aliados no Grupo dos 20 (G-20) na rodada Doha.

Segundo a Agência Brasil, em Burquina Fasso Lula inicia sua sétima viagem ao continente africano desde 2003. O país comemora 20 anos da chegada do presidente Blaise Compaoré ao poder depois de um golpe de Estado.

Com uma economia basicamente agrícola, o PIB do país atingiu US\$ 18,94 bilhões no ano passado, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre os principais produtos, o destaque é o cultivo do algodão.

A partir da visita do presidente Lula, um convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) permitirá a transferência de tecnologia para o plantio de um tipo de algodão mais resistente, adaptado a territórios semi-áridos.

Domingo (14) à noite, em discurso na abertura do 16º Salão Internacional do Transporte (Fenatran 2007) em São Paulo, Lula justificou a viagem. "Estou viajando para Burquina Fasso, que é o país mais pobre da África, a Angola, ao Congo e à África do Sul para vender as coisas que o Brasil produz e para fazer parcerias com esses países, porque também não podemos ficar brigando apenas com os mercados já realizados, como o europeu e americano".

Outros seis acordos devem ser fechados entre os dois países nas áreas de saúde, esportes e cultura. O presidente Lula também assina um acordo na área de biocombustíveis com a União Econômica e Monetária Oeste-Africana (Uemoa) - organização de integração regional que reúne 15 países da África Ocidental.

Segundo o embaixador Roberto Jaguaribe, subsecretário geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, a África é perfeita para o biodiesel, porque tem terra, luz e mão-de-obra em abundância. "O governo brasileiro considera a África a nova fronteira para os biocombustíveis", disse Jaguaribe.

Ainda em Burquina Fasso, o presidente Lula participa da abertura da Semana do Cinema Brasileiro, que vai até 21 de outubro, na capital do país. Filmes clássicos como *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade, e mais recentes como *Pelé Eterno*, de Aníbal Massaini Neto, fazem parte da mostra.

Palavra-chave: é difícil...- Nelson G. Delgado – Agência Carta Maior – 15/10/2007

Novas expectativas de retomada da Rodada de Doha da OMC. Será possível? E para quê? Irá o compromisso dos governos Bush e Lula com novas negociações ir além das palavras? No mundo, a fome espera.

Depois do último encontro dos presidentes Lula e Bush, em 24 de setembro, em Nova York, a grande imprensa nacional anunciou que os dois presidentes teriam reafirmado sua disposição em retomar as negociações comerciais sobre agricultura da Rodada Doha da OMC, num encontro em que a "flexibilização" teria sido a "palavra-chave" (*O Globo*, 25 de setembro de 2007, p. 3). Será possível que os impasses venham a ser afinal superados pela "flexibilização" da posição dos principais players no contencioso agrícola mundial: os Estados Unidos e a União Européia, por um lado, e os países do G20, por outro? E para quê?

Simplificando o retrospecto, lembremos que, como resultado da Rodada Uruguai do GATT (1986-1994), tivemos a criação da OMC, o estabelecimento de um acordo sobre agricultura –louvado pelos economistas agrícolas dos países desenvolvidos como a bem-sucedida tentativa de finalmente "trazer a agricultura para dentro do GATT"- e uma nova polarização entre os países, que não mais os dividia em desenvolvidos ou subdesenvolvidos (ou "em desenvolvimento") mas em países favoráveis à liberalização do comércio agrícola mundial (Estados Unidos e Grupo de Cairns, no qual estava incluído o Brasil) e países defensores do protecionismo agrícola (entre os quais a atual União Européia e o Japão). A Rodada Uruguai deveria ser continuada através de outras rodadas da OMC, com o objetivo de aprofundar o processo de liberalização agrícola por meio de retificações das imperfeições que ainda subsistiam no Acordo sobre Agricultura.

O problema é que as “imperfeições” do Acordo favoreceram consideravelmente a manutenção das políticas agrícolas protecionistas dos Estados Unidos e da União Européia – o pacto feito em Blair House na Casa Branca foi decisivo para a conclusão do mesmo -, permitindo-lhes iludir ou contornar grande parte das exigências de liberalização incluídas nos três pilares do Acordo: redução do apoio doméstico, ampliação do acesso a mercados e eliminação dos subsídios às exportações.

A posição brasileira em relação à revisão do acordo agrícola esteve, durante a segunda metade dos anos 1990, plenamente associada à posição do Grupo de Cairns, cuja meta principal era (e continua sendo) a ampliação do acesso a mercados. Mantinha-se também em plena sintonia com os interesses do agronegócio brasileiro, cuja relevância política ampliou-se consideravelmente a partir do final dessa década, por sua crescente importância para a balança comercial do país, pelo competente trabalho de marketing (inclusive político) liderado pela ABAG e pela exposição extremamente favorável à opinião pública propiciada pela grande imprensa. Nesse período e em todo o Governo FHC, essa foi a agenda, em relação à agricultura, da política brasileira na OMC, o que a afastava do posicionamento de outros países em desenvolvimento historicamente importantes, como a Índia, com sua ênfase no tema do tratamento especial e diferenciado a esses países, com vistas à implementação de políticas domésticas de desenvolvimento e de segurança alimentar.

A grande mudança dessa posição brasileira ocorreu no período de preparação para a Conferência Ministerial da OMC em Cancun no México, em setembro de 2003, com a criação do grupo de países em desenvolvimento denominado G20 – incluindo países como África do Sul, Argentina, China, Brasil, Índia, Nigéria e Indonésia - o qual representa mais de 20% do PIB agrícola e mais de 65% da população rural mundiais. A criação do G20 significou uma novidade em tempos de globalização financeira e de restauração conservadora neoliberal como um exercício de construção – julgado por muitos impossível e, mesmo, desnecessário - de alguma unidade entre os países em desenvolvimento, tendo em vista propor alternativas de agenda para as negociações comerciais internacionais em agricultura.

Além disso, essa unidade foi construída na época com a utilização de uma retórica na qual a idéia de desenvolvimento e de “agenda de desenvolvimento de Doha” teve uma força legitimadora e reivindicatória indiscutível. Na verdade, essa retórica mobilizou a idéia da possibilidade ou não do desenvolvimento para esses países no sistema econômico mundial e o reconhecimento explícito, no fórum da OMC, de que existem, de uma forma ou de outra, mas muito arraigados, interesses divergentes significativos entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, não obstante o esforço despendido para afirmar a sua inexistência, na grande maioria dos organismos internacionais, a partir da década de 1990. Nesse sentido, o G20 foi uma ousadia, além de ter estimulado a busca de um maior intercâmbio comercial entre os países do chamado Sul.

A alteração da posição negociadora brasileira e a iniciativa de criação do G20 estiveram associadas ao surgimento de alguns elementos indispensáveis: (1) a eleição do primeiro Governo Lula e a disposição política renovada do país, aliadas à disposição do novo governo de aproximar-se dos grandes países em desenvolvimento líderes regionais,

contribuíram para a criação de um ambiente político favorável à decisão do Brasil liderar uma aliança de países em desenvolvimento para enfrentar as negociações comerciais em relação à agricultura na OMC; (2) o erro político grosseiro dos Estados Unidos e da União Européia ao apresentarem uma proposta conjunta para orientar as negociações agrícolas de caráter explicitamente anti-desenvolvimentista, numa rodada que se autodenominava “Rodada do Desenvolvimento”; (3) a imobilização política que a proposta norte-americana e européia provocou no Grupo de Cairns, incapaz de formular uma proposta alternativa; e (4) a decisão do Brasil e da Índia de iniciarem um diálogo para a construção de uma proposta alternativa – centrada na eliminação de todos os subsídios às exportações -que, flexibilizando suas posições anteriores, viabilizasse uma aliança dos países periféricos líderes regionais.

Consolidada a proposta do G20 e abortada a Conferência de Cancun, a continuidade do jogo político das grandes nações tentou inicialmente inviabilizar a unidade do G20, sem sucesso, passando a reconhecê-lo, então, como um player indispensável na arena de negociações da OMC. O período que vai até a Conferência de Hong Kong, em dezembro de 2005, foi gasto na busca de um texto de modalidades para a negociação agrícola, sem que se tenha conseguido alcançar algum acordo que rompesse o impasse estabelecido em Cancun. Nesse meio tempo, aumentou o ceticismo das ONGs e redes internacionais e dos blocos africanos e demais países em desenvolvimento em relação às intenções de mudança do G20, com destaque às concessões consideradas excessivas feitas aos países ricos ao longo do processo e com a contrapartida da participação privilegiada do Brasil e da Índia - junto com Estados Unidos, União Européia e Austrália - no FIPs (Grupo das Cinco Partes Interessadas), criado informalmente para facilitar a negociação de um acordo sobre modalidades.

De qualquer modo, a agenda do G20 para Hong Kong continuou a reafirmar a eliminação dos subsídios às exportações, embora a relevância da ampliação do acesso ao mercado tenha aumentado visivelmente, ao mesmo tempo em que se confirmou seu compromisso com produtos especiais e com os mecanismos especiais de salvaguarda, de interesse dos demais países em desenvolvimento.

A falta de acordo sobre um texto aceitável acerca das regras e procedimentos a serem seguidos na negociação agrícola na OMC manteve-se até agora, inviabilizando, assim, a sua retomada. Ao mesmo tempo, a grande imprensa continua a veicular repetidamente intenções manifestas pelos principais países e pelos organismos internacionais de chegar a uma solução, sem que ninguém, no entanto, se empenhe verdadeiramente para sua efetivação. Nesse contexto, é realista apostar que as intenções de flexibilidade anunciadas no último encontro entre os presidentes Lula e Bush representem mais do que outro exercício de retórica? Tudo indica que não.

Os próprios termos em que a questão das negociações é colocada – ao vincular desenvolvimento dos países em desenvolvimento com liberalização comercial agrícola - constitui-se num labirinto de difícil saída, pois parece significar que países como o Brasil devem concentrar todo seu esforço exportador na agricultura, sugerindo que para que os países desenvolvidos aceitem reduzir substancialmente o montante de seu protecionismo agrícola – e possamos sair, igualmente, do impasse negociador e do impasse

desenvolvimentista -, devemos aceitar compensá-los através da abertura de nossos mercados para produtos industriais, serviços, compras governamentais etc. Foi essa equação extremamente simplificada do tema do desenvolvimento que a criação do G20 ajudou a complexificar. Seus termos podem ser muito convenientes aos interesses imediatistas do agronegócio, mas não parecem suficientes para sustentar o crescimento econômico e social continuado – com capacidade adequada de participação no comércio internacional - de um país com os problemas e a população do tamanho da brasileira, como o ex-deputado Delfim Netto chamou recentemente atenção (“A restrição externa”, *Carta Capital*, 03/10/2007, p.32).

Por fim, embora a agenda negociadora brasileira continue refletindo basicamente os interesses do agronegócio, a posição adotada pelo primeiro Governo Lula, fortalecida pela existência do G20, conseguiu interromper negociações comerciais herdadas do governo anterior, cujos resultados poderiam ter sido muito danosos para o futuro do desenvolvimento brasileiro, como foi o caso da Alca e do Acordo Mercosul-União Européia. Ademais, a criação do G20 permitiu uma relativa abertura política da agenda das negociações comerciais agrícolas, com a consideração, mesmo que predominantemente defensiva, de temas como desenvolvimento rural e interesses da agricultura familiar. Essa abertura viabilizou uma importante experiência política de mobilização de organizações e de movimentos de agricultores familiares, de ONGs e do ministro e de técnicos do MDA, que tiveram reconhecida participação nas negociações da OMC em Cancun, da Alca e do Acordo Mercosul-União Européia. Além do aprendizado que essa experiência trouxe para seus participantes, ela também representou uma ampliação das arenas de discussão e de decisão da política pública para a agricultura familiar e de dilatação da esfera pública acessível a seus representantes. Esperemos que o atual diz-que-diz acerca da retomada das negociações da Rodada Doha seja encarada pelo MDA como uma oportunidade de dar continuidade, no segundo Governo Lula, à tentativa de levar a disputa política entre diferentes modelos de desenvolvimento rural para o campo das negociações comerciais internacionais. *Professor do CPDA/UFRRJ.

Comissária da UE reconhece importância de Doha – Sítio Eletrônico da CNA – 15/10/2007

Em visita à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), hoje (15/10), a Comissária Européia para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Marianne Fischer Boël, reconheceu o papel fundamental da União Européia para o destravamento da Rodada Doha. “Estamos mandando mensagens claras para mostrar nossos desejos. Estar no Brasil é importante porque este é o maior mercado da União Européia. Estamos engajados e espero que consigamos chegar a uma solução para as diferenças”, afirmou a comissária.

Quanto aos subsídios domésticos, a comissária afirmou que a política agrícola européia está em processo de reforma, que pretende reduzir a remuneração direta e desassociá-la da produção para não distorcer o mercado. Marianne Fischer Boël explicou que a União Européia possui cerca de 12 milhões de propriedades rurais com 16 hectares em média. Essas características dificultam a produção em escala e oneram o custo de produção dos europeus, principalmente em relação à carne bovina, produzida com gado leiteiro de qualidade diferente dos animais criados a pasto. Segundo a comissária, a redução

dos apoios internos depende de negociações multilaterais e a Organização Mundial do Comércio (OMC) é o melhor espaço para debater isso.

Sobre a retirada dos subsídios ao leite em pó e outros produtos lácteos, a comissária explicou que, desde o início da década de 90, têm sido feitas reformas para equilibrar o mercado. “No momento em que o mercado funciona, tomamos a decisão de eliminar todos os subsídios até 2013. Tendo uma situação positiva, não vamos abolir; apenas reduzir para zero”, declarou.

O debate sobre etanol e meio ambiente foi marcado pelo conceito de sustentabilidade. Segundo Fischer Boël, é necessário criar certificações que identifiquem o processo produtivo sustentável. “A Amazônia é uma região extremamente crucial e a mensagem que o presidente Lula levou à Europa precisa ser seguida para termos boa base de cooperação”, afirmou. Ela destacou também a importância do zoneamento para produção de álcool que está sendo elaborado pelo governo brasileiro.

Questionada sobre os ataques de produtores europeus à carne brasileira, a comissária afirmou que é necessário ter certeza de que o Brasil está fazendo sua parte para defendê-lo de acusações. “É preciso adotar uma postura transparente”, completou. Sobre segurança alimentar, Marianne Fischer Boël reforçou a importância da rastreabilidade desde a origem dos produtos. Ela afirmou ainda que os consumidores europeus têm uma postura de tolerância zero em relação a organismos geneticamente modificados (OGMs). “A diferença entre os consumidores europeus e o resto do mundo é que eles não são a favor de OGMs. Podemos discutir essa postura, mas isso se dará no conselho de ministros”, declarou a representante européia.

'A diplomacia Sul-Sul tem dado resultado?' – Estado de São Paulo – Nacional – 15/10/2007

Não - Carlos Pio *

A análise de uma opção de política externa jamais pode ser feita por meio de dados precisos e objetivos. Assim, é muito difícil avaliar com precisão os resultados da guinada terceiro-mundista dada pelo governo Lula.

A partir de uma orientação construída sobre percepções anti-capitalistas, anti-americanas e anti-liberais dos interesses nacionais, da dinâmica da política internacional e dos custos e benefícios das opções existentes para a inserção internacional do Brasil, o governo elegeu como prioridade o adensamento de relações com países, regiões e blocos que resistem (ou que, de acordo com seus formuladores, poderiam resistir) à hegemonia econômica, militar e política dos Estados Unidos. Nesse sentido, em primeiro plano encontram-se China, Rússia, Índia e África do Sul; em segundo, países do Mercosul mais Venezuela e Bolívia; em terceiro, alguns países da África sub-saariana e do Oriente Médio; e, em quarto, mas não menos importante, a liderança de coalizões de países periféricos em organismos multilaterais como a OMC (G-20 e G-4), a UNCTAD (G-77) e o FMI.

O país tem tentado se posicionar como líder do mundo em desenvolvimento em negociações com os ricos em torno de temas tão complexos como o financiamento ao

desenvolvimento, ao ajuste estrutural e ao combate à fome e à pobreza; a liberalização comercial nos planos multilateral e regional; e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Nesse contexto, parece evidente que o Brasil se orienta por uma perspectiva que despreza o sentido da evolução da política e da economia internacional nos últimos 50 anos. Os formuladores da política externa iniciada em 2003 desconsideram inteiramente que o mundo caminha a passos largos para estabelecer a hegemonia do modelo capitalista-democrático, independentemente do grau de consenso que se estabeleça em torno da liderança dos EUA.

O resultado dessa empreitada apenas poderá ser avaliado muitos anos à nossa frente, quando ficarem claras suas conseqüências mais elementares. Por ora, no entanto, parece-me razoável afirmar que pouco nos beneficiamos das brigas compradas com os países ricos, especialmente se considerarmos que haveria muito espaço para estreitarmos nossos vínculos com eles, e da liderança que indubitavelmente temos exercido sobre os países mais atrasados do mundo, que desprezam a lógica implícita ao sistema internacional.

* Professor de Economia Política Internacional da UnB

Sim - André Roberto Martin*

Sim, a prioridade dada pela política exterior do governo Lula ao incremento das relações Sul-Sul está correta, ainda que talvez o próprio Itamaraty não admita, oficialmente, esta preferência. E ela está correta, em primeiro lugar, precisamente porque não exige em contrapartida o fechamento das relações com o Hemisfério Norte. Muito ao contrário, apenas coloca em termos menos assimétricos o comércio e a política inter-hemisféricos.

Raciocinemos. As relações Norte-Norte ainda podem se intensificar desde que reconheçamos a Rússia e a China como membros deste grande Setentrião, que concentra o poder militar e econômico sobre a Terra. Mas há um limite para a utilização dos recursos naturais da Rússia e da mão-de-obra chinesa a partir do qual tornar-se-á mais rentável a exploração de outras fontes ainda não suficientemente utilizadas de ambos os recursos. Aí chegará a vez da África, sul da Ásia, Oceania e América Latina, e é no centro deste conjunto que se situa o Brasil.

Portanto, enfatizar as relações Sul-Sul é não apenas abrir uma avenida de oportunidades para o comércio exterior brasileiro. Substancialmente, significa um ajuste de contas indispensável da nossa sociedade, com seu passado e sua geografia, que trará prestígio para a Nação.

Talvez porque estejamos habituados a buscar prestígio internacional sempre na bajulação das grandes potências, uma postura mais ativa de nossa chancelaria termina sempre criticada pelo pensamento conservador, como demonstração de imaturidade.

Quanto aos périplos presidenciais por países pequenos e pobres, todos acabam sendo invariavelmente tachados como enorme perda de tempo às custas do erário público. Mas o que quer, afinal, o Brasil ser no mundo? Que tipo de país queremos construir? Esta é a questão de fundo. E o Brasil, por seu peso geopolítico, pelo profissionalismo de sua

diplomacia, vem conquistando paulatinamente o respeito de todos os países do Hemisfério Sul.

E agora que as questões ambientais estão se tornando dramáticas, mais uma vez os olhos do mundo voltam-se para o Brasil, porque daqui pode sair uma resposta original para o problema. Como país meridional, estamos mais aptos que os do norte a desenvolver as energias renováveis, bem como a pesquisa em biotecnologia. Serão estas as tecnologias do amanhã. Dar atenção ao sul é, portanto, olhar para o futuro.

* Professor de Geografia Política da USP e autor de *Fronteiras e Nações* (Ed. Contexto).

'Brasil não deve esperar resultado positivo de Doha' - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/10/2007

Para ministro, mesmo que concessões sejam feitas pelos países ricos na OMC, não haverá benefícios significativos para o País

O Brasil deve se concentrar em encontrar mercados específicos para exportação e não esperar por um resultado positivo na Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). O recado é do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que está na Europa esta semana e, destoando dos comentários do Itamaraty, prevê que os benefícios de Doha não serão significativos. “Não acho que as concessões que serão feitas (pelos países ricos) na OMC terão efeitos concretos”, afirmou o ministro.

Em entrevista ao Estado, Stephanes disse que tentará, amanhã, convencer a Comissão Europeia de que o sistema de controle sanitário da carne brasileira é confiável. Além disso, anuncia que quer expandir em 7 milhões de hectares a produção de cana no Brasil até 2020. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Depois de seis anos negociando a Rodada Doha, o sr. ainda acredita que o Brasil terá algum ganho? Eu sou um dos céticos com a possibilidade de conclusão da Rodada ou de um sucesso com seus resultados. Acho que as concessões, se dadas (pelos países ricos), não terão efeitos concretos. O que irá regular o mercado mundial nos próximos anos será a necessidade das economias de importar alimentos. Os países não vão querer importar inflação e estamos vendo que, com a alta nos preços de commodities, a inflação já é uma preocupação em vários mercados. Muitos governos vão ter a necessidade de abrir seus mercados para os produtos agrícolas exatamente para evitar a inflação. A Europa acaba de fazer isso com o trigo e fizemos projeções que mostram que essa tendência deve continuar.

Não seria o momento então do Brasil buscar acordos específicos com os diferentes mercados ? É exatamente isso que defendo. Essa é a minha visão. Mas não posso falar muito por causa do Itamaraty. Só vale lembrar que, em 2007, vamos ter uma alta de nossas exportações de carne de 20% em relação a 2006, ano que as vendas já foram ótimas. Como eu disse, será a demanda dos mercados que trará essas vantagens para nós e, pelo que eu vejo, os preços continuarão altos.

Apesar desse aumento, há uma pressão cada vez maior por parte dos europeus em relação à qualidade da carne brasileira. Qual será seu recado à Comissão Européia, que deu ao Brasil até o fim do ano para pôr seu sistema em ordem para não sofrer embargo? Teremos reuniões com parlamentares e com o comissário de Saúde da UE, Markus Kyprianou. Vamos mostrar que o sistema fitossanitário está praticamente em ordem. O que falta é a questão da rastreabilidade, que é apenas uma questão de tempo, pois as medidas já foram tomadas. O movimento de animais (entre Estados e fazendas) já está resolvido.

Não é a questão de rastreabilidade que mais preocupa os europeus? O sistema já está implementado e temos 15 milhões de cabeças de gado envolvidos. O que ocorre é que precisamos chegar a 40 milhões de cabeças de gado e isso levará alguns meses para que possamos dizer que temos toda a vida de um gado rastreada, do momento que nasce ao momento da carne ser servida. Estou confiante de que iremos resolver isso.

Mas produtores irlandeses declararam ter feito seu próprio relatório e que a situação não é boa. Respeito que esses produtores queiram vender e proteger seu mercado. Mas não posso respeitar o que dizem sobre a agricultura brasileira. O relatório que fizeram é clandestino e eles deveriam até estar presos por isso. Repudiamos essas informações.

Outro ponto de interesse dos europeus é a produção de cana no Brasil. Como o sr. pretende convencê-los de que a expansão do etanol não irá gerar desmatamento na Amazônia? Vamos ter um planejamento da expansão e até julho de 2008 isso estará pronto. Teremos quatro mapas. O primeiro indicará onde estão as usinas hoje e a produção. O segundo mapa dirá, tecnicamente, onde a cana poderá ser plantada para que seja produtiva. Um terceiro mapa ainda mostrará as áreas restritas e incluirá a Amazônia, terras indígenas, o Pantanal e algumas outras regiões. Nesses locais, não será permitido a plantação de cana. Um quarto mapa ainda orientará para onde a expansão da cana deve ocorrer. Vamos nos concentrar em áreas de pastagem já degradadas. Nossa idéia é chegar a 2015 com o dobro de produção de cana. Isso significa a expansão do cultivo para 3 milhões de hectares de terra. Até 2020, dependendo de como irá o mercado, queremos outros 4 milhões de terra com cana. No total, portanto, estimamos que vamos precisar de 7 milhões de hectares até 2020.

Mas isso não acabará atingindo áreas de floresta? Temos 40 milhões de hectares de áreas de pastagem degradadas. É só usar parte delas e atingiremos os objetivos, sem precisar recorrer à floresta.

Nos bastidores da OMC, países travam guerra – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/10/2007

Brasil, EUA, China e Europa tentam garantir seus interesses no último rascunho do acordo

Governos travam uma batalha nos bastidores da Organização Mundial do Comércio (OMC) para influenciar o que deve ser o último rascunho de um acordo, a ser publicado em duas semanas. Nos próximos dias, Brasil, Estados Unidos, Europa, China e vários outros governos tentarão convencer os mediadores do processo a incluir suas posições no texto final. Para o Itamaraty, se a posição dos países emergentes não for ouvida, um acordo estará ameaçado.

Nos últimos dois meses, desde que o primeiro rascunho de um acordo foi produzido, os governos tentaram chegar a uma aproximação de suas posições. Mas a realidade é que as distâncias em vários temas, como subsídios, abertura de mercados e liberalização no setor industrial, parecem cada vez maiores. Agora, cada governo tenta influenciar a revisão do acordo para garantir que seus interesses sejam preservados.

Nesta semana, o encontro de cúpula em Pretória entre Brasil, Índia e África do Sul ainda é visto por muitos na OMC como central nesse processo. “A Rodada Doha será debatida porque, se não concluirmos o processo, nós, do Sul, perderemos”, disse Jerry Matjila, vice-diretor da chancelaria sul-africana. Os americanos já mandaram recados ao Itamaraty para que tente convencer os dois outros países emergentes a flexibilizar suas posições no capítulo industrial das negociações e, assim, permitir que o novo texto leve a um acordo final.

Na proposta apresentada pela OMC, os países emergentes deveriam reduzir em até 66% suas tarifas de importação para bens industriais. Segundo Roberto Azevedo, subsecretário de Comércio do Itamaraty, se tal proposta for mantida, mais da metade das linhas tarifárias brasileiras serão afetadas. Brasil, África do Sul, Índia e Argentina querem que o corte seja de no máximo 50%. Além disso, querem garantir flexibilidades extras para as economias de uniões aduaneiras, como o Mercosul. O problema é que os americanos e europeus dizem que não poderão aceitar a proposta e não farão concessões no setor agrícola sem garantias de maior acesso aos bens industriais das nações emergentes.

O Brasil acusa os países ricos de reverter a lógica do processo. “A rodada foi lançada em 2001 para liberalizar o setor agrícola”, afirma um diplomata brasileiro. O Itamaraty quer que os americanos se comprometam a reduzir seus subsídios agrícolas para um teto de US\$ 12,5 bilhões. Pela proposta da OMC, o teto ficaria entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões.

Os americanos já aceitaram negociar dentro dessa margem. Mas não deram indicação de como isso se daria. Já os europeus dizem que não reduzirão barreiras a produtos como açúcar e carnes até que saibam qual será a política de subsídios nos Estados Unidos. Diante do impasse, os países emergentes não vêem estímulo para fazer concessões.

Por trás dos discursos oficiais, a OMC ainda vê uma verdadeira campanha de desinformação e manipulação da opinião pública por parte de todos os envolvidos. No início da semana passada, o Brasil e quase 90 países emergentes apresentaram uma proposta na OMC insistindo que não haverá abertura dos mercados industriais enquanto os ganhos do setor agrícola não estiverem claros. Os americanos reagiram, indicando que seria o início do fim da Rodada Doha e que a culpa do fracasso, portanto, seria dos países emergentes. O Brasil decidiu contra-atacar e dava sinais de que, se a pressão continuar, não haverá acordo.

“Estão tentando repassar a culpa”, disse o subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo. Para livrar-se da pressão, o governo desmistifica a idéia de que a Casa Branca deu sinais de concessões no setor agrícola. “Isso tudo não passa de propaganda oficial.”

Na África do Sul, Lula vai reforçar aliança na OMC - Ronaldo D'Ercole* - O Globo – Economia – 15/10/2007

Fórum valoriza parceria com sul-africanos e indianos

Enviado especial PRETÓRIA.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva começa hoje, por Burkina Faso, sua sétima viagem ao continente africano, que deverá ter como ponto alto a reunião de cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas). Na quarta-feira, Lula e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, vão se reunir em Pretória com o presidente sul-africano, Thabo Mbeki.

Porém, mais do que tratar dos sete acordos de cooperação econômica da agenda oficial, os três dirigentes vão aproveitar esta segunda cúpula do Ibas para reafirmar a disposição de se manterem alinhados nas negociações sobre a abertura do comércio global, a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Brasil, Índia e África do Sul, junto com China e Rússia, encabeçam o G-20, grupo que reúne os emergentes nas negociações da OMC. E criaram o Ibas, no ano passado, para ressaltar que a integração Sul-Sul é uma alternativa concreta.

— Existe uma pressão do primeiro mundo para que o G-20 volte à mesa de negociações de Doha, e, embora esse assunto não esteja na pauta do encontro, o Ibas é um bom lugar para Brasil, Índia e África do Sul ressaltarem que continuam juntos — diz um diplomata, que não descarta a possibilidade de a cúpula em Pretória ser usada pelos três países para reivindicarem um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Diferentemente do espírito da primeira cúpula do Ibas, realizada no Brasil em setembro de 2006, não se fala mais em metas para a ampliação do comércio entre os três países, hoje na casa de US\$ 5 bilhões. J.J. Spies, diplomata sul-africano encarregado da organização da segunda cúpula, lembra que Brasil, Índia e África do Sul têm “uma receita de sucesso” em suas regiões.

— O potencial está aí, mas até este momento nós ainda não conseguimos avançar como gostaríamos — diz Spies.

No que diz respeito a Brasil e África do Sul, as relações comerciais são pequenas. A Marcopolo, montadora de carrocerias de ônibus, é uma das poucas empresas brasileiras no

país. A Vale do Rio Doce abriu recentemente um escritório. E a Petrobras está em contatos com a Sasol, sul-africana que transforma carvão e gás em combustível líquido e responde por 25% do consumo no país. Questionado sobre essa baixa integração, o diplomata observa que o Ibas é um fórum de diálogo: — Temos cinco acordos assinados, devemos firmar outros sete e queremos ir além disso.

Spies diz que seu país quer estabelecer relações com empresas brasileiras de transportes.

O governo sul-africano controla a maior empresa aérea do país, a South Africa Airways, que passa por reestruturação.

— Temos interesse em fazer acordos de code-share (compartilhamento de assentos).

(*) O repórter viajou a convite do governo da África do Sul

Cúpula de emergentes discute Doha - César Felício e Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 15/10/2007

O reforço da união política entre os governos de Brasil, África do Sul e Índia e acordos econômicos de relevância limitada devem ser o saldo da segunda Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), que irá reunir o presidente Luiz Inácio Lula das Silva com o presidentes da África do Sul, Thabo Mbeki, e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, nesta quarta-feira em Pretória e Johannesburg.

De maneira discreta, a retomada de negociações na rodada Doha da OMC deverá constar das declarações finais do encontro. Mas dificilmente a menção irá além de uma manifestação dos países de continuarem agindo de forma conjunta diante da questão, sem sinalizações para a saída do impasse atual. Os três países se apóiam mutuamente na pretensão de obter um assento no Conselho de Segurança da ONU e barraram no ano passado as pretensões dos Estados Unidos e da União Européia de obter um acordo no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Do lado sul-africano, a posição comum dos três países na disputa comercial ainda é contabilizada como um sucesso. "O Norte reconhece que algo acontece no Sul", comentou J.J.Spies, embaixador sul-africano encarregado da organização do Fórum.

Washington e Bruxelas acusam os três grandes emergentes de colocar em risco a conclusão de Doha porque se recusariam a cortar entre 55% e 60% as tarifas de importação de produtos industriais. Já Brasil, Índia e África do Sul denunciam desequilíbrio entre a tímida abertura proposta pelos ricos na área agrícola e a ambição exigida dos países em desenvolvimento na área industrial. As posições entre os três países não são totalmente convergentes sobre o tema. O Brasil mantém a demanda por flexibilidade adicional para a indústria do Mercosul. Só que indianos e sul-africanos e outros emergentes parecem não terem entendido os argumentos brasileiros, compartilhados pela Argentina.

Há uma diferença com a demanda da África do Sul por flexibilidade adicional para uniões aduaneiras. O País se comprometeu com fortes cortes tarifários na Rodada Uruguai, mas a Sacu (União Aduaneiras da África Austral) tem vários países que são economias pequenas e vulneráveis, que não sofreriam cortes maiores na Rodada Doha. Para equilibrar a situação, torna-se necessária uma válvula de escape para a tarifa externa comum. No caso da demanda brasileira e Argentina, os sócios do Mercosul têm setores industriais sensíveis diferentes e não conseguem se beneficiar integralmente da flexibilidade para proteger 10%

de suas linhas tarifárias . Os EUA e a UE não aceitarão a demanda do Brasil e Argentina, que vêem como um meio para esvaziar a liberalização industrial.

Dos três países da cúpula de quarta-feira, o Brasil é o mais próximo dos Estados Unidos em termos comerciais e políticos, e a África do Sul o que tem relações mais estreitas com a União Européia. Mas é pouco provável que Lula cobre de Mbeki e Manmohan Singh sinais concretos para que o impasse seja superado. Os acordos trilaterais mais relevantes previstos irão tratar de linhas aéreas e marítimas. Segundo Spies, os governos dos três países irão estimular compartilhamento de linhas (code share) entre as empresas áreas. As linhas gerais do acordo já estavam traçadas na cúpula do ano passado, mas a crise que afetou a Varig adiou as negociações.

Novos grupos de trabalho do Fórum serão instalados. Pelo menos um deles, o de mulheres, tem importância para a política interna sul-africana. Mbeki tenta manter a hegemonia sobre o partido governista, o Congresso Nacional Africano, que realiza uma convenção para escolher sua nova direção em dezembro. No âmbito partidário, o voto das mulheres será decisivo.

As relações econômicas entre Brasil e África do Sul são descritas como tímidas por representantes dos dois governos, apesar do fluxo de comércio entre os países ter passado de US\$ 500 milhões para cerca de US\$ 1,9 bilhão entre 2000 e 2006. O desequilíbrio é grande: deste fluxo, US\$ 1,459 bilhão são exportações do Brasil para a África do Sul e apenas US\$ 434 milhões fazem o percurso inverso. Ainda assim, o Brasil representa menos de 2% do total de importações sul-africanas. A relação da África do Sul com a Índia é mais intensa O fluxo entre os dois países atingiu US\$ 2,2 bilhões em 2005.

Há pouca complementaridade entre as economias brasileira e sul-africana. A área de energia é um exemplo. Terceira maior empresa da África do Sul, a Sasol, líder na tecnologia de converter carvão e gás natural em combustíveis líquidos. Abriu este ano um escritório na Índia para estruturar uma joint-venture com o grupo indiano Tata , em um projeto de exploração das reservas de carvão que poderá implicar em investimentos de US\$ 5 bilhões. Com o Brasil, não há empreendimento a caminho.

O repórter César Felício viajou a convite do governo da África do Sul

Emergentes vão apresentar nova proposta na Rodada Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007

Mas oferta de corte de tarifas industriais pode não satisfazer países ricos

Às vésperas da cúpula entre Brasil, África do Sul e Índia em Pretória, os países emergentes prepararam nova proposta para o setor industrial na Organização Mundial do Comércio (OMC), respondendo à pressão dos países ricos. A idéia, liderada por Nova Délhi, é modificar a posição dos países em desenvolvimento, mas manter as tarifas de importação de produtos industriais distantes do que querem os ricos. Fontes próximas aos negociadores informaram que, para os países ricos, se a nova proposta dos emergentes se concretizar, não haverá mais o que negociar.

O texto da proposta estava sendo negociado em sigilo e o vazamento da informação para a imprensa deixou diplomatas nervosos. Estados Unidos e União Européia insistiram, nos últimos dias, que a cúpula desta semana fosse usada para que Brasil, Índia e África do Sul dessem sinais de flexibilidade. Para Washington e Bruxelas, o corte deveria ser de pelo menos 66% nas tarifas.

A idéia inicial dos emergentes era de que o corte fosse de “no máximo 50%”. A nova proposta sugere que as tarifas de importação dos grandes países em desenvolvimento sejam cortadas em “pelo menos 50%”. Em reuniões no primeiro semestre, o Brasil indicou que estaria disposto a cortar suas tarifas bem acima de 50%. Isso dependeria, porém, do que ganharia no setor agrícola.

O novo texto será negociado a partir de hoje e já está agitando a OMC. Ontem, governos como o da Venezuela deixavam claro que não aceitariam a proposta que está sendo costurada pelos indianos. A idéia de Caracas e outros governos é que os emergentes não poderão fazer um esforço de liberalização superior ao dos ricos. Pela atual proposta que a OMC tem na mesa, os países desenvolvidos teriam de cortar 25% suas tarifas industriais.

A proposta ainda prevê que, quanto maior o corte de tarifas nos emergentes, maior deveria ser a flexibilidade dada para que escolham setores que serão isentos de liberalização. Um corte de menos de 40% nas tarifas, por exemplo, significa que não haverá nenhum setor entre os sensíveis. Um corte acima de 60% implicaria pelo menos 15% das linhas tarifárias de um país sob proteção.

A proposta que está sendo costurada ainda sugere que as tarifas dos países ricos para bens industriais fique, em média, em 5,9%. A França já indicou que a atual proposta da OMC, que prevê números mais elevados, já não seria aceita por Paris.

AGRICULTURA - “Temos sensibilidades nos setores automotivo e têxteis”, afirmou um negociador francês. Nesse caso, a proposta parece tentar atender aos pedidos de China e Índia, que já querem ganhar os mercados dos países ricos para os produtos industriais. A China, por exemplo, já deve ser a maior exportadora do mundo em 2008.

Para analistas, a jogada da Índia pode ser só uma forma de mostrar aos ricos algum movimento, sem, na realidade, fazer concessões importantes. “A idéia parece ser a de jogar a bola de volta ao campo dos países ricos”, afirmou um negociador. Em Pretória, os três governos devem assinar uma declaração em que se pedirá a conclusão da Rodada Doha, mas de uma forma equilibrada, que respeite as necessidades de desenvolvimento dos países e, sobretudo, coloque a agricultura no centro da liberalização.

Ontem, porém, os americanos silenciaram sobre o corte de subsídios, que poderia arrancar concessões dos emergentes. Um novo rascunho de acordo deve sair em duas semanas e a idéia era que a reunião de ontem em Genebra servisse para que Washington deixasse claro qual seria a redução de subsídios que estaria disposta a fazer. “Eles (americanos) não deram nenhum sinal”, afirmou Roberto Azevedo, subsecretário de Comércio do Itamaraty.

Brasil tem nova vitória na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007

Relatório final do processo contra subsídios do governo americano a produtores de algodão confirma ilegalidade

O Brasil vence mais uma vez a disputa contra os subsídios do governo americano aos produtores de algodão. Ontem, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou o relatório final do processo contra a Casa Branca e acusou Washington de não haver cumprido a maioria das determinações dos árbitros internacionais de retirar os subsídios proibidos.

A decisão abre a possibilidade de o Brasil retaliar os produtos americanos, inclusive em patentes. Washington já reconhece a derrota, mas deverá arrastar o processo até 2008.

Para isso, deverá recorrer da decisão. Em julho, uma decisão preliminar já havia sido publicada. Agora, a versão final confirmou a vitória do Brasil em praticamente todas as queixas contra os americanos. Alguns pontos considerados “menores” acabaram não sendo atendidos, ainda que o governo não acredite que vá afetar o resultado geral da disputa.

“A vitória coloca em questão os números apresentados pelos Estados Unidos à OMC sobre o que vem distribuindo como subsídios que considera legais”, disse o embaixador do Brasil em Genebra, Clodoaldo Huguency. “Confirmamos que o painel (da OMC) julgou que as mudanças dos Estados Unidos (em seus subsídios) são insuficientes”, afirma um comunicado da Casa Branca. “Estamos muito decepcionados com o resultado.”

O Itamaraty sabe que o processo ainda levará meses para ser concluído. Mas mantém a tese de que poderá retaliar os produtos americanos em cerca de US\$ 4 bilhões. Se isso ocorrer, porém, a medida somente seria aplicada em meados de 2008.

Mas nem todos os pontos reclamados pelo Brasil foram atendidos pelos árbitros. Um deles é o programa conhecido como Step 2, que os americanos já teriam reformado. O Brasil alegou que, apesar das mudanças, o dinheiro continuava a ser distribuído por outros meios.

No Itamaraty, a intenção é retaliar os Estados Unidos, caso o governo americano não altere seus programas de subsídios nem alinhe suas regras às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

A Casa Branca admite a derrota, mas insiste em protelar o processo. “Continuamos a acreditar que os pagamentos e garantias de créditos à exportação nos nossos programas são consistentes com nossas obrigações na OMC.” A realidade é que, no Congresso americano, os pontos já condenados pela OMC continuam sendo propostos para a nova lei de subsídios, válida até 2011.

A controvérsia do algodão entre Brasil e Estados Unidos tornou-se emblemática por ter ocorrido em paralelo às negociações da Rodada Doha. Mas o Brasil promete manter a pressão. O País vai abrir, ao lado do Canadá, um caso para demonstrar que os EUA não observaram os limites para os subsídios à agricultura, que eram de US\$ 19 bilhões por ano. E dessa vez espera que a OMC crie jurisprudência sobre o teto de subsídios que Washington pode conceder.

Fischer Boel admite 'descongelar' negociações para acordo Mercosul/UE - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007

A comissária agrícola da União Européia (UE), Mariann Fischer Boel, admitiu ontem que as negociações para uma área de livre comércio entre o Mercosul e a UE estão congeladas, mas há intenção de retomar as discussões. “Elas (as negociações) estão congeladas a 30 graus abaixo de zero”, completou o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues.

Em reunião realizada ontem, Fischer Boel reconheceu o papel fundamental da UE para destravar a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Estamos mandando mensagens claras para mostrar nossos desejos. Estar no Brasil é importante porque este é o maior mercado da União Européia. Estamos engajados e espero que consigamos chegar a uma solução para as diferenças”, afirmou a comissária, segundo informações da assessoria de imprensa da CNA.

Fischer Boel também afirmou que é favorável à extinção da tarifa de importação imposta pelo bloco ao etanol brasileiro, mas defendeu a produção sustentável de álcool combustível e a criação de modelos de certificação que garantam o processo. “A Amazônia é uma região extremamente crucial e a mensagem que o presidente Lula levou à Europa precisa ser seguida para termos boa base de cooperação”, afirmou a comissária, segundo a CNA.

O governo quer instituir um selo socioambiental para apoiar as exportações. A possibilidade de plantio de cana na Amazônia é um dos motivos de pressão contra o etanol brasileiro. Na viagem à Europa, em setembro, Lula descartou o cultivo de cana na Amazônia, mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em entrevista concedida algumas semanas depois, admitiu o plantio em áreas degradadas.

Ontem a comissária almoçou com Gilman Viana e integrantes do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais. Antes, reuniu-se com o ministro interino da Agricultura, Silas Brasileiro.

Políticos e empresários do Nordeste e Norte querem Venezuela no Mercosul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 16/10/2007

Políticos e dirigentes empresariais do Norte e Nordeste iniciam hoje uma ofensiva no Congresso para defender a inclusão da Venezuela no Mercosul. Em reação às críticas de partidos oposicionistas, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), contra as condições de entrada da Venezuela no Mercosul, empresários coordenados pela Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria argumentam que a entrada do país governado por Hugo Chávez é a melhor maneira de estender ao Norte e Nordeste benefícios comerciais assegurados pelo Mercosul a outras regiões do país.

Executivos da Câmara Venezuelana-Brasileira e de outras entidades empresariais entregam hoje ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, manifestos assinados por representantes de 54 federações e associações de indústria e de comércio, de oito estados do Norte e Nordeste, em favor da entrada da Venezuela, presidida por Hugo Chávez, no Mercosul. "Pretendemos sensibilizar o Congresso para a demanda de uma parcela importante da sociedade, que está interessada na entrada da Venezuela", argumenta o presidente da Câmara Venezuelana-Brasileira, José Francisco Marcondes.

Os empresários tinham audiência marcada também com o presidente do Senado, mas só hoje devem saber se, com a queda de Renan Calheiros (PMDB-AL) e sua substituição por Tião Viana (PT-AC), o compromisso ainda está na agenda da presidência. A visita ao Congresso, para reforçar o lobby pela entrada da Venezuela, vem sendo organizado desde o mês passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com Hugo Chávez, em Manaus. A lista de apoio à entrada do país no bloco do Cone Sul reúne principalmente entidades do Pará, Rondônia e Roraima (pelo menos dez de cada Estado) e lideranças também de outros cinco Estados das duas regiões (Norte e Nordeste).

As federações de indústria de Pernambuco, Bahia, Pará, Alagoas, Acre e Roraima apóiam o movimento pró-entrada da Venezuela, assegura Marcondes, que também arregimentou apoio de associações comerciais e de agricultura de vários Estados. O objetivo da pressão é a aprovação do pedido de entrada da Venezuela, pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, que se reunirá para votar o assunto na quarta-feira da próxima semana. "Esse tema está muito politizado e queremos despolitizá-lo", diz Marcondes.

A apreciação do acordo para ingresso da Venezuela no Mercosul foi paralisada no Congresso, depois de declarações hostis de Chávez contra o Senado, em maio, e a afirmação do venezuelano atribuindo à "mão de Washington" as razões do atraso na discussão da medida.

Há um acordo na Câmara para votação da proposta na quarta-feira, mas as chances de aprovação do ingresso venezuelano no Mercosul são prejudicadas por manifestações políticas de Chávez - como no último fim de semana, quando o venezuelano ameaçou reagir com armas a um eventual golpe "das elites" na vizinha Bolívia. Os empresários, com os manifestos e dados sobre a crescente importância econômica do comércio com a Venezuela, esperam combater com números os argumentos políticos contra a adesão do novo sócio ao Mercosul.

O agronegócio brasileiro pouco terá a ganhar com a conclusão da Rodada Doha de negociações comerciais, afirmou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em entrevista publicada segunda-feira no Estado. Foi uma declaração surpreendente. Para o governo brasileiro, a reforma do comércio agrícola é a meta principal da rodada. Essa tem sido a posição oficial desde o lançamento das conversações, em 2001. Essa mesma bandeira inspirou a formação do Grupo dos 20. Se a diplomacia nacional insiste em evitar o colapso final da rodada, é porque não desistiu, pelo menos explicitamente, de alcançar pelo menos em parte aquele objetivo.

O acordo possível neste momento, como já se admite abertamente, ficará abaixo do ambicionado na fase inicial das negociações, mas ainda poderá valer a pena, segundo avaliam os diplomatas. Mas não haverá pelo menos um grão de bom senso nos comentários do ministro da Agricultura?

Ele manifestou ceticismo em relação a dois pontos. Em primeiro lugar, na sua opinião é altamente improvável a conclusão da rodada. Em segundo lugar, as concessões oferecidas pelo mundo rico, se houver algum acerto final, não produzirão efeito concreto. A primeira dúvida é pertinente neste momento. Quanto mais se alonga a discussão, piores se tornam as condições políticas para um acordo final. Nos Estados Unidos, será uma enorme surpresa se algum candidato à presidência defender maiores concessões comerciais. Do lado europeu, não haverá novas ofertas se os americanos não se mexerem. O governo brasileiro não cederá mais um palmo, se as economias mais avançadas não emitirem sinais encorajadores.

Já a segunda tese é bastante discutível. O Itamaraty saberá discernir se uma oferta - por exemplo, de redução de subsídio - será efetiva ou se, ao contrário, não será mais que um conto-do-vigário. “Concessões” desse tipo serão recusadas e não haverá acordo. A questão relevante é outra: se houver concessões de fato, valerá a pena obtê-las em troca dos benefícios pedidos pelos negociadores do mundo rico? Ou, ainda: será equilibrada a distribuição de encargos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento?

Mas o ministro da Agricultura parece ter razão pelo menos quanto a um ponto: as condições do mercado internacional serão determinadas nos próximos anos, em grande parte, pela evolução da demanda, agora influenciada pelo rápido crescimento econômico da China, da Índia e de outros países dependentes da importação de alimentos e matérias-primas. Esses países recorrerão aos produtores eficientes, para evitar inflação, e o Brasil será um dos mais qualificados para atender à procura crescente.

Em vez de dar tanta ênfase à Rodada Doha, acrescentou o ministro, o Brasil deveria ter procurado acordos específicos com diferentes mercados - sem se dar conta de que estava fazendo uma crítica ao presidente da República, que ainda ontem insistia na importância de Doha. Mas teria sentido buscar acordos apenas para o comércio agrícola? Certamente não, no caso dos mercados mais desenvolvidos. Com Washington e Bruxelas teria sido necessário negociar acordos mais amplos de comércio.

Mas o governo brasileiro decidiu em 2003 torpedear a Alca. Os americanos podem ter contribuído para o fracasso da iniciativa, mas o principal esforço para impedir o acordo partiu de brasileiros e argentinos. Além disso, Brasília jamais conseguiu combinar com os sócios do Mercosul uma estratégia eficiente de negociação com os europeus.

O ministro da Agricultura parece haver esquecido esses pontos. Depois, americanos e europeus sempre hesitaram em discutir isoladamente concessões no comércio agrícola com os sul-americanos. Nos dois casos, no entanto, teria provavelmente valido a pena levar adiante as conversações com uma pauta mais ampla de interesses. Parte da indústria teria sem dúvida apoiado iniciativas desse tipo. Teria sido preciso convencer e mobilizar a outra parte. Outros países em desenvolvimento ganharam com acordos desse tipo, menos tímidos e mais amplos quanto aos objetivos, e o Brasil com certeza poderia ganhar.

Empresário pede Venezuela no Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007

Entidades empresariais vão ao Congresso fazer pressão pela inclusão de Caracas no bloco econômico

Com a proximidade da votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul pela Câmara, dirigentes de entidades que representam empresas com comércio entre o país e o Brasil foram ao Congresso fazer pressão pela aprovação da proposta. O presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria, José Francisco Marcondes Neto, apresentou o resultado favorável de uma pesquisa feita entre empresários que, principalmente, exportam para a Venezuela e defendeu a entrada do país vizinho no Mercosul como forma de atender as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

“O Mercosul tem beneficiado o bloco Sul e Sudeste. Para que o Norte e o Nordeste se insiram no Mercosul, é necessário o ingresso da Venezuela e, posteriormente, dos demais países andinos”, argumentou Marcondes Neto, após encontro com os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e interino do Senado, Tião Viana (PT-AC). Segundo ele, a distância dos Estados do Norte e do Nordeste com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai dificultam a integração dessa região com o Mercosul.

O presidente da entidade disse que o ingresso da Venezuela no Mercosul vai diminuir a burocracia e aumentar o comércio entre os dois países - atualmente na ordem de US\$ 4,5 bilhões por ano, em grande parte, de exportações brasileiras.

A votação do protocolo está marcada para o dia 24 na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Depois, terá de ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário, antes de seguir ao Senado.

O relator da proposta, deputado Doutor Rosinha (PT-PR), disse que a resistência ideológica contra a entrada da Venezuela já foi superada. “O PSDB tinha esquecido de falar com os empresários brasileiros”, provocou Rosinha, referindo-se à resistência dos tucanos.

“Os empresários têm preocupações com seus negócios, mas acima disso está o interesse nacional. É esse interesse nacional que pauta a preocupação dos tucanos”, reagiu o líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio (SP). “Reconhecemos que existe interesse comercial dos países, mas não podemos ignorar que a Venezuela é fator de desestabilização da política na América do Sul.”

Pannunzio lembrou as recentes declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de que enviaria tropas para Bolívia na hipótese de a crise política no país vizinho criar dificuldades para o presidente boliviano, Evo Morales. “Na história, vimos Adolf Hitler usar esse tipo de justificativa para fazer intervenções da Alemanha nos outros países. Deu no que todos conhecem.”

O deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), que acompanhou os dirigentes empresariais, disse que não vê dificuldades na aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul, porque se trata de assunto de interesse dos dois países. “A integração é de dois povos, e não de dois presidentes.” *Para Aldo e Rosinha, a aprovação sairá ainda neste ano.

De novo, Brasil quer destravar Rodada Doha - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007

Na África, Lula afirma que países ricos têm de parar de tratar os países pobres como se fossem “pedintes”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem na República do Congo, segunda parada de seu giro pela África, que pretende forçar uma negociação para destravar a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Quero um grande acordo para que a União Européia facilite a entrada dos produtos dos países mais pobres e os Estados Unidos diminuam a quantidade de subsídios na agricultura interna. E os países em desenvolvimento, como o Brasil, flexibilizem seus produtos industriais”, declarou Lula, ao lado do presidente do Congo, Denis Sassou-Nguesso.

Ele ponderou, no entanto, que a flexibilização não pode causar danos às indústrias dos países emergentes. “O problema é que essa flexibilização tem que ser proporcional a cada país”, disse. “O que estou propondo é que os países ricos parem de tratar os países pobres como se fossem pedintes”, prosseguiu Lula, seguido de aplausos de autoridades.

Depois, provocou risos quando comentou as boas relações de Nguesso com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Quem é presidente do FMI não pode ser amigo de

ninguém”, brincou. Lula disse que dirigentes de órgãos do FMI e da OMC não conhecem a realidade da América do Sul e da África, pois “nunca” pisaram em países em desenvolvimento.

O presidente comemorou a decisão da OMC de considerar ilegais, em relatório divulgado ontem, os subsídios aplicados pelos EUA aos produtores de algodão. “Isso é o que podemos chamar de vitória da unidade”, disse. “A verdade verdadeira é que falar em livre comércio é muito mais fácil que praticar.”

Em sua fala no palácio do governo, Ngusso afirmou que a simpatia da população do Congo pelo Brasil vem de 1967, quando o Santos, tendo Pelé como destaque, disputou uma partida em Brazzaville. Ele lembrou, ainda, a visita que fez à Bahia. “Estava na praia e vi que era o mesmo povo.”

Países admitem ceder em prol de "nova Doha" – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007

DA REUTERS - Países em desenvolvimento como África do Sul, Índia e Brasil consideram a possibilidade de abrandar sua posição nas negociações para um novo tratado mundial de comércio, informaram diplomatas ontem.

Um documento elaborado para discussão, distribuído por autoridades indianas, indica que os países de economias emergentes podem aceitar cortes nas tarifas máximas sobre bens industrializados em troca do direito de barrar certos produtos.

O documento pede que os países desenvolvidos reduzam as tarifas máximas acima do que havia sido sugerido em um texto base para negociação distribuído em julho pelo embaixador canadense Don Stephenson, que preside as negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre indústria.

O setor manufatureiro, conhecido no jargão das negociações comerciais como Non-Agricultural Market Access (Nama), é uma das áreas mais contenciosas das negociações para um novo acordo de liberalização do comércio na OMC.

A Rodada Doha foi lançada há seis anos para reforçar o comércio internacional de produtos agrícolas, industriais e de serviços, e ajudar os países mais pobres a exportar mais.

O ministro da Agricultura brasileiro, Reinhold Stephanes, disse que os subsídios agrícolas da União Européia (UE) e dos Estados Unidos permanecem sendo o principal obstáculo nas negociações.

Presidente afirma, na África, que taxas de importação de produtos industriais podem ser reduzidas na Rodada Doha - Mas, segundo ele, cortes nos subsídios agrícolas de países desenvolvidos devem ser maiores que os propostos para haver contrapartida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu ontem que o Brasil e os países emergentes poderão reduzir tarifas de importação industrial como parte de uma grande barganha para concluir a Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio). Mas ele ressaltou que espera concessões ainda maiores dos países ricos em troca. "Ou os países ricos cedem um pouco ou o acordo estará cada vez mais difícil."

Falando a uma platéia de ministros da República do Congo, na África Central, e ladeado pelo presidente do país, Denis Sassou Nguesso, Lula fez um ataque frontal aos países ricos, que deveriam ser "mais generosos" com os pobres e parar de tratá-los como "pedintes". Foi aplaudido por duas vezes pelos anfitriões congolezes.

"Queremos fazer um grande acordo em que a União Européia facilite na questão da entrada dos produtos dos países mais pobres, em que os EUA diminuam a quantidade que subsidiam a agricultura interna e que os países em desenvolvimento como o Brasil flexibilizem os produtos industriais."

A Rodada Doha, que se arrasta desde 2001, vem enfrentando obstáculos para a sua conclusão principalmente por conta de divergências quanto ao acesso a mercados ricos para agricultores de países pobres.

Em contrapartida, o mundo desenvolvido exige facilidades de entrada de produtos industrializados em países emergentes como Brasil, Índia e África do Sul. Líderes dos três países se reúnem hoje em Pretória, capital sul-africana, para discutir o assunto. "Queremos que os países ricos parem de tratar os países pobres como pedintes", declarou Lula, na presença de todo o ministério congolês, na sede do governo local.

Ao mesmo tempo em que sinalizou com alguma flexibilização nas tarifas industriais, Lula avisou que essa flexibilização terá limite estreito. "Essa flexibilização tem que ser proporcional à capacidade de cada país", disse. O Brasil não abrirá mão, por exemplo, de proteger os setores que considerar estratégicos. "Os países que estão se desenvolvendo agora não podem abdicar de ter políticas industriais", declarou. Para ele, a oferta do EUA de limitar a US\$ 16 bilhões anuais os subsídios aos agricultores é insuficiente.

Sobraram críticas também ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Lula lembrou que o próximo diretor do Fundo, Dominique Strauss-Kahn, é um francês, que poderia ser um amigo do Congo, de língua francesa. "Mas não sei se alguém que representa uma instituição como o FMI continua amigo de alguém", disse.

Bird oferece apoio ao Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007

DE WASHINGTON - Não que a instituição tenha pedido, até porque ainda não saiu de fato do papel, mas o Banco do Sul ganhou ontem um auxílio de peso: o Bird (Banco Mundial) disse que aceita ajudar o banco regional, que teve seu anúncio oficial feito no começo do mês por iniciativa da Venezuela e referendado por Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai.

"É uma iniciativa muito bem-vinda, e o Banco Mundial está disposto a dividir sua experiência com ela", disse ontem Augusto de la Torre, do Bird. Afinal, acredita o economista-chefe para a América Latina e o Caribe, a nova instituição pretende ser um complemento à arquitetura das entidades que atuam na região, como o próprio Bird, o FMI e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e não se opor a elas.

Não era essa a intenção de Hugo Chávez, idealizador do projeto, ao menos não no início. Seu Banco do Sul surgiu como alternativa a Bird, BID e FMI, instituições que, acredita o venezuelano, agem na região sob o tacão do governo americano. Mas, com o passar do tempo e a adesão de mais países, o discurso ideológico tem ficado de lado. Na semana passada, o colombiano Álvaro Uribe, um dos principais parceiros dos EUA no continente, pediu o ingresso do país no banco.

O apoio serve também aos interesses do Bird, que tenta se reinventar como instituição. (SD)

Índia-Brasil-África do Sul: o fórum que veio para ficar - Luiz Inácio Lula da Silva – O Globo – O País – 17/10/2007

Hoje terei o prazer de voltar à África do Sul, para encontrarme, em Tshwane, com o presidente Thabo Mbeki e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh.

Estaremos reunidos na segunda cúpula do Fórum ÍndiaBrasilÁfrica do Sul (Ibas) para traçar estratégias, formular propostas e defender aspirações que aproximam três grandes democracias do mundo em desenvolvimento.

Por sugestão do presidente Mbeki, África do Sul, Brasil e Índia decidiram dar um renovado impulso à cooperação Sul-Sul. É nossa resposta a uma ordem internacional desigual, incapaz de resolver os problemas do desenvolvimento e da segurança coletiva.

Frente a ameaças e desafios como o terrorismo, a degradação ambiental e as pandemias, propomos mais cooperação, mais solidariedade.

Concordamos que o ponto de partida deve ser uma estreita articulação entre três economias importantes da África, da América Latina e da Ásia. Juntos, estamos dando voz mais robusta ao Sul no encaminhamento dos temas prioritários da agenda internacional.

Defendemos a democratização das instâncias decisórias internacionais. Queremos fortalecer as instituições multilaterais e completar ampla reforma das Nações Unidas. Os apoios a nossa aspiração comum de nos tornarmos membros permanentes do Conselho de Segurança ressalta a credibilidade dessa postulação.

Os desafios da paz e da segurança internacionais exigem soluções definitivas para a pobreza e o crescimento sustentável. O convite para participarmos das cúpulas ampliadas do G-8 confirma que os países em desenvolvimento não mais podem ser alijados desse debate.

Nossa ação conjunta no G-20 é crucial para reverter distorções históricas no comércio agrícola internacional, prejudiciais às legítimas aspirações das nações mais pobres.

As preocupações ambientais estão na ordem do dia. É por isso que este ano o Ibas focaliza o crescimento sustentável.

Estamos traçando estratégias para assegurar que os princípios emanados das conferências do Rio e de Johannesburgo — sobretudo o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas — balizem a resposta da comunidade global à mudança climática. Nossos três países integram o Fórum Internacional de Biocombustíveis, que está na vanguarda de esforços para compatibilizar proteção ambiental com segurança energética. A democratização do acesso a novas fontes energéticas significa oferecer à humanidade uma alternativa ao encarecimento e à inexorável escassez das fontes fósseis tradicionais.

Queremos transformar em iniciativas concretas de solidariedade Sul-Sul os avanços de nossos países em agricultura, comércio, ciência e tecnologia e energia. Devemos unir nossas capacitações na produção de fármacos para ajudar países, sobretudo na África, devastados pela Aids, malária e tuberculose. Por meio do Fundo Ibas de Combate à Fome e à Pobreza, estamos implementando projetos de cooperação triangular para ajudar países como GuinéBissau e Haiti a encontrar o rumo da reconciliação e da reconstrução. O alto valor simbólico desse gesto foi reconhecido pela ONU ao conceder ao Fundo o Prêmio da Parceria Sul-Sul.

Nossa ambição é unir não apenas três países, mas a África Austral, a América do Sul e o subcontinente indiano.

Por meio de um acordo de livre comércio trilateral entre o Mercosul, a União Aduaneira Sul-Africana e a Índia, queremos fazer das trocas Sul-Sul um fator de desenvolvimento autônomo e soberano.

Nossas nações têm sabido responder às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimentos decorrentes da globalização.

As possibilidades de enriquecer nossa pauta comercial com produtos de alto valor agregado e tecnológico explicam que nossas trocas com outros países em desenvolvimento aumentem em ritmo veloz. O comércio do Brasil com a Índia multiplicou-se por cinco desde 2000, alcançando US\$ 2,4 bilhões no ano passado. Nesse mesmo intervalo, o intercâmbio com a África do Sul triplicou para US\$ 1,7 bilhão. Podemos fazer muito mais. Tenho certeza de que o evento empresarial à margem da cúpula do Ibas ajudará a identificar novas oportunidades de negócios.

Estamos determinados a fortalecer um fórum que expressa nossa aposta em um mundo distinto e melhor do que o atual. Nessa tarefa, continuaremos a contar com o engajamento da sociedade civil e o entusiasmo do setor privado. O Ibas encurta distâncias, aproxima povos e continentes, mas, sobretudo, forja uma visão solidária do futuro. Estou certo de que, coerente com a filosofia da tolerância e da não-violência pregada por Mahatma e Nelson Mandela esse é o caminho a seguir na luta por um mundo justo e pacífico. O Ibas veio para ficar.

UE faz redução modesta do subsídio ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007

A União Européia (UE) reduz apenas de forma modesta os subsídios ao etanol. Ontem, em Bruxelas, a Comissão - o braço executivo do bloco - recebeu luz verde da entidade para cortar parte do pagamento que era feito aos produtores que comprovassem que estavam usando parte de suas terras para a produção de bens que seria usados para a fabricação do etanol. No total, a UE destinou 3,7 bilhões em subsídios aos biocombustíveis em 2006. O corte significaria redução de 90 milhões.

O mecanismo de apoio à produção foi criado em 2003 para incentivar os produtores a se dedicar ao etanol. Até 2 milhões de hectares, os fazendeiros ganhavam 45 por hectare. Em 2007, porém, a área usada para o etanol chegou a 2,84 milhões de hectares na Europa, o que acabou gerando custos extras ao orçamento da Comissão.

Com a alta nos preços do petróleo, Bruxelas acredita que não haveria mais motivo para manter os subsídios nos mesmos níveis. A partir de agora, irá subsidiar apenas 70% da área plantada por produtor para bens usados na fabricação do etanol.

“Esses pagamentos estimularam a produção européia”, disse Mariann Fischer Boel, comissária de Agricultura da UE. “Mas precisamos nos perguntar se ainda são necessários. Hoje temos um mercado de etanol que está emergindo.” Apesar da queda dos subsídios, as barreiras para que o etanol brasileiro entre na UE ainda são significativas. O produto enfrenta uma barreira equivalente a 70% de impostos.

FMI quer liberalização do etanol - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007

Com essa medida, produção do combustível seria amplamente dominada pelo Brasil em 2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende o livre comércio de biocombustíveis, com eliminação de barreiras à importação e subsídios à produção nos Estados Unidos e na União Européia. Se essa política fosse adotada agora, em 2012 a produção de etanol seria amplamente dominada pelo Brasil e por alguns países latino-americanos, enquanto o biodiesel seria produzido principalmente na Ásia.

No ano passado, os EUA superaram o Brasil na fabricação de etanol. A UE é hoje a maior fonte de biodiesel. Se o comércio for liberado e os subsídios eliminados, a produção de biocombustíveis por americanos e europeus deixará de ser lucrativa, segundo estudo incluído no Panorama Econômico Mundial distribuído ontem pelo FMI.

Estados Unidos e UE concedem os mais generosos incentivos à atividade, segundo o estudo. Os produtores americanos podem abater do imposto de renda US\$ 0,51 por galão de etanol e US\$ 1 por galão de diesel. São protegidos por uma tarifa de US\$ 0,54 sobre galão de etanol importado.

Na UE, vários países concedem isenção de impostos para biocombustíveis, “um grande benefício, considerando-se a alta tributação dos outros combustíveis”, segundo o relatório. Além disso, há uma tarifa média de US\$ 0,19 por litro de etanol importado.

Só o etanol brasileiro, extraído da cana, tem custo de produção menor que o da gasolina e do etanol de milho. Seu efeito ambiental também é superior, pois a emissão de gases causadores do efeito estufa é 91% menor que a da gasolina, por quilômetro rodado.

Se a produção e o comércio fossem liberalizados, em 2012 o preço da cana seria 15% maior que o de hoje, por causa da maior demanda. O do óleo de palma teria subido cerca de 20%. No mesmo período, os preços de milho, trigo e óleo de soja, hoje pressionados por causa do uso de grãos para produzir etanol, cairiam cerca de 10%, segundo a estimativa do FMI.

Além da liberalização do comércio e da produção, o FMI recomenda: 1) cobrança de um imposto ambiental sobre todos os combustíveis; 2) obrigação de mistura de etanol e biodiesel nos combustíveis tradicionais, por um período limitado, para facilitar a transição para a nova tecnologia; 3) apoio estatal à pesquisa, tendo em conta o caráter público dos benefícios dos biocombustíveis.

Etanol e biodiesel são tratados, no estudo, como suplementos adicionados em “pequenas porções” a combustíveis derivados de petróleo.

Lula e Bush querem Doha até o fim do ano – Fábio Zanini – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007

Em telefonema, presidentes pedem mais flexibilização; Celso Amorim diz que prazo deve ser o Carnaval

O presidente Lula discursa na África do Sul

Em conversa telefônica na noite de anteontem, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos EUA, George Bush, colocaram mais um prazo, agora até o final do ano, para a conclusão da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Mas, como disse ontem o ministro brasileiro Celso Amorim, o novo prazo final pode não ser tão final assim. Uma nova prorrogação pode acontecer, até o Carnaval de 2008.

Lula recebeu o telefonema de Bush ao chegar à África do Sul, em cuja capital, Pretória, participou ontem de um encontro de cúpula do chamado grupo Ibsa, formado pelas iniciais do Brasil, do país anfitrião e da Índia. Os três formam uma espécie de coordenação-executiva do G20, grupo de países do Terceiro Mundo.

O telefonema, segundo informou a assessoria de Lula, já havia sido pedido por Bush há alguns dias. Teve cerca de 20 minutos e começou com uma troca de impressões positivas sobre os progressos na rodada. Mas logo o tom mudou. Bush pediu que o Brasil avance na flexibilização de tarifas industriais, que poderiam ser a moeda de troca dos subdesenvolvidos caso os países ricos acabem com seus subsídios à agricultura. Conforme disse Amorim, não adianta os EUA concordarem com redução global no valor dos subsídios sem que haja um detalhamento.

"Para nós é tão importante saber se vão aceitar questões como os tetos de subsídios sobre a soja, o algodão, quanto aceitar os números gerais", disse o chanceler brasileiro. Após ouvir os argumentos de Lula, Bush teria desanuviado o ambiente: "Eu vejo que você está afiado. Perto de você, me sinto um garoto de escola", teria dito o americano, na versão do governo brasileiro. Lula cobrou mais clareza da proposta norte-americana. Bush pediu ao brasileiro que levasse a indianos e sul-africanos a disposição dos EUA de concluir Doha. Em evento na manhã de ontem em Washington, Antonio Patriota, o embaixador brasileiro nos EUA, foi otimista em relação ao desfecho de Doha.

"Creio que estamos extremamente próximos de um acordo", disse o diplomata. Ontem, na reunião de Pretória, Lula, o presidente sul-africano, Thabo Mbeki, e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, cobraram dos países ricos "a mesma disposição demonstrada pelos países em desenvolvimento, que têm sido construtivos e com intenção de negociar em todas as áreas".

Por falta de opções de vôos comerciais entre o Congo e a África do Sul, os repórteres **FÁBIO ZANINI** e **EDUARDO KNAPP** viajaram em avião da Força Aérea Brasileira.

Fórum de Pretória prevê acordo em Rodada - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 18/10/2007

A 2ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), realizada ontem, em Pretória, capital sul-africana, indicou, em comunicado conjunto, que será possível fechar até o fim deste ano as questões agrícola e industrial da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os três países pretendem atuar em bloco nas duas questões, embora a Índia tenha menos interesse na redução das tarifas agrícolas do que os demais.

A importância que estava sendo dada pela comunidade internacional à reunião de ontem entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, pode ser medida pelo telefonema dado pelo presidente dos EUA, George W. Bush, ao presidente brasileiro. De

Johannesburgo, Lula conversou com Bush por quase meia hora e, segundo fontes do governo, manteve um tom incisivo, apesar da cordialidade da conversa.

Diante da cobrança feita por Bush para que o Brasil "avance" sua posição nas negociações, Lula rebateu ser necessário que haja "concessões reais". A cobrança, repetida várias vezes na reunião de ontem, está relacionada à posição americana, considerada excessivamente vaga, sobre a redução dos seus subsídios agrícolas. Lula reclama que os EUA concederam US\$ 11 bilhões de subsídios em 2006 e que agora acenam com valor anual entre US\$ 16,5 bilhões e US\$ 13 bilhões, com tendência para o primeiro número.

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, se os americanos não se aproximarem dos US\$ 13 bilhões, após partirem da proposição inicial de US\$ 17 bilhões, não estará havendo concessão para facilitar as negociações. Lula pediu a Bush mais clareza na definição do que os americanos pretendem fazer em relação aos subsídios. Após ouvir as cobranças de Lula, Bush teria dito: "Puxa, você está afiado. Eu estou me sentindo como um 'school boy' (estudante)", teria dito o presidente americano. Respondendo ao afago, Lula disse concordar com a necessidade de que sejam estudadas novas fórmulas para a definição das tarifas para produtos industriais.

Amorim disse que o Brasil e seus parceiros, do Ibas e do G-20 (grupo de países liderado pelo Brasil que centraliza as propostas dos países em desenvolvimento nas negociações), admitem reduzir suas posições em relação aos produtos industriais. "Estávamos partindo de um coeficiente 30. É provável que aceitemos um coeficiente um pouco menor", afirmou. O coeficiente é o resultado de uma fórmula matemática criada pelos delegados suíços na OMC e que foi aceita como a melhor maneira de calcular a redução das tarifas industriais.

A fórmula é feita de tal maneira que, quanto menor o coeficiente, maior a redução tarifária. Americanos e europeus consideram ideal coeficiente em torno de 15, enquanto Mercosul e o G-20 estão na casa dos 30. Segundo Amorim, o coeficiente 30 representa redução da tarifa consolidada entre 58% e 52%. Brasileiros e aliados já deixaram claro que 30 é um número para colocar na mesa de negociações como moeda de troca em relação aos subsídios americanos e às tarifas européias na agricultura.

Analistas, diplomatas e empresários do mundo inteiro concordam que os esforços feitos nas últimas semanas representam a última tentativa de salvar a Rodada Doha. Lideranças de todo o mundo demonstram um empenho que parecia já ter sido abandonado. À medida que avançam as negociações em Genebra, sede da OMC, e que se aproxima o fim do ano, considerado o limite para que se tenha uma definição dos principais pontos, cresce também a temperatura entre as partes, dispostas a valorizar ao máximo suas posições.

Ontem, na abertura da cúpula do Ibas, Lula usou mais uma vez uma figura de retórica forte para marcar posição: "De pouco nos vale sermos convidados para a sobremesa dos poderosos" disse o presidente, ao se referir aos convites que países emergentes como o Brasil recebem para participar de reuniões do G-8, o grupo dos países mais ricos. O presidente Mbeki, da África do Sul, disse que está na hora de esses convidados comerem também o prato principal.

O Ibas, que fará nova reunião de cúpula em 2008, na Índia (a primeira foi no ano passado, em Brasília), é uma das iniciativas dos países em desenvolvimento de ampliarem sua massa crítica. Os três países pretendem que o fórum seja o embrião de um bloco comercial que inclua, na América do Sul, os países que formam o Mercosul, e na África, os países que integram a União da Comunidade Sul Africana (Sacu, na sigla em inglês).

Enquanto esse objetivo mais amplo não chega, o Ibas criou um fundo para bancar projetos sociais em países mais pobres. O Brasil elevou recentemente para US\$ 3,5 milhões sua cota neste fundo. O Ibas possui grupos de trabalho voltados para o estreitamento das relações em várias áreas.

O primeiro-ministro indiano reclamou da "falta de convicção" que estaria tornando lento os avanços desses grupos. Ainda assim, a Cúpula de Pretória terminou divulgando documento com 52 pontos, entre proposições, recomendações e intenções, que vão desde questões da OMC até o propósito conjunto de trabalharem pela eliminação completa dos arsenais nucleares, embora a Índia seja um dos poucos países do mundo detentores de bombas atômicas.

Bush checa com Lula se pressões deram certo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 18/10/2007

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, telefonou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para checar se as intimidações americanas nos últimos tempos deram certo. Essa era a interpretação entre círculos negociadores em Genebra sobre a nova conversa entre os dois presidentes.

Em New York, há três semanas, Bush já tinha feito a mesma pressão para Lula interceder junto aos outros emergentes para cederem na área industrial. Em seguida, Susan Schwab, a principal negociadora americana, entrou em campo acusando o Brasil, Índia, África do Sul e Argentina de empurrarem a Rodada Doha para o fiasco por resistirem ao texto industrial em discussão na rodada. Na segunda-feira à noite, Bush telefonou a Lula, no que é visto como uma forma de ver se as pressões deram certo.

A resposta deve ter decepcionado a Casa Branca. Lula repetiu que está pronto para a barganha. Mas com duas condições: os EUA precisam mostrar ambição forte na área agrícola, com maior corte de subsídios. E o Brasil precisa de maior flexibilidade na área industrial para proteger setores sensíveis.

Bush telefonou também ao primeiro-ministro Manmohan Singh, da Índia. Mas havia dificuldades para se entender o que ele contou a Bush e o que é realidade. Singh disse que o problema indiano é na agricultura. Já o relato que chegou a Genebra de seu ministro de Comércio, Kamal Nath, reconhecia dificuldade também na área industrial. Tanto que a Índia esboçou uma proposta que está longe de mais flexível para o setor industrial em Genebra, como uma agência noticiou. É o contrário: antes, os emergentes diziam que aceitavam cortar as tarifas em 50% na média. O texto indiano sugeria agora corte entre 40% e 50%.

Por outro lado, os países pobres deram indiretamente uma dura resposta a Lula. Na terça-feira, o presidente conclamou os países mais pobres a se unirem ao G-20 para conseguir um desfecho favorável para Doha. Ontem, porém, o ACP (África, Caribe e Pacífico), com 56 nações, propôs na Organização Mundial do Comércio (OMC) algo que vai contra tudo o que o Brasil defende. O grupo de nações pobres propôs formalmente que os países que dão preferências comerciais para eles, EUA e a União Européia, sobretudo, tenham prazo de 15 anos - mais que os dez para os países em desenvolvimento - para cortar as tarifas de produtos como carne bovina, açúcar, tabaco, suco de laranja e etanol.

PALAVRAS, PALAVRAS – Folha de São Paulo – Brasil – Toda a mídia – Nelso de Sá – 19/10/2007

O "[NYT](#)" selecionou, do encontro na África do Sul, a frase de Lula sobre Doha, "é inútil ser convidado para a sobremesa". Já o "[Washington Times](#)" foi mais otimista. No destaque do "[Hindu](#)", mais palavras. No "[Economic Times](#)", o alerta de que a cooperação Sul-Sul se prende à "retórica", com "visível falta de ação". E o "Sify", também indiano, foi além e, sobre Doha, arriscou que "o fracasso poderá marcar o começo do verdadeiro multilateralismo".

Bird alerta países para riscos da produção de biocombustíveis - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2007

Para a instituição, poucos programas são viáveis e a maior parte pode ter efeitos sociais e ambientais nocivos

A produção de biocombustíveis pode ser um sucesso no Brasil, descrito como 'o produtor mais competitivo', mas, com a atual tecnologia, é um negócio duvidoso para a maior parte das outras economias em desenvolvimento, segundo o Banco Mundial (Bird). Poucos programas são economicamente viáveis, segundo o banco, e a maior parte pode ter efeitos sociais e ambientais indesejáveis: comida mais cara, maior competição por terra e água e, 'possivelmente', devastação de matas'.

O Brasil se diferencia também por algumas cooperativas produtoras de etanol terem assegurado a participação de pequenos proprietários, embora a fabricação de álcool geralmente envolva grandes economias de escala e integração vertical da produção.

Muita cautela com as políticas de biocombustíveis é a mensagem principal da análise incluída no Relatório do Desenvolvimento Mundial, divulgado ontem pelo Bird e apresentado por seu economista-chefe, François Bourguignon. A maior parte do relatório é dedicada a um tema central, desta vez Agricultura para o Desenvolvimento.

Um capítulo inteiro trata da reforma do comércio e das políticas de preços e subsídios. 'É preciso concluir, com urgência, a Rodada Doha de negociações comerciais, especialmente para eliminar distorções, tais como os subsídios americanos ao algodão, prejudiciais aos países mais pobres', diz o estudo.

A subvenção média aos produtores agrícolas do mundo rico diminuiu de 37% do valor bruto da receita em 1986-88 para 30% em 2003-2005, mas o dinheiro desembolsado pelos governos aumentou de US\$ 242 bilhões para US\$ 273 bilhões por ano. Os preços aumentaram, mas o montante de subsídios não foi congelado.

Segundo o documento, o crescimento da produção agrícola nos países em desenvolvimento poderia passar dos atuais 3,9% ao ano para 4,2%, em média, se houvesse uma completa liberalização. O ganho médio seria de 0,3 ponto porcentual, mas chegaria a 2 pontos para a América Latina, a principal beneficiária das mudanças.

Na hipótese de completa eliminação de subsídios e barreiras, os aumentos de preços ficariam entre o máximo de 20,8% para o algodão e o mínimo de 1,9% para óleos e gorduras vegetais. Mas sementes oleaginosas poderiam valorizar-se 15,1% e a carne processada, 4,3%.

O Brasil seria um dos principais beneficiários, por ser competitivo na produção de bens agrícolas sujeitos a elevada proteção nos principais mercados, como açúcar, sementes oleaginosas e carne.

Os ganhos efetivos, no entanto, serão menores que os estimados com base nessa hipótese, ressaltam os autores, porque um acordo na rodada produziria apenas a eliminação parcial dos subsídios e barreiras. 'A rodada enfatiza mais a eliminação de subsídios à exportação e o corte de subsídios internos do que a redução de tarifas aduaneiras tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.'

O trabalho é dedicado principalmente ao tema da redução da pobreza e capta mal certas características do Brasil. Há referências frequentes à modernização da agricultura e à posição singular do país no mundo em desenvolvimento, pela ênfase na pesquisa agropecuária.

Também se mencionam os efeitos ambientais da expansão da soja no cerrado, com a inclusão, entre 1999-2000 e 2004-2005, de uma área de 54 mil quilômetros quadrados, maior que a Costa Rica. Na Argentina, o ambiente 'altamente ameaçado' é o Chaco.

Apesar da modernização agrícola, ainda há pobreza no campo brasileiro, segundo o estudo, 'porque o emprego rural diminuiu e se orientou para trabalhadores de maior qualificação, porque a atividade se tornou mais intensiva em capital'.

O estudo, no entanto, não considera os ganhos sociais da produção mais eficiente. Mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades e hoje pagam pela comida muito menos do que há duas décadas, podendo gastar mais noutros itens. Confrontado com essa observação, o economista Alain de Janvry, um dos coordenadores do relatório, respondeu: 'O senhor está certo. Essa questão será examinada noutro estudo.'

Mais informações sobre a reunião na pág. B18

Sarney é "lacaio", afirma deputado venezuelano –Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo – Brasil – 20/10/2007

O deputado venezuelano Carlos Escarrá chamou o senador José Sarney (PMDB-AP) de "lacaio" e "servil" ao rebater as críticas do ex-presidente brasileiro contra o governo do presidente Hugo Chávez.

"O senhor Sarney tenta condicionar, manipular e chantagear a Venezuela, de que não entrará no Mercosul se não der sinais expressos de que somos democratas", afirmou à Unión Rádio o deputado Escarrá, vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional. "Quero dizer ao senhor Sarney que a democracia venezuelana é hoje a mais perfeita do mundo", disse Escarrá, ex-membro da comissão encarregada da proposta de reforma constitucional, que inclui a reeleição indefinida para presidente.

Ele afirmou que suas críticas não são dirigidas ao presidente Lula. "Não temos nada contra o governo Lula e o povo do Brasil, mas sim contra esse cisto lacaio e servil que parece um boneco de algum desses ventríloquos que fazem outra pessoa falar."

Sarney tem criticado o suposto autoritarismo de Chávez, em meio às discussões sobre a ratificação ou não da entrada da Venezuela no Mercosul.

Procurado pela Folha ontem, a assessoria de Sarney informou que ele estava incomunicável no interior do Amapá. *Colaborou a Sucursal de Brasília

Doha de ponta-cabeça - Marcelo de Paiva Abreu* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/10/2007

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) está à beira do precipício. Há clara indicação de que o assunto não ocupa posição prioritária na agenda dos grandes protagonistas. Não é fácil manter vivas negociações, cujos resultados efetivos estão na dependência de conjecturas quanto à renovação de Trade Promotion Authority pelo Congresso dos Estados Unidos. Mesmo que o governo Bush pretenda exercer alguma iniciativa vigorosa para salvar a Rodada, estará condicionado pela política interna, dominada pelas eleições presidenciais. Além disso, a negociação 'triangular' no G-4, envolvendo redução de subsídios agrícolas nos Estados Unidos, melhor acesso a mercados agrícolas na União Européia e redução de tarifas industriais nas economias do G-20, ainda parece enalhada. Isso a despeito de recente oferta dos Estados Unidos de redução de subsídios agrícolas, mesmo que dependente do nível de concessões dos países em desenvolvimento e sem limitação por produto.

A liderança do G-20 - África do Sul, Brasil e Índia - tem resistido vigorosamente a uma liberalização significativa de suas tarifas, especialmente as industriais. Mesmo o

Brasil, menos protecionista, tem insistido de que não poderia ir além do que no jargão da OMC corresponde ao 'coeficiente 30 da fórmula suíça'. Isso corresponderia a uma redução das tarifas consolidadas industriais (máximas) de 35% para pouco mais de 16%. Para pôr a redução em perspectiva, deve ser lembrado que a tarifa média efetivamente aplicada pelo Brasil está hoje em torno de 10%, embora produtos como os automóveis continuem a ser beneficiados com a tarifa de 35%. Além das resistências quanto à magnitude da redução, o G-20 tem insistido que necessita de maior flexibilidade para aplicar a fórmula de desgravação tarifária, excetuando produtos 'sensíveis', dado o menor nível de desenvolvimento relativo de seus integrantes. Os membros do Mercosul insistem ainda que características da sua iniciativa de integração requerem a exclusão de número maior de linhas tarifárias dos compromissos de desgravação.

As negociações são também prejudicadas pelas dificuldades de acomodação de interesses de países excluídos do G-4. É o caso de vários países desenvolvidos, quase todos comprometidos com grotescos níveis de proteção agrícola, entre eles o Japão. Diversos integrantes do G-20, menos comprometidos com o protecionismo, já explicitaram sua simpatia por proposta de redução de tarifas industriais mais ambiciosa. A convergência das economias menos desenvolvidas do G-90, com a posição do triângulo Brasília-Nova Délhi-Pretoria, embora tenha prosperado em termos de discurso, é bem mais nebulosa quando se trata de temas substantivos. E existem ainda as dificuldades relacionadas aos outros temas da agenda, que vão além de acesso a mercados.

É difícil perceber algum grande dano aos interesses nacionais, se o Brasil optasse por proposta de redução tarifária mais ambiciosa. O coeficiente 22 na fórmula suíça, por exemplo, ainda longe do coeficiente 10 mencionado pelos falcões nas economias desenvolvidas, corresponderia à redução da tarifa máxima brasileira para 13,5%. Os argumentos que são brandidos no Brasil quanto à necessidade de manter tarifa alta e preservar picos tarifários por causa do Mercosul não são convincentes. Alega-se que, dado o custo Brasil e a colcha de retalhos que é a legislação tributária vigente, a indústria instalada no País não teria condições de competir com as importações. É necessário pôr o argumento de ponta-cabeça: a redução gradual da proteção servirá de incentivo ao governo e ao Congresso para que tratem das distorções associadas ao regime tributário, ao controle de gastos públicos e à qualidade da infra-estrutura. O argumento relacionado à maior flexibilidade para acomodar produtos sensíveis, requerida pelas peculiaridades do Mercosul, também deveria ser colocado de ponta-cabeça. A Tarifa Externa Comum, passados 12 anos desde Ouro Preto, já não deveria comportar exceções. O que a Argentina e o Brasil estão querendo em Genebra é um 'visto bueno' multilateral para a inépcia demonstrada nos últimos anos quanto ao aprofundamento do Mercosul. Um acordo na OMC talvez possa servir de incentivo eficaz para que o Mercosul retome a seriedade perdida.

Uma redução tarifária que não fosse insignificante faria bem à credibilidade do governo Lula do ponto de vista econômico e melhoraria as perspectivas de crescimento do País ao reduzir o custo do investimento. Poderia ainda ser apresentada como resultado tangível e respeitável de política externa que tem sido quase sempre palanqueira. A despeito dos comentários vaporosos de autoridades brasileiras quanto à modéstia intrínseca dos resultados que possam ser esperados das negociações de Doha, é sempre bom lembrar

que, no caso de fracasso, não há nada que garanta a manutenção do status quo. Só os interesses brasileiros nas disputas relativas ao algodão e ao açúcar recomendariam postura mais prudente das autoridades brasileiras quanto à OMC. O fracasso de Doha estimularia também arranjos envolvendo grandes protagonistas fora do sistema multilateral que, certamente, não seriam de interesse do Brasil. ***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.**

Mercosul quer criar fundo para pequena empresa - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 23/10/2007

Um novo fundo de apoio a pequenas e médias empresas do Mercosul pode começar a sair do papel esta semana. A montagem do fundo será discutida pelos ministros de relações exteriores dos quatro países (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) do bloco mais a Venezuela em uma reunião extraordinário do Conselho do Mercado Comum, marcada para quinta-feira em Montevideú, Uruguai.

A criação do novo fundo foi decidida na última reunião de cúpula do Mercosul, em Assunção, Paraguai, em junho. A idéia é usar os recursos do fundo para abrir linhas de financiamento de longo prazo e juros baixos para pequenas e médias empresas que participem dos programas de integração competitiva. Esses programas consistem em incentivos a setores econômicos (automotivo, têxtil, alimentos etc) para que instalem parte de suas cadeias produtivas nos países menores, Uruguai e Paraguai.

A medida será discutida dentro de um "plano estratégico para superação das assimetrias", que é o tema principal da pauta do encontro, informou ao Valor o embaixador Regis Arslanian, chefe da delegação brasileira no Mercosul e na Aladi.

As condições de financiamento e o volume de recursos que poderá ser aportado ao fundo pelos países-membros ainda não estão definidos, mas já está decidido que não será como o Focem, o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul. O Focem é parte do plano estratégico, junto com medidas de flexibilização de regras de origem dos produtos comercializados entre os países do bloco e a redistribuição da renda aduaneira.

O Focem financia projetos de infra-estrutura diretamente aos governos e é praticamente uma doação dos países maiores aos menores, ainda que eles contribuam com uma pequena parcela para o caixa do fundo. "Talvez não seja o caso de (o de pequenas e médias empresas) ser a fundo perdido como o Focem, mas sim oferecer uma alternativa de financiamento", comentou Arslanian.

O Focem já está liberando recursos para o 15º projeto, a recuperação de 13 quilômetros da Ruta 12, um trecho de estrada localizada no Departamento de Colônia, no Sudoeste do Uruguai, orçado em US\$ 4,37 milhões. Este ano os aportes ao Focem totalizaram US\$ 75 milhões, dos quais o Brasil contribuiu com US\$ 52 milhões.

"O Focem funcionou tão bem que decidimos criar o fundo a pequenas empresas e discutir como o Brasil pode participar", afirmou Arslanian.

Além do fundo, estão na pauta da reunião dos ministros ações para o desenvolvimento e integração e medidas de apoio à competitividade, infra-estrutura e acesso a mercados e investimentos.

Brasil é único país sem subsídio para o etanol, diz OCDE - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007

Organização prevê crescimento de 161% na produção brasileira e acusa países ricos de ampliar apoio estatal

O Brasil vai aumentar em 161% sua produção de etanol até 2016, somando 44 bilhões de litros do combustível e quase 500 milhões de toneladas de cana. O País ainda é o único onde a produção de etanol não precisa hoje de subsídios governamentais para ser competitivo, mesmo que o barril do petróleo caia para US\$ 35. As projeções foram divulgadas ontem pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que acusa os países ricos de estarem transferindo os subsídios que o Brasil tanto combateu na agricultura para os biocombustíveis.

A OCDE não esconde que a demanda crescente pelo etanol - dentro e fora do Brasil - deve ser um dos principais fatores que influenciarão os demais mercados de commodities nos próximos dez anos. Segundo o levantamento, os subsídios dos demais países estão distorcendo o mercado mundial, e devem aumentar ainda mais. Apenas em 2006, entidades de pesquisa revelam que esse apoio teria sido de US\$ 7 bilhões.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a produção de etanol deve crescer em 50% em 2007 e dobrará até 2016. Em dez anos, 110 milhões de toneladas de milho serão usados para o combustível e 46 bilhões de litros serão produzidos. Além dos subsídios, o que explica a alta, segundo a OCDE, são também as barreiras à importação para manter afastada a concorrência.

Na Europa, o crescimento do etanol será de 170% entre 2006 e 2010, mas a partir de uma base menor. Por isso, os europeus não conseguirão chegar à meta de produzir 5,75% do combustível que necessitam a partir do etanol até 2010. As projeções são de que chegarão a 3,3%, com 30 bilhões de litros.

Mesmo assim, países como Alemanha, França, Suécia e Reino Unido estão implementando esquemas fiscais para favorecer a produção e consumo.

Mas o avanço do etanol nos países ricos teria um custo. 'O Brasil é o único país onde a produção de etanol é viável e pode ocorrer sem apoio do governo. Nos demais países, a produção é amplamente subsidiada e distorcida. O milho nos Estados Unidos, por exemplo, claramente é inviável', disse o chefe da divisão de Comércio da entidade, Stephan Tangermann.

Um dos efeitos do etanol é a pressão nos preços de alimentos, já que haveria uma competição por terras entre os usineiros e os demais produtores. Projeções feitas em 2006 apontam que óleos vegetais ficariam 15% mais caros até 2016 por causa do etanol, com alta de 7,5% no milho e 5% no trigo.

'Essa alta poderá ser ainda maior', disse Tangermann. Ele destacou ainda as preocupações ambientais e o fato de não haver clareza sobre os efeitos do etanol nas economias. Na Europa, 55% da produção de sementes vegetais irão para os biocombustíveis, ante 30% do milho nos Estados Unidos.

BRASIL - Pelas estimativas da OCDE, 60% do açúcar produzido no Brasil será destinado ao etanol até 2016, ante 51% em 2006. Mas a entidade garante que isso não significa que faltará açúcar. Pelo contrário, o País dominará 50% das exportações mundiais de açúcar em dez anos, ante 40% hoje. Atualmente, o País já é o maior produtor mundial de açúcar e etanol. Mas o domínio será ampliado graças a um aumento de produtividade e queda nos custos de produção, e o País continuará a ser o principal fator de influência no preço internacional do produto.

Ricos sobretaxam importações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007

Subsídios de EUA e UE equivalem a taxa extra de 21%

Os países ricos concedem subsídios agrícolas em valores mais elevados que nos anos 80 e a distorção é equivalente a uma taxa extra de 21% sobre produtos brasileiros exportados para a Europa ou os Estados Unidos. No caso do açúcar, a barreira é equivalente a uma taxa de 97%. Os dados são da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A entidade aponta que, em comparação com o total da produção agrícola dos países ricos, está havendo queda na ajuda estatal nos últimos anos, graças às altas nos preços das commodities. Os subsídios representaram 39% do valor da agricultura dos países ricos em 1986, ante 29% em 2005 e 27% em 2006. No Brasil, somente 6% da produção agrícola é subsidiada.

Os países ricos concederam US\$ 268 bilhões em subsídios aos seus produtores em 2006, ante US\$ 242 bilhões há 20 anos e US\$ 280 bilhões em 2005. A queda nominal é de 4,7% entre 2005 e 2006. Mas mais de US\$ 20 bilhões acima das taxas dos anos 80. O cálculo não inclui nem a ajuda alimentar dada pelo governo americano, de cerca de US\$ 31 bilhões, nem os subsídios ao etanol e outros serviços.

Para a OCDE, as distorções produzidas nos países emergentes por esses subsídios continuam altas. A entidade pede que os governos reformem suas políticas para o setor.

Entre os 30 países mais ricos da OCDE, as variações são grandes. Na Nova Zelândia, apenas 1% da agricultura é subsidiada. No Japão, a taxa chega a 55% e, na Suíça, supera os 60%.

Nos Estados Unidos, a OCDE observa uma queda considerável dos subsídios. A taxa passou de 25% da produção em 1999 para 11% em 2006, de US\$ 29 bilhões. Entre 2005 e 2006, a queda teria sido de 30%. Mas a entidade alerta para a volatilidade no sistema americano. Em 1995, a taxa já havia sido parecida com a de 2006. Mas os subsídios explodiram nos anos seguintes, diante da queda nos preços das commodities e da necessidade de garantir apoio aos produtores. Os cálculos não incluem vários programas de apoio camuflados.

Na União Européia, os subsídios representam 32% da produção, ante 40% em 1999. Mas, em termos nominais, aumentou 2% entre 2005 e 2006, chegando a US\$ 137,9 bilhões.

Doha está em fase "perigosa", afirma embaixador – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/10/2007

As negociações da Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial, atravessam uma fase "extremamente perigosa", afirmou o embaixador do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio), Clodoaldo Hugueney, que acusou os países ricos de ignorarem as demandas dos países em desenvolvimento. "Se os textos são desequilibrados, existe a possibilidade de um fracasso e será um fracasso definitivo."

Só Brasil pode ter álcool sem subsídios, afirma OCDE – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/10/2007

Órgão vê queda de ajuda governamental de países ricos à agricultura em 2006 - OCDE, no entanto, atribui recuo à alta dos preços agrícolas, e não a uma mudança na política das nações desenvolvidas

MARCELO NINIO

DE GENEBRA - O Brasil é o único país do mundo com capacidade para produzir biocombustíveis sem depender de subsídios governamentais. A avaliação é do diretor de Comércio e Agricultura da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), Stefan Tangermann, que apresentou ontem em Genebra estudo sobre as políticas agrícolas do clube dos países ricos.

Uma das conclusões do relatório, que indica queda pouco significativa nos subsídios agrícolas concedidos pelos membros da OCDE, é que as políticas de biocombustíveis adotadas pelas principais economias do planeta são um dos fatores que atualmente causam distorções no comércio mundial.

"Os biocombustíveis não poderiam ser produzidos em país nenhum do mundo, com exceção do Brasil, se não fossem os subsídios do governo", disse Tangermann. "O álcool brasileiro é o único caso em que a produção é viável sem a ajuda governamental."

Tangermann acrescentou que a OCDE está preparando um novo estudo sobre o impacto dos biocombustíveis no preço das commodities e no protecionismo adotado pelos países que os produzem, que deve ser divulgado em maio de 2008. O último estudo da OCDE sobre o tema, lançado em fevereiro, mostrou que o Brasil era o único país com capacidade econômica para produzir álcool de forma competitiva, caso o preço do barril de petróleo se mantivesse abaixo de US\$ 145.

Mas, mesmo com os atuais preços do petróleo já acima de US\$ 80 o barril, afirma a OCDE, os principais produtores de biocombustíveis entre os países industrializados, EUA, Canadá e UE, continuam dependendo de subsídios para que o combustível mantenha-se "economicamente viável".

O relatório da OCDE divulgado ontem indica que os subsídios agrícolas nos países do grupo corresponderam, em média, em 2006, a 27% do total da receita dos produtores, ou US\$ 268 milhões, leve queda em relação aos 29% registrados no ano anterior.

A organização ressaltou, entretanto, que essa queda não foi resultado de mudança nas políticas econômicas dos países ricos, que continuam num nível de protecionismo indesejável e distorcivo, mas da alta nos preços das commodities agrícolas.

Os subsídios agrícolas estão no centro das divergências que impedem um desfecho para a Rodada Doha de liberalização comercial. Países em desenvolvimento como o Brasil exigem que os ricos reduzam a ajuda aos produtores agrícolas. Os países ricos, por sua vez, pedem a redução das tarifas industriais dos países mais pobres.

Mesmo em queda, subsídio em países ricos segue elevado - Assis Moreira – Valor Econômico – Especial - 24/10/2007

A alta nos preços de commodities como milho, óleo de soja, trigo e algodão, e a falta de reformas nas políticas agrícolas derrubaram ligeiramente o volume de subsídios dados pelos países ricos a seus agricultores em 2006. A constatação é da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relatório mostrando que os subsídios continuam elevadíssimos: 27% da receita do agricultor vem dos cofres do governo nos 30 países-membros do grupo, em comparação com os 29% em 2005.

O total dos subsídios foi de US\$ 268 bilhões no ano passado. A má notícia é que 60% continuam a ser subsídios mais distorcivos, que encorajam produção agrícola e causam excessos, empurrando exportações, derrubando preços internacionais e afetando produtores competitivos como o Brasil e Argentina.

A OCDE utiliza o "Producer Support Estimate" (PSE), cobrindo a transferência de consumidores e contribuintes para agricultores através de uma série de instrumentos. Também calcula a barreira tarifária, que eleva artificialmente os preços domésticos.

Os preços de produtos agropecuários nos países ricos eram em média 21% mais altos do que os preços mundiais. O exemplo mais gritante é o arroz: seu preço doméstico é 230% maior nos países da OCDE que a cotação mundial. O açúcar era 97% mais caro em média nos países ricos, para proteger produtores locais. O leite, 39%. Ovos e trigo, 7%; soja 4%.

A publicação do relatório coincidiu com decisão da União Européia (UE) de revelar a partir de agora quem se beneficia de subvenções agrícolas. A iniciativa ocorre depois de análises mostrando que 15% de produtores franceses embolsam 60% das ajudas, e que no Reino Unido até a rainha Elizabeth e o príncipe Charles receberam algo como US\$ 42 milhões de ajuda.

O efeito da alta de preços sobre os subsídios agrícolas foi particularmente forte nos Estados Unidos. A ajuda de Washington caiu de US\$ 41,9 bilhões em 2005 para US\$ 29,3 bilhões no ano passado. Como parte do total recebido pelos agricultores, a ajuda recuou de 16% para 11% no período.

Stefan Tangermann, diretor de Comércio e Agricultura da OCDE, atribuiu o resultado nos Estados Unidos a menos pagamentos contra-cíclicos (caiu mais de 60%) e "market loan deficiency" (caiu 84%), que foram condenados na briga do algodão com o Brasil, que compensam queda no preço da commodity.

Os subsídios aos agricultores da União Européia chegaram a US\$ 138 bilhões, quase o mesmo montante do ano anterior. Mas o valor da produção agrícola européia também aumentou, e na prática os subsídios declinaram ligeiramente de 33% para 32%.

A OCDE elogia a "consistente" iniciativa européia de reduzir a produção e distorções comerciais causadas por alto nível de subsídios, que ainda é de 50% comparado a 90% nos anos 80.

A entidade é crítica em relação ao Japão e Coréia do Sul - entre os mais protegidos no mundo desenvolvido- e que só agora começam reformas. Os campeões do ranking de subsídios agrícolas, no entanto, continuam sendo a Islândia, Noruega, Coréia e Suíça, com mais de 60%.

Mas algum progresso vem ocorrendo, com alguns países reduzindo o vínculo entre ajuda e produção, e dando mais flexibilidade para os agricultores produzirem o que quiserem.

Os principais desenvolvimentos em termos de política agrícola são três, segundo a OCDE: primeiro, os subsídios estão sendo mais desvinculados da produção, mas ainda sem objetivos específicos. Segundo, as reformas introduzem a orientação de mercado, mas as políticas de biocombustível distorcem a situação. E terceiro, reformas agrícolas permitem flexibilidade nas negociações da Rodada Doha, mas a triste constatação é de que a rodada continua no impasse.

Sob protestos, comissão põe Chávez no Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 25/10/2007

Mas protocolo ainda precisa ir ao plenário da Câmara e passar também por aprovação do Senado

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprovou ontem, numa sessão marcada por críticas à situação política da Venezuela, o protocolo de adesão do país vizinho ao Mercosul. Estavam presentes 16 deputados, o mínimo exigido para a votação. O DEM e o PSDB se retiraram da comissão, para tentar evitar a aprovação. O placar registrou 15 votos favoráveis e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) se absteve. Francisco Rodrigues (DEM-RR) foi contra a orientação de seu partido. A proposta ainda será votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário da Câmara. Depois de aprovada, vai para o Senado.

Nas discussões, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi classificado de ditador, caudilho e golpista. Deputados que queriam adiar a votação argumentaram que não há democracia na Venezuela, um dos pressupostos exigidos para a entrada no Mercosul. A repressão a uma manifestação de estudantes contra a reforma constitucional, anteontem, em Caracas, foi mais um fato apresentado como exemplo da insegurança que o país poderá levar ao Mercosul. “Cinco mil estudantes foram agredidos pela polícia e pela milícia do Chávez. A Venezuela é uma ditadura. Isso pode contaminar o Mercosul. A pretensão de Chávez é contaminar a América Latina com seu movimento que de democrático nada tem. É mais um desejo de caudilho”, disse Zenaldo Coutinho (PSDB-PA).

Os deputados lembraram também das declarações de Chávez contra o Congresso brasileiro e da disposição declarada do venezuelano de intervir com armas na Bolívia, caso haja dificuldades políticas para o presidente Evo Morales. “Em um só movimento, ampliou seu mandato para sete anos e conseguiu a reeleição”, afirmou Gabeira. O petista Nilson Mourão (AC) discordou: “Chávez representa a expressão da maioria do povo.”

INTERESSE COMERCIAL - Além do argumento político, os deputados levantaram questões técnicas. A Venezuela não cumpriu até agora todas as exigências para a entrada no Mercosul, como a fixação de um calendário para a adoção das normas e da Tarifa Externa Comum. “Não podemos atropelar o processo”, argumentou o deputado Mendes Thame (PSDB-SP).

Os governistas usaram o discurso do interesse comercial. “Em vez de tratar de assuntos internos da Venezuela, o que está em jogo é um grande mercado da América Latina com efeito concreto no desenvolvimento brasileiro”, alegou o deputado Maurício Rands (PT-PE). “As relações dos países não se resumem às relações comerciais. O Brasil não foi reduzido ainda a uma grande empresa”, reagiu Gabeira.

Mais informações na pág. A15

Estudo da OCDE indica corte ínfimo de subsídios agrícolas nos países ricos, principal obstáculo para negociações comerciais

O RELATÓRIO mais recente sobre subsídios agrícolas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, clube de 30 países ricos, pouco tem de animador. Embora registre progresso infinitesimal na redução de subsídios que sustentam a agricultura dos países mais desenvolvidos, o documento se encarrega de solapá-lo ao mostrar que pesaram mais fatores conjunturais do que um recuo palpável nos mecanismos que distorcem o comércio mundial.

O montante das vantagens garantidas por governos da OCDE a produtores rurais, em 2006, alcançou US\$ 268 bilhões (isso equivale a cerca de um quarto do PIB brasileiro). Nada menos que 27% da receita auferida pelos agricultores nessas 30 nações provêm de ajuda governamental. Em geral, subsídios para manter os preços internos elevados -21% acima dos vigentes no mercado mundial, em média.

Houve alguma melhora, é fato. Em 2005, chegava a 29% a fatia do apoio estatal aos agricultores da OCDE. Ela só diminuiu dois pontos percentuais porque a maioria das commodities se encontra em alta. Muitos subsídios diminuem quando o preço do bem aumenta.

Os mais prejudicados são países com setor agrícola competitivo, como o Brasil. Basta mencionar o que ocorre com o produto da hora, álcool combustível (etanol): os EUA subvencionam com 13 centavos de dólar por litro o ineficiente etanol produzido a partir do milho. O documento da OCDE conclui que, sem tal gênero de proteção, só o etanol do Brasil seria competitivo.

O relatório aponta ligeira melhora no perfil das políticas de subsídios entre os países da OCDE. Estão diminuindo as formas de apoio que mais distorcem o comércio global, como os programas para sustentar preços mínimos ou quantidades predeterminadas de produção. Cresce a ajuda baseada por exemplo na área que o produtor ocupa ou na quantidade de animais que possui, considerada menos nociva. Mas é um avanço modesto, que caminha em passo de tartaruga.

O reconhecimento do ritmo insatisfatório dessa aproximação entre a prática e a doutrina liberal sobre comércio está na raiz da Rodada Doha de negociações, iniciada no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Não por acaso o tema dos subsídios agrícolas dos países ricos se encontra no cerne do impasse com que os negociadores se defrontaram neste ano.

O G20, grupo de países "emergentes", reivindicava dos EUA um teto de US\$ 15 bilhões anuais para subsídios. George W. Bush teria oferecido algo da ordem de US\$ 16 bilhões, mas exigindo como contrapartida da associação liderada por brasileiros e indianos tarifas menores de importação de bens industriais.

Mesmo que o Brasil se incline nessa direção -e deveria fazê-lo-, a resistência de parceiros de G20 (como Índia e África do Sul) e condições políticas adversas para novas concessões (como eleições presidenciais na Argentina e início da campanha eleitoral americana) tornam pouco plausível algum avanço significativo da tartaruga de Doha nos próximos meses.

Comissão aprova Venezuela no Mercosul – Ranier Bragon – Folha de São Paulo – Brasil – 25/10/2007

Debate foi acirrado na Câmara e durou cinco horas; ingresso do país vizinho teve 15 votos favoráveis e uma abstenção -Grupo de 13 governadores das regiões Nordeste e Norte encaminharam carta à comissão da Casa pedindo a adesão da Venezuela

Após cinco horas de sessão e de debates acirrados em que o presidente Hugo Chávez foi chamado de "ditador", "golpista" e "caudilho", a Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprovou ontem a adesão da Venezuela ao Mercosul, bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Foram 15 votos favoráveis e uma abstenção. A oposição se retirou da sessão na hora da votação. Assinado em julho de 2006, o protocolo de adesão tem que ser aprovado ainda pelo plenário da Câmara e pelo Senado para entrar em vigor.

A adesão prevê, entre outras coisas, que a maioria dos produtos brasileiros entrarão no mercado venezuelano sem tarifas ou restrições a partir de 2012 (o país teve superávit comercial de US\$ 2,9 bilhões com a Venezuela em 2006). Os da Venezuela entrarão no Brasil sem tarifas a partir de 2010.

A demora de sete meses para que a comissão da Câmara realizasse a votação havia rendido críticas de Chávez ao Congresso, que foi acusado de estar submetido a interesses dos EUA.

"Vi imagens de 5.000 estudantes sendo agredidos pela polícia e por milícias. É isso que contestamos, o aspecto político de uma ditadura que pode contaminar o Mercosul", reclamou o deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA), líder da oposição. Ele se referia a confrontos ocorridos anteontem em Caracas contra reformas que dão mais poder a Chávez. "Não vamos aceitar que em troca de alguns tostões abramos mão dos nossos princípios", defendeu logo em seguida Onyx Lorenzoni (RS), líder da bancada do DEM. Ele foi seguido pelo líder do PSDB, Antonio Carlos Pannunzio (SP): "A Venezuela vive um momento de grande instabilidade".

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) defendeu que a votação só ocorresse após o referendo de dezembro que decidirá sobre a reforma constitucional chavista. "Temos que avaliar com calma se o fechamento da [rede de TV oposicionista] RCTV foi ou não democrático."

O deputado do PV discutiu com Ivan Valente (PSOL-SP), para quem é no Brasil que se vive "uma ditadura dos meios de comunicação e do poder econômico". "E como nós [se referindo ao governo Lula] fomos eleitos em 2002 se há essa ditadura toda?", rebateu Gabeira.

A defesa do ingresso da Venezuela e do governo Chávez foi feita por deputados do PT, do PSOL e do PC do B. "Chávez representa hoje, democraticamente, a expressão da maioria do povo venezuelano", disse Nilson Mourão (PT-AC). O deputado Doutor Rosinha (PT-PR), relator do texto, rebateu as críticas sobre o grau de democracia na Venezuela dizendo ser "preciso reconhecer que a última vez que houve ruptura da ordem democrática na Venezuela foi quando a oposição deu um golpe contra o governo Chávez, em 2002". Na ocasião, Chávez retomou o poder dois dias após ser deposto.

"As oposições a ele é que são useiras e vezeiras em recorrer às armas e ao golpe", disse Maurício Rands (PT-PE).

Rands fez questão de elogiar o acordo entre a Petrobras e a PDVSA, estatal venezuelana do petróleo, para a construção de refinaria em Pernambuco. "A refinaria Abreu e Lima está sendo um marco para o desenvolvimento do Nordeste."

Um grupo de 13 governadores do Norte e do Nordeste, que defendiam o ingresso da Venezuela no bloco, enviou uma carta à comissão. O argumento é o de que essas regiões serão beneficiadas economicamente pelo Mercosul com a entrada da Venezuela no bloco, devido a questões geográficas.

Comissão dá aval à adesão da Venezuela – Valor Econômico – Brasil - 25/10/2007

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou ontem a adesão da Venezuela ao Mercosul, após cerca de cinco horas de discussões marcadas por polêmicas entre governistas e oposicionistas. Logo no início da reunião, o deputado William Woo (PSDB-SP) apresentou requerimento para retirar o assunto de pauta até que fosse melhor analisada a estabilidade da democracia na Venezuela. O requerimento foi rejeitado.

O relator da mensagem do executivo de adesão da Venezuela ao Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), apresentou parecer favorável. Ele disse que no debate "não caberia empecilho ideológico, uma vez que o que estamos debatendo é a entrada de um país no Mercosul, e não de um governante no Mercosul. Na minha opinião, os Estados Unidos não têm democracia, pois a eleição é indireta. Se for comparar Estados Unidos e Venezuela em termos de eleição, a Venezuela é mais democrática".

As atitudes recentes do presidente Hugo Chávez - os planos de nacionalização de empresas, a não-renovação de um canal de televisão e a declaração de que tornaria a Bolívia um Vietnã se seu presidente fosse desestabilizado - foram alvo de discussões entre os deputados. Para o líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio (SP), não há estabilidade política no país. "Há uma preocupação com instabilidade que hoje existe, a meu ver, na Venezuela, decorrente das ações do governo", afirmou o deputado.

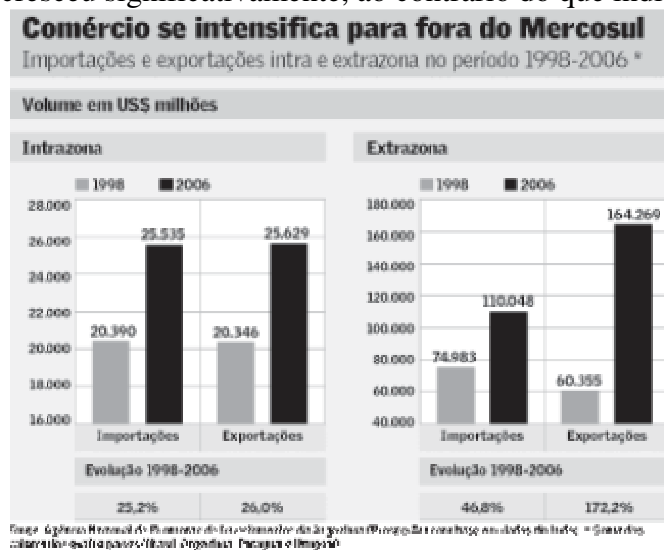
A mensagem agora será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça para depois ser votada no plenário da Câmara. O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul prevê prazo máximo de quatro anos para que o país adote as normas do grupo. O mesmo prazo é imposto para que o país adote a Tarifa Externa Comum (TEC). Argentina e Uruguai já aprovaram a adesão da Venezuela ao bloco. Além do Brasil, o protocolo também está em tramitação no Legislativo do Paraguai.

Reforçar o Mercosul deve ser prioridade de Cristina Kirchner - Janes Rocha – Valor Econômico – Internacional - 25/10/2007

A forte expansão da economia argentina nos quatro anos do atual governo fez diminuir as disputas comerciais com o Brasil, e a relação bilateral, tanto política quanto econômica, está numa de suas melhores fases, como frisam sempre os presidentes Lula e Kirchner. Mas especialistas apontam que ambos os governos - o do Brasil, que se renovou no ano passado, e o da Argentina, que será eleito neste domingo, - estão em dívida com o projeto conjunto de integração, o Mercosul, que compartilham com Paraguai e Uruguai, e que está para incluir a Venezuela.

No auge das disputas entre as indústrias brasileiras e argentinas, em 2004, geladeiras, sapatos e frangos viraram armas de uma "guerra" declarada, com direito a ofensas pessoais - quando um dirigente industrial argentino chamou o ex-ministro brasileiro do Desenvolvimento, Luis Fernando Furlan, de "criador de galinhas", atacando sua suposta insensibilidade com o comércio de bens industriais.

Desde então, a lista de itens conflituosos do comércio bilateral permaneceu estável em pouco mais de 20 produtos. Porém, estes mesmos produtos, que antes representavam de 8% a 10% das importações, agora não passam de 6% a 7%, porque o comércio entre os dois países cresceu significativamente, ao contrário do que indicava o "clima" beligerante.



"Os conflitos não desapareceram mas se restringiram a muito poucos produtos, e os acordos de salvaguarda estão funcionando bem", avalia o economista e ex-secretário de Indústria da Argentina, Dante Sica, sócio da consultoria Abeceb.com.

Mas, ao mesmo tempo em que resolveram suas pendências bilaterais, tanto Brasil quanto a Argentina descuidaram do Mercosul, afirma o especialista em relações internacionais, Felix Peña, ex-subsecretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia da Argentina e ex-membro titular do Grupo Mercado Comum do Mercosul (1998-99).

Para estes dois especialistas em temas comerciais e de integração, com a eleição do novo presidente da Argentina no próximo domingo, chegará a hora de os dois sócios maiores do bloco saírem do discurso e reafirmarem o que pretendem da integração. "Creio que será necessário dialogar mais a fundo sobre o que queremos fazer com o Mercosul", afirmou Peña.

Para ele, o Mercosul tem hoje um problema de credibilidade. Ao mesmo tempo em que se supõe que seja um mercado integrado, com 311 milhões de habitantes, há tantas barreiras não-tarifárias e licenças não-automáticas, impostas igualmente pelo Brasil e pela Argentina, que um investidor com visão regional não se sentiria seguro em colocar seu dinheiro nos países do bloco.

Sica acrescenta que, sem medidas concretas de reforço à integração, os países-membros sub-utilizam a capacidade de enfrentamento da questão-chave atual, que não é a importação de um a outro mercado, mas sim a concorrência predatória dos asiáticos. "Brasil e Argentina têm hoje uma ameaça comum que é a China", diz Sica, frisando que, em sua opinião, está na hora de encontrar uma "política de defesa comercial comum".

Ele acha que se deveria avançar também numa política de defesa da concorrência comum, para fazer frente aos movimentos de gigantes multinacionais, decididos nas matrizes e que afetam a vida de todos na região, por exemplo nas áreas de telecomunicações, siderurgia, mineração e tecnologia.

Embora o ritmo da integração tenha diminuído nos últimos dois anos, coincidindo com os processos eleitorais no Brasil e na Argentina, o economista paraguaio Fernando Masi, da Rede de Pesquisas Econômicas do Mercosul, identifica um período muito mais longo de enfraquecimento do projeto.

Em um estudo recém-concluído, Masi aponta que um movimento crescente de acordos de livre comércio em nível mundial, a partir do ano 2000 - resultado de uma mudança de estratégia na política comercial dos principais países desenvolvidos - provocou uma desaceleração dos processos de integração.

O Mercosul, diz Masi, foi o que sofreu maiores perdas em seu comércio intra-regional. Enquanto o comércio intrazona do bloco cresceu apenas 5% no período de 1990 a 2005, o comércio extrazona cresceu 135%. Dados do governo argentino, atualizados até 2006, mostram um crescimento de 26% no comércio intrazona e 172,2% do extrazona (veja quadro).

"Os governos falam em reforçar a integração, mas na prática cada um tem sua política individual direcionada ao mercado internacional", critica Masi. Segundo ele, o fato de fazer acordos e aumentar o comércio com outros países não é incompatível com a integração. No entanto, frisa, deveria haver maior complementaridade e estratégias conjuntas para chegar a esses acordos.

Masi, assim como outros especialistas, afirma que o governo Kirchner foi pouco ativo na questão da integração, tanto quanto o Brasil, embora a Argentina tenha a desculpa de que estava nestes últimos cinco anos tentando se levantar de uma crise econômica sem precedentes.

Eles esperam que Cristina Kirchner - que, se as pesquisas de intenção de voto estiverem corretas, será a próxima presidente da Argentina - tende a rever essa omissão de política externa de seu marido, o presidente Nestor Kirchner. "Ela vai manter uma política mais pragmática com os países da região e buscar uma saída 'atlântica' com o Brasil", afirmou o consultor político Ricardo Rouvier, referindo-se a uma aproximação conjunta Brasil-Argentina à União Européia.

Países emergentes buscam consenso agrícola na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007

Reunião convocada pelo Brasil para 15 de novembro é mais uma tentativa de pressionar os países ricos

O Brasil convocou uma reunião ministerial dos países emergentes para tentar pressionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) a considerar a posição desses governos na liberalização dos mercados agrícolas. Alguns países, como os latino-americanos, põem em dúvida a capacidade do evento - que deverá ocorrer no dia 15 de novembro em Genebra - em produzir resultados.

Em meados de novembro, a OMC deverá publicar seu último rascunho do que deve ser um acordo de liberalização. Pela atual versão, o corte de subsídios nos Estados Unidos ficaria acima do que pedem os países emergentes. Além disso, as cotas dadas pelos europeus em produtos agrícolas não seriam suficientes para atender aos interesses dos exportadores dos países emergentes.

O que o Brasil teme é que o novo rascunho seja mais favorável aos interesses dos países ricos, o que poria um ponto final e talvez definitivo na Rodada Doha. Por isso, a idéia é de que a reunião ministerial ocorra para mostrar a pressão política dos países emergentes. Já na semana que vem, o chanceler Celso Amorim se reunirá com embaixadores do G-20 (grupo dos países emergentes) em Genebra, na quarta-feira. A reunião está sendo vista como uma preparação para o evento, que ocorrerá 15 dias depois.

O Itamaraty, porém, pretende ter a representação de pelo menos 90 países em desenvolvimento para mostrar que o grupo não aceitará uma Rodada Doha que acabe provocando prejuízos para as economias emergentes.

Diplomatas da União Européia (UE) questionam a iniciativa. Para Bruxelas, não será exigida a abertura de muitos dos países que o Brasil tenta convencer a apoiar a iniciativa. Na avaliação dos europeus, os enfrentamentos nas negociações ocorrem apenas entre cerca de 30 países emergentes e as economias ricas. As demais seriam apenas beneficiárias.

Mas no grupo de países emergentes as divergências também existem, principalmente nos debates sobre a abertura do setor industrial. Países que fazem parte do G-20, como o México, alertam que não vão aceitar que Amorim tente vincular a posição do grupo a uma postura também no setor industrial.

México, Chile, Costa Rica e Peru vêm adotando uma atitude mais flexível em relação à abertura dos mercados para bens industriais. Já Argentina, África do Sul, Brasil e Venezuela resistem.

Para Merkel, há possibilidades de êxito na Rodada - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007

A chanceler alemã, Angela Merkel, disse ontem estar convencida de que a Rodada Doha para liberalizar o comércio mundial tem boas possibilidades de êxito. 'Acho que as possibilidades de êxito aumentaram', afirmou Merkel, durante um ato do grupo parlamentar da União Democrata-Cristã (CDU).

'Contamos com a possibilidade de ter êxito até o fim do ano', ressaltou a chanceler alemã. Ela disse que se convenceu disso após uma conversa com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy.

Há um certo ceticismo em todo o mundo sobre as possibilidades de êxito da Rodada, entre outros motivos, por causa das divergências em relação aos subsídios agrícolas na Europa e nos Estados Unidos. Os países em desenvolvimento se queixam de que esses subsídios acabam com as possibilidades de seus produtos no mercado mundial.

Lamy já vê luz no fim do túnel - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007

Acordo sobre temas difíceis está próximo, acredita OMC

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, assegurou ontem que em cerca de duas semanas será possível conseguir um acordo sobre os assuntos mais difíceis da Rodada Doha, com o que se vislumbra a perspectiva de colocar um ponto final em seis anos de negociações.

Em discurso no Comitê de Economia e Finanças da Assembléia Geral da ONU, Lamy mostrou otimismo sobre a conclusão da Rodada. Ele assegurou que desde seu último

comparecimento no comitê, em julho, foi possível 'um grande progresso', que se baseia no fato de agora estarem sendo discutidas reduções concretas de tarifas e subsídios. 'O bom é que começamos a colocar números sobre a mesa', ressaltou.

As negociações da Rodada começaram em 2001, com o objetivo de liberalizar o comércio mundial para ajudar o desenvolvimento dos países menos industrializados, como um segundo passo após a Rodada do Uruguai que, em 1994, abriu os mercados de 123 países.

Lamy afirmou que os temas em discussão contemplam a eliminação completa dos subsídios agrícolas à exportação e a redução dos subsídios internos nos países desenvolvidos, a qual foi aceita na rodada comercial anterior. O acordo nesse capítulo está pendente de 'algumas concessões dos Estados Unidos', assegurou.

Quanto às tarifas dos produtos agrícolas, a proposta corta as mais altas entre 60% e 70%, embora tenha assinalado que a União Européia (UE) e o Japão ainda têm reservas.

O terceiro assunto mais difícil - as tarifas das exportações não agrícolas - está dependente de países emergentes, como Brasil, Índia, Argentina e África do Sul, que desejam contar com certa flexibilidade para proteger 'alguns setores sensíveis'. 'Estou convencido de que os membros da OMC sabem o que vale a pena e que é preciso dar um último impulso político', comentou ele.

A eliminação dos subsídios e tarifas agrícolas é um das exigências dos países em desenvolvimento, que se queixam de serem impedidos de competir com igualdade de condições em um setor onde os países industrializados têm vantagens. Lamy disse que abordar assuntos mais difíceis, como subsídios agrícolas, permitiu passar para temas como serviços, pesca e trâmites de exportação.

Doha tem fim? – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/10/2007

O agronegócio brasileiro tem interesse em um bom acordo de acesso a mercados nos países em desenvolvimento

HÁ MUITAS dúvidas sobre os resultados da Rodada Doha, iniciada há seis anos pela Organização Mundial do Comércio, com o objetivo prioritário e explícito de ampliar o comércio agrícola mundial.

Lançada ainda sob o impacto pavoroso das torres gêmeas, prometia avançar de forma positiva nos três pilares básicos da negociação: reduzir os enormes subsídios internos usados pelos países ricos, eliminar os subsídios às exportações e diminuir as tarifas que incidem sobre produtos importados. Todos esses elementos distorcem o mercado e impedem que países competitivos gerem empregos, riqueza e renda por meio do aumento da produção e da exportação agrícola.

O Brasil tem lutado bravamente para que a abertura se concretize, tendo liderado até agora o G20, grupo dos países exportadores que surgiu na véspera da reunião de Cancún, no México, em setembro de 2003, quando norte-americanos e europeus pretendiam impor regras que não interessavam ao grupo. Foi uma importante posição, embora na época o G20 tenha sido acusado de levar as negociações de Cancún ao fracasso. Ao contrário, fracasso teria sido um acordo negativo para os países em desenvolvimento, que anularia por mais algumas décadas sua chance de progresso.

Desde então, reuniões e reuniões se sucedem, e, quando parece que as coisas vão clarear, surge um país ou bloco deles fazendo exigências na área de bens não agrícolas -os Nama-, invertendo a prioridade original da rodada e "embolando o meio de campo". Nas discussões efetuadas em Hong Kong em dezembro de 2005, houve um avanço real: estabeleceu-se 2013 como o limite para a completa eliminação dos subsídios às exportações. Mas o acesso aos mercados continuou emperrado.

Após recentes sinalizações dos norte-americanos de aceitar limitar seus subsídios totais (embora não topando cortes para o algodão) e uma pequena abertura europeia relativa aos produtos chamados sensíveis (sujeitos a cortes menores), os holofotes foram dirigidos aos países em desenvolvimento, em especial Índia e China, que demonstram sensibilidade em relação a dois pontos: produtos especiais (produtos agrícolas de países em desenvolvimento sujeitos a cortes menores) e salvaguarda especial para países em desenvolvimento (acionada em caso de surto de importação ou queda abrupta de preço).

Neste momento, é evidente a dificuldade de esses países aceitarem os critérios propostos pelo presidente do Comitê Agrícola da OMC para esses dois pontos, que dariam maior racionalidade para o uso de tais instrumentos, evitando a sua utilização de forma incorreta, que pode acarretar um retrocesso para maior abertura dos mercados agrícolas dos países em desenvolvimento.

O agronegócio brasileiro tem grande interesse em um bom acordo de acesso a mercados nos países em desenvolvimento, já que o comércio agrícola com esses parceiros, nos últimos seis anos, cresceu a um ritmo três vezes superior ao dos mercados tradicionais e, não fossem as altas tarifas aplicadas por esses parceiros, poderia ter sido ainda mais vigoroso.

Tudo indica que o acordo não deve ser fechado no curto prazo, mas espera-se que o Brasil possa cumprir a sua parte para não ficar com a bola no pé e deixar de marcar o gol. E, para isso, o G20 teria que fazer algumas concessões. É hora de manter o foco, ter clareza de onde estão os ganhos e as ameaças, dirigindo esforços para o que realmente interessa ao país. A conclusão de um documento de modalidades é fundamental para garantirmos fôlego para as prorrogações desse campeonato, que parece não terminar tão já.

ROBERTO RODRIGUES, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Algumas das maiores economias do mundo continuam subsidiando amplamente sua agricultura, com grave prejuízo para países pobres e emergentes, e novos subsídios deverão ser pagos nos próximos anos para sustentar os programas de produção e consumo de biocombustíveis. Este é o cenário descrito no relatório divulgado terça-feira pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por 30 nações industrializadas. As velhas subvenções poderão até diminuir - esta é uma condição para o sucesso da Rodada Doha -, mas os fazendeiros do mundo rico e seus porta-vozes políticos ainda farão o possível para evitar, por muito tempo, uma efetiva competição nos mercados do agronegócio.

No ano passado, os países da OCDE pagaram em subsídios US\$ 268 bilhões, equivalentes a 27% do total da receita obtida pelo setor rural. Foi uma queda insignificante em relação ao ano anterior, quando o montante pago havia correspondido a 29% do valor faturado pelos beneficiários da ajuda. Essa minúscula variação não indica uma alteração de tendência. A pequena redução do subsídio como porcentagem da receita pode ser explicada, provavelmente, pelo aumento das cotações de mercado. Mas a elevação dos preços, como de costume, pouco afetou o desembolso. Na Europa, principalmente, os produtores subvencionados continuam recebendo gordas porções de dinheiro público mesmo quando os preços aumentam de forma substancial.

Os subsídios europeus continuam sendo os mais generosos. Na União Européia, equivaleram a 32% da receita do setor rural. Na Noruega e na Islândia, a 60%. Nos Estados Unidos, corresponderam a 11% do total recebido pelos agricultores e outros beneficiários. Na Europa, esses “outros” incluem a rainha Elizabeth II, da Inglaterra, e o príncipe Alberto I, de Mônaco.

A maior parte dos subsídios à produção e à exportação contribui para estimular o excesso de oferta e para rebaixar os preços de mercado. O prejuízo vai para os produtores dos países pobres e em desenvolvimento, em geral desprovidos de subvenções. O Brasil está entre os países onde há menor grau de intervenção oficial na formação de preços. Os subsídios brasileiros, segundo a OCDE, cobrem somente 6% da produção.

Apesar disso a produção brasileira ocupa fatias importantes do mercado mundial de soja, carnes, açúcar e álcool - sem contar que o País continua a ser o maior produtor e exportador de café. Mas a presença brasileira no comércio de produtos agrícolas poderia ser maior, se as condições de concorrência fossem equitativas. A criação dessas condições deveria ser um dos objetivos centrais da Rodada Doha de negociações comerciais, se não o objetivo principal.

Mas as concessões oferecidas até agora pelos governos do mundo rico foram limitadas, e mesmo essas foram obtidas lentamente e com muito trabalho pelos negociadores do Brasil e de outros exportadores agrícolas. Nem os compromissos de liberalização assumidos na Rodada Uruguai, concluída em 1994, foram integralmente cumpridos. Os processos abertos pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC)

contra a política americana de subsídios foram motivados pelo descumprimento das obrigações definidas naquele acordo.

Mas não só os subsídios distorcem a formação de preços e as condições de operação dos mercados. Além dos subsídios, as economias do mundo rico protegem seus produtores rurais com elevadas barreiras tarifárias e não tarifárias contra o ingresso de produtos que o Brasil e outros países podem fornecer a preços mais competitivos. A campanha contra a carne brasileira na Europa, iniciada pelos pecuaristas da Irlanda, é um exemplo até cômico de como funcionam os lobbies protecionistas. A última novidade é a tese de que o zebu não é um boi, mas uma mistura de boi com búfalo.

Menos engraçada, mas não menos grave, é a preparação de europeus e americanos para resistir à competição brasileira no mercado de etanol, que deverá crescer consideravelmente nos próximos anos, como parte das políticas de combate à poluição do ar. O Brasil, segundo a OCDE, é o único país em condições de produzir álcool combustível sem pesados subsídios. Os produtores europeus e americanos sabem disso, assim como seus protetores políticos. Enfrentar essa resistência será mais um desafio importante para o setor privado e para a diplomacia comercial do Brasil.

País prepara reunião de emergentes para discutir Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 29/10/2007

O Brasil aumenta a pressão na Rodada Doha, preparando uma reunião de ministros do G-20 e dos outros grupos em desenvolvimento para 15 de novembro, em Genebra, antecedendo os textos finais para eventual acordo agrícola e industrial. O embaixador brasileiro junto à OMC, Clodoaldo Huguene, prefere não falar de aliança dos países em desenvolvimento, mas de esforço para obter equilíbrio na negociação. "O G-20 sempre disse que trabalha por entendimento até o fim do ano."

Os países em desenvolvimento representam dois terços dos 150 membros da OMC. Estão de acordo sobre dois dos três pilares da negociação agrícola: combate aos subsídios à exportação e às subvenções domésticas, que derrubam preços internacionais. Mas no terceiro, sobre acesso ao mercado, há claras diferenças. Os mais pobres, da África, Caribe e Pacífico, têm preferências para vender para Europa e EUA e temem a erosão dessa vantagem com a redução das tarifas de importação para países como Brasil e Argentina. Além disso, o G-20 é um grupo para negociação agrícola. Dentro dele, há quem não queira misturar a discussão com a negociação de produtos industriais, onde o racha entre alguns emergentes é evidente.

Hoje ou amanhã, o Uruguai, em nome do Mercosul, apresentará a proposta por flexibilidade adicional, de 10 para 16% das linhas tarifárias, e nenhum limite sobre o volume de importações, para proteger indústrias do bloco. O curioso é que o Mercosul não menciona coeficiente, que determinará o corte tarifário em geral. Ou seja, não engessou sua demanda, deixando margem para a negociação.

Para senador, venezuelano iniciou "corrida armamentista" no continente; oposição diz que democracia "capenga e defeituosa" influencia políticos brasileiros

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O senador José Sarney (PMDB-AP) voltou a criticar o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a quem creditou o início de uma "corrida armamentista" no continente, e sugeriu que o Senado vete o ingresso do país no Mercosul.

"É um perigo ao Brasil e à América Latina que tenhamos uma potência militar instaurada dentro do continente. Se não temos recursos no Orçamento para destinarmos às forças militares, nem o Brasil nem os outros países da América Latina, uma corrida armamentista na América Latina nos obrigaria a nos desviarmos do nosso caminho de investir na área social para termos que fazer o equilíbrio militar", afirmou, em discurso no plenário.

Sarney já havia feito outras críticas a Chávez. Ontem, o peemedebista também criticou alterações na legislação da Venezuela que ampliam os poderes de seu presidente e as recentes compras de armamentos. Segundo ele, Hugo Chávez teria gasto US\$ 4 bilhões em aviões, navios e fuzis. "Nós já o vimos ali em cima, dizendo que era a melhor democracia do mundo. Que democracia eles estão construindo! Basta que tenhamos a visão do que se faz em relação às armas e às instituições para que possamos ter apreensões", afirmou o senador. Em seguida, Sarney cogitou a possibilidade de o Senado não aprovar a inclusão da Venezuela no Mercosul -a proposta já foi aprovada em comissão na Câmara. "Se tivermos o pedido da entrada da Venezuela no Mercosul, devemos examinar se este país está realmente cumprindo os itens fundamentais do Mercosul", disse.

Na semana passada, o deputado venezuelano Carlos Escarrá também atacou o senador brasileiro, a quem chamou de "lacaio" e "servil". "Não temos nada contra o governo Lula e o povo do Brasil, mas sim contra esse cisto lacaio e servil que parece um boneco de algum desses ventríloquos que fazem outra pessoa falar", afirmou o venezuelano.

O discurso de Sarney abriu um debate no plenário. A oposição tentou associar a fala do peemedebista para traçar um paralelo com a possibilidade de um terceiro mandato do presidente Lula. Essa possibilidade foi aventada por aliados do governo na Câmara.

"Fica para reflexão o exemplo que eles estão, com a sua democracia capenga ou defeituosa ou inexistente, produzindo para a classe política no Brasil. Há parlamentar no Brasil que está ousando, um quer a rediscussão do tamanho do mandato com reeleição, e outro, amigo pessoal do presidente propõe plebiscito [pelo terceiro mandato de Lula]", disse o líder do DEM, José Agripino (RN). "Está evidenciado que o presidente Hugo Chávez pretende adequar o Mercosul aos seus interesses personalíssimos", disse Álvaro Dias (PSDB-PR). **(SILVIO NAVARRO)**

Brasil pode discutir acordos com os EUA, diz Amorim - Assis Moreira – Valor
Econômico – Brasil - 30/10/2007

O Brasil está preparado para discutir com os Estados Unidos acordos específicos para estimular o comércio bilateral, indicou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. "O Brasil tem interesse por qualquer acordo para abrir linhas de comércio, centrado em acesso ao mercado e excluindo regras que devem ser discutidas na Organização Mundial do Comércio OMC."

Em entrevista ao Valor, o embaixador americano em Brasília, Clifford Sobel, sugeriu que os dois países poderiam fazer acordos bilaterais para estimular o comércio em áreas onde eles não têm conflitos e pavimentar o terreno para expansão das trocas.

Amorim vê espaço para esse tipo de iniciativa, se não envolver temas já desenvolvidos no Mercosul. Destacou o acordo de etanol e exemplificou com possibilidades na área têxtil. Há alguns anos, representantes da indústria automotiva americana levantaram a possibilidade de um acordo no setor que, por seu peso, poderia impulsionar mais tarde um entendimento comercial amplo.

Amorim contou ter ouvido que Washington andou falando de um acordo pelo formato "4+1", ou seja, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai mais os EUA - portanto sem a Venezuela, cuja adesão ao bloco ainda necessita de ratificação final do Congresso. Ele deixou claro que, uma vez definindo o futuro da Rodada Doha, o Itamaraty vai acelerar por mais busca de mercados entre os países árabes, africanos etc. Disse que os países africanos estão agora importando mais do Brasil do que a China, chegando este ano a uma cifra superior a US\$ 8 bilhões.

Em Berna, a capital suíça, o ministro respondeu a demandas dos suíços por um acordo de livre comércio, dizendo que se for na base do que está sendo negociado pelo Mercosul com a União Européia, tudo bem. O problema é que os suíços querem incluir temas que o Brasil rejeita, como proteção adicional para patentes, entre outros. Também um acordo bilateral de bitributação promete demorar. Os suíços querem que a arrecadação do imposto seja destinada ao país de origem da empresa. O Brasil acha que o imposto deve ficar onde ocorreu a transação.

Quanto à Rodada Doha, Celso Amorim continua otimista. "Tem jogo", disse. Ele acredita que até março pode sair alguma coisa. Os grandes números para liberalização industrial e agrícola seriam colocados na mesa até o fim do ano. Um esboço de acordo estaria pronto em fevereiro, abrindo a possibilidade para o Congresso americano aprovar o TPA (a autorização para a administração Bush negociar acordos comerciais sem emendas) em março.

O ministro reiterou que o Brasil está pronto a dar sua contribuição na rodada através de corte de tarifas de importação de produtos industriais. Lembrou que não fala mais no coeficiente 30 para uma fórmula, que significava aceitar cortes só de 50%.

Para cortar mais, porém, o Brasil insiste que precisa de "uma folguinha" a mais para o Mercosul, porque tem explicação econômica e técnica. As estruturas industriais não são iguais e os países consolidaram suas tarifas de maneira diferente. Mas ontem mesmo, os EUA e a União Européia voltaram a rejeitar a proposta do Mercosul de flexibilidade adicional para indústrias do bloco. "Tem jogo, e o Brasil estará preparado para fazer contrapartida numa faixa correta, aceitável, razoável na área industrial", afirmou. "Agora, não é possível que todos os países ricos tenham suas sensibilidades reconhecidas na área agrícola e, no caso da indústria, não possamos ter capacidade de flexibilização."

Brasil pode discutir acordos com os EUA, diz Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/10/2007

O Brasil está preparado para discutir com os Estados Unidos acordos específicos para estimular o comércio bilateral, indicou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. "O Brasil tem interesse por qualquer acordo para abrir linhas de comércio, centrado em acesso ao mercado e excluindo regras que devem ser discutidas na Organização Mundial do Comércio OMC."

Em entrevista ao Valor, o embaixador americano em Brasília, Clifford Sobel, sugeriu que os dois países poderiam fazer acordos bilaterais para estimular o comércio em áreas onde eles não têm conflitos e pavimentar o terreno para expansão das trocas.

Amorim vê espaço para esse tipo de iniciativa, se não envolver temas já desenvolvidos no Mercosul. Destacou o acordo de etanol e exemplificou com possibilidades na área têxtil. Há alguns anos, representantes da indústria automotiva americana levantaram a possibilidade de um acordo no setor que, por seu peso, poderia impulsionar mais tarde um entendimento comercial amplo.

Amorim contou ter ouvido que Washington andou falando de um acordo pelo formato "4+1", ou seja, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai mais os EUA - portanto sem a Venezuela, cuja adesão ao bloco ainda necessita de ratificação final do Congresso. Ele deixou claro que, uma vez definindo o futuro da Rodada Doha, o Itamaraty vai acelerar por mais busca de mercados entre os países árabes, africanos etc. Disse que os países africanos estão agora importando mais do Brasil do que a China, chegando este ano a uma cifra superior a US\$ 8 bilhões.

Em Berna, a capital suíça, o ministro respondeu a demandas dos suíços por um acordo de livre comércio, dizendo que se for na base do que está sendo negociado pelo Mercosul com a União Européia, tudo bem. O problema é que os suíços querem incluir temas que o Brasil rejeita, como proteção adicional para patentes, entre outros. Também um acordo bilateral de bitributação promete demorar. Os suíços querem que a arrecadação do imposto seja destinada ao país de origem da empresa. O Brasil acha que o imposto deve ficar onde ocorreu a transação.

Quanto à Rodada Doha, Celso Amorim continua otimista. "Tem jogo", disse. Ele acredita que até março pode sair alguma coisa. Os grandes números para liberalização industrial e agrícola seriam colocados na mesa até o fim do ano. Um esboço de acordo estaria pronto em fevereiro, abrindo a possibilidade para o Congresso americano aprovar o TPA (a autorização para a administração Bush negociar acordos comerciais sem emendas) em março.

O ministro reiterou que o Brasil está pronto a dar sua contribuição na rodada através de corte de tarifas de importação de produtos industriais. Lembrou que não fala mais no coeficiente 30 para uma fórmula, que significava aceitar cortes só de 50%.

Para cortar mais, porém, o Brasil insiste que precisa de "uma folguinha" a mais para o Mercosul, porque tem explicação econômica e técnica. As estruturas industriais não são iguais e os países consolidaram suas tarifas de maneira diferente. Mas ontem mesmo, os EUA e a União Européia voltaram a rejeitar a proposta do Mercosul de flexibilidade adicional para indústrias do bloco. "Tem jogo, e o Brasil estará preparado para fazer contrapartida numa faixa correta, aceitável, razoável na área industrial", afirmou. "Agora, não é possível que todos os países ricos tenham suas sensibilidades reconhecidas na área agrícola e, no caso da indústria, não possamos ter capacidade de flexibilização."

Ampliar o Mercosul é prioridade, diz presidente eleita – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007

Em entrevista na TV, Cristina também aponta Alemanha, 'um país exportador, com alta tecnologia', como modelo

Dias depois de ter apontado o Brasil como modelo a ser seguido pela Argentina, a presidente eleita Cristina Kirchner afirmou na segunda-feira à noite que gostaria que seu país se parecesse com a Alemanha. 'Gostaria que (a Argentina) fosse um país exportador como a Alemanha, com um alto grau de tecnologia, que é o que a diferencia, o valor agregado, a inovação tecnológica', disse ela em entrevista à TV Todo Noticias.

Sem entrar em detalhes, Cristina disse que as prioridades de seu governo na área de política externa serão a América Latina e a ampliação do Mercosul. Segundo ela, a questão energética 'é o grande assunto do futuro. A equação energética da América Latina é fundamental'.

A presidente eleita também retrucou as acusações da oposição de que o governo de seu marido, Néstor Kirchner, manipula o índice da inflação. Economistas, empresários e líderes oposicionistas afirmam que a inflação neste ano ficará entre 20% e 25%. Cristina disse que ficará 'entre 7% e 11%'. Segundo ela, durante a campanha eleitoral 'a oposição exagerou' em relação à inflação. Cristina disse que o governo já enviou aos EUA uma delegação de técnicos que analisarão as formas americanas de cálculo de inflação. A idéia é adotar na Argentina um sistema similar. 'Ninguém questionará a metodologia da primeira economia do mundo', afirmou.

Ao avaliar os quase 45% dos votos que recebeu nas eleições, Cristina disse: 'Foi um reconhecimento, mas não para mim. Foi um reconhecimento à gestão do presidente Kirchner. Participei desse projeto, mas ele foi a nau capitânia.'

A presidente eleita indicou que o clima tenso com a imprensa deve continuar. Indagada sobre a relação que terá com a mídia, ela respondeu: 'Se voltarem a ser meios de comunicação e não de oposição, será perfeita.'

Desde segunda-feira, o presidente Kirchner brinca com os conhecidos apresentando-se com um cargo diferente, ironizando a própria fama de não ter papas na língua e ser antidiplomático: 'Sou o novo diretor de protocolo da presidência. Só recebo, cumprimento e vou embora.' Na entrevista, a presidente eleita, ao ouvir que seu marido está fazendo esse gracejo, gargalhou: 'Isso eu posso desmentir definitivamente... ele nunca será diretor de protocolo.' Mas Cristina esquivou-se de explicar qual seria o papel de seu marido no futuro governo. 'Ele é um animal político que ama profundamente a política, seu país, e tem um grande compromisso com a Argentina. Sempre quis ser o melhor. O melhor advogado, o melhor prefeito, o melhor governador. Está em sua natureza. Caso amanhã dispute uma corrida, vai querer vencer. Eu também. É uma atitude perante a vida.'

Ontem à noite, num discurso na Casa Rosada, Kirchner disse que Cristina 'será uma grande presidente para todos os argentinos'. Segundo ele, o país 'entra em uma etapa de

continuidade da mudança'. Kirchner brincou sobre seu futuro a partir de 10 de dezembro, quando entregará a presidência para sua mulher: 'Eu vou para um café literário.' Brincadeiras à parte, ele deixou claro que, como 'primeiro-cavalheiro', pretende ser o principal assessor da presidente Cristina: 'Vamos trabalhar juntos para que seja o melhor de todos os governos desde 1983', quando acabou a ditadura militar.

FRASES - Cristina Kirchner - Presidente eleita da Argentina

“(Os votos que recebi) foram um reconhecimento à gestão do presidente Kirchner”

“Se (os meios de comunicação) voltarem a ser de comunicação, e não de oposição, (minha relação com eles) será perfeita”

Para Lula, interesses político-eleitorais vão influir em desfecho da Rodada Doha – Valor Econômico – Brasil - 31/10/2007

As negociações sobre a retomada da Rodada Doha, que discute o fim das barreiras ao livre comércio, envolvem mais interesses político-eleitorais que econômicos, afirmou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante entrevista coletiva em Zurique, na Suíça.

"Sinto que há interesses e que todo mundo tem um cuidado político. O que hoje está em jogo não é mais a questão econômica, o que está em jogo hoje é o que representam os eleitores nos países que estão na mesa de negociações. Todo mundo está olhando muito mais para as próximas eleições do que para a quantidade de dinheiro que está em jogo nas negociações", disse o presidente.

No mês passado, durante viagem a Nova York, Lula defendeu que as negociações precisam estar fechadas antes da eleições americanas, que ocorrem no ano que vem. "O mundo não pode esperar as eleições americanas", afirmou o presidente na ocasião.

Na entrevista concedida ontem, Lula disse estar otimista em relação ao andamento das negociações. "Se tivesse um concurso, eu estaria entre os três seres humanos mais otimistas com relação à Rodada de Doha." O presidente Lula disse ainda considerar normal que cada país queira defender seus interesses nas negociações "com unhas e dentes", mas acha difícil construir um acordo em que todos ganhem.

"Acho difícil, é difícil fazer um acordo onde ninguém perca. O que acho normal é que nessa escala a gente leve em consideração que os países ricos vão ter que fazer milimétricas concessões. Os países em desenvolvimento terão que fazer outras concessões e os ganhadores precisam ser os países mais pobres. Se isso for ajustado, e no discurso político já tem concordância, penso que podemos concluir o acordo". disse o presidente.

Também participaram da coletiva o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, e a presidente da Suíça, Micheline Calmy-Rey. Lula viajou a Zurique para acompanhar o anúncio oficial da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em evento promovido pela Fifa.

Considerações sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul - Ricardo Camargo Mendes e
Thaís Narciso – Valor Econômico - 31/10/2007

O Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, firmado por seus respectivos presidentes em Caracas no dia 04/07/2006, aguarda ratificação dos Congressos brasileiro e paraguaio para entrada em vigor.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara ratificou o protocolo na última quarta-feira e este, agora na qualidade de decreto legislativo, deve ainda ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário da Câmara, antes de ser submetido ao Senado. O protocolo provocou, e continua provocando, um intenso e inédito debate sobre uma questão de política externa, tanto no Congresso como na sociedade. O contexto é, sem dúvida, de grande politização do debate.

Entretanto, se um esforço for feito para manter a discussão num campo estritamente técnico, seguindo o costume legislativo de ratificação de acordos internacionais, não há, em princípio, justificativas procedimentais para a não-adesão da Venezuela ao Mercosul.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar alguns fatores que caracterizam as ações do Congresso em relação aos assuntos internacionais. Primeiramente, vale notar que a Constituição brasileira concede ao Executivo a atribuição relativa à formulação e execução da política internacional do país, particularmente sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Em adição, o mecanismo de controle do Legislativo sobre o Executivo tem caráter ex-post. Ou seja, o Executivo tem competência para negociar acordos internacionais, cabendo ao Legislativo a função de avaliá-los e ratificá-los. Assim, frente ao elevado número de acordos internacionais submetidos à aprovação do Congresso e ao alto grau de conhecimento específico que eles requerem, este caráter ex-post de controle mostra-se problemático, pois dificulta a atuação do Legislativo nos processos de tomada de decisão de assuntos internacionais. Uma vez que um acordo já foi negociado internacionalmente, sua alteração fica dificultada.

Apesar deste cenário, os temas de política externa vêm ganhando maior atenção no debate nacional, sinalizando pequenas, porém marcadas, alterações no padrão de ratificação de acordos internacionais no Congresso Nacional. Os exemplos emblemáticos referem-se aos casos dos acordos bilaterais de investimentos (BIT) e ao Acordo Brasil-EUA para uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que após a negociação pelo Executivo não foram aprovados pelo Legislativo federal. No mais, destaca-se o esforço dos parlamentares para participar da negociação da dívida externa junto ao FMI.

O Protocolo de Adesão é instrumento jurídico que segue o padrão de demais acordos comerciais assinados pelo Brasil

Em essência, embora seja possível constatar um maior envolvimento de membros do Congresso nas negociações internacionais, trata-se ainda de uma tendência incipiente que acompanha o recente processo de internacionalização da economia brasileira.

Se analisados os acordos comerciais ratificados pelo Legislativo, nota-se que os últimos têm como objetivo selar a intenção de cooperação econômica entre as partes, deixando, muitas vezes, a serem posteriormente negociadas questões específicas referentes à implementação dos objetivos descritos e das exigências técnicas que os últimos pressupõem.

Via de regra, uma estrutura institucional é criada - Grupos de Trabalho ou Comissões Técnicas - e ela se responsabiliza pela execução futura dos objetivos acordados. Compete a esse acordo-quadro estabelecer a estrutura e a metodologia das negociações comerciais. Assim, acordos da ordem do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul tendem a representar um primeiro passo do processo de cooperação econômica, delimitando apenas as primeiras diretrizes para o processo de liberalização, mas sem delimitar condições fechadas.

Dessa forma, o Congresso vem ratificando de forma rápida e com pouca polêmica acordos comerciais que por sua própria natureza apresentam proposições ambiciosas e abrangentes, deixando questões técnicas para futura resolução e execução. Esse padrão fica claro se considerados o Tratado de Assunção (Decreto Legislativo 197/91, 26/06/1991), instrumento jurídico estruturante do Mercosul que institui diretrizes para a criação de um mercado comum; da Rodada Uruguaí consolidada no texto do GATT-1994 (Decreto Legislativo 30/94, 16/12/1994), principal acordo multilateral vigente; e do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes (Decreto Legislativo 10/97, 05/02/1997), primeiro acordo firmado com um bloco regional.

É sob a luz desses argumentos que o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul deve ser considerado. Trata-se de instrumento jurídico que segue o padrão dos demais acordos comerciais assinados pelo Brasil, uma vez que ao mesmo tempo em que apresenta características generalistas de acordo-quadro, estabelece alguns mecanismos de implementação dos objetivos vislumbrados. Fica claro que com a criação do Grupo de Trabalho incumbido de estabelecer e executar uma metodologia de negociações, o protocolo não se propõe a detalhar a cooperação entre as partes, não sendo, portanto, um instrumento que estabeleça proposições fechadas e definitivas.

Conseqüentemente, não existe nenhum elemento no Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul que o distancie dos acordos ratificados pelo Congresso até o momento. Além disso, é importante considerar também que tanto a Argentina como o Uruguaí já ratificaram o Protocolo de Adesão, confirmando o argumento de que não há barreiras procedimentais para a ratificação.

Não havendo barreiras técnicas e procedimentais para a aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, a discussão sobre o tema deve ser focada na avaliação do impacto econômico e político da entrada da Venezuela no Mercosul e da maior ou menor convergência desses com os interesses estratégicos do Brasil.

Ricardo Camargo é diretor-executivo da Prospectiva Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais

Thaís Narciso é consultora da Prospectiva Consultoria.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

